UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO CARLOS

**ARQUITETURA MODERNA: A REDE DE FÓRUNS
MODULARES DO ESTADO DE SÃO PAULO (1969-1975)**

MARIA TEREZA REGINA LEME DE BARROS CORDIDO

ORIENTADOR: Professor Associado Miguel Antonio Buzzar

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL
OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA,
DESDE QUE CITADA A FONTE.

L787a

Leme de Barros Cordido, Maria Tereza Regina
Arquitetura moderna: a rede de fóruns modulares do
estado de São Paulo (1969-1975) / Maria Tereza Regina
Leme de Barros Cordido ; orientador Miguel Antonio
Buzzar. São Carlos, 2012.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração
em Teoria e História da Arquitetura – Instituto de
Arquitetura e Urbanismo de São Carlos da Universidade
de São Paulo, 2012.

1. Departamento de obras públicas do estado de
São Paulo-DOP. 2. Fóruns modulares. 3. Plano de ação
Carvalho Pinto -PAGE. 4. Arquitetura moderna no estado
de São Paulo. 5. Edifícios do judiciário. 6. Padronização. 7.
Pré-fabricação. 8. Normatização. I. Título.

Exemplar corrigido
Original encontra-se no IAU/USP

MARIA TEREZA REGINA LEME DE BARROS CORDIDO

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: Arquiteta **MARIA TEREZA REGINA LEME DE BARROS CORDIDO**

Título da tese: "**Arquitetura Moderna: a Rede de Fóruns Modulares do Estado de São Paulo (1969-1975)**"

Data da defesa: **05/12/2012**

Comissão Julgadora:

Resultado:

Prof. Associado **Miguel Antonio Buzzar (Orientador)**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo/USP)

APROVADA

Prof^a. Associada **Mônica Junqueira de Camargo**
(Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP)

APROVADA.

Prof^a Dr^a **Fernanda Fernandes da Silva**
(Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP)

APROVADA

Prof. Associado **Joubert José Lancha**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo/USP)

APROVADA

Prof^o Dr. **Paulo Yassuhide Fujioka**
(Instituto de Arquitetura e Urbanismo/USP)

APROVADO

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação: do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Prof. Titular **Renato Luiz Sobral Anelli**

A meus pais, Waldemar e Ruth, por suas histórias de sucesso na educação dos filhos, diante de todas as adversidades.

A Fernando, que me ensinou as prioridades na vida.

Aos meus filhos, João Pedro, Karoll, Luis Fernando e Ruth Maria, motivos de entusiasmo e paixão pela vida.

A Frida, pela companhia incansável e generosa, durante todo o momento de preparação da tese.

AGRADECIMENTOS

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.
E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.
(TECENDO A MANHÃ- João Cabral de Melo Neto)

Em uma tese há contributos de natureza diversa que não podem e nem devem deixar de ser enfatizados. Por essa razão, desejo expressar os meus sinceros agradecimentos:

Ao Professor Associado Miguel Antonio Buzzar, meu orientador pela competência e generosidade reveladas ao longo desses anos de trabalho, assim como pelas críticas, correções e sugestões relevantes feitas durante sua orientação, me ensinando com prazer e dedicação, bem como pela disponibilidade e amizade então demonstradas.

Aos Professores Associados Mônica Junqueira de Camargo e Joubert José Lancha, cuja orientação dada na banca de qualificação permitiu encontrar informações e soluções que em muito contribuíram para a execução desse estudo.

Aos Professores do IAU USP: Prof. Titular Carlos A. Ferreira Martins, Prof.^a Assoc. Cibele Saliba Rizek, Profa. Dra. Eulalia Portela Negrellos, Prof. Dr. Fábio Lopes Souza Santos, Prof. Dr. Manoel Rodrigues Alves, Prof. Dr. Paulo Yassuhide Fujioka, Prof. Dr. Paulo Cesar Castral e Prof. Titular Renato Luiz Sobral Anelli, pelas orientações que preencheram as diversas falhas que tive por força das circunstâncias e pela paciência e compreensão reveladas ao longo destes anos.

Aos funcionários do IAU USP: Benê, Lucinda, Fátima, Marcelinho, Caio, Geraldo, Zanardi e Ceneviva pelo carinho e apoio que me propiciaram durante a realização dos trabalhos que envolveram a tese.

À Prof^a. Dr^a Lucia Noemia Simoni pelas atividades compartilhadas com seriedade e entusiasmo.

As companheiras Angélica Irene (Cute), Tânia Bulhões e Camila Venanzi pela amizade e suporte “São Carlense”.

Aos amigos Prof. Dr. Luiz Eduardo Fontoura Teixeira, Prof^a. Valéria Garcia e Prof^a. Dr^a. Delcimar Teodozito cuja amizade de inestimável valor somou-se ao interesse e entusiasmo demonstrado pelo trabalho, tocando-me profundamente, revigorando minhas energias durante essa jornada.

Aos colegas de pós-graduação Ana Cristina, Carolina, Geórgia e André pelas trocas e companheirismo.

À Jéssica Tisseo, aluna da graduação da FAAC UNESP Bauru, pelo suporte dado no estágio de docência e na busca de imagens para a tese.

Ao João Pedro de Barros Reicao Cordido, Prof^a Dr^a Karoll Andrea Alfonso Cordido e Prof^a Dr^a Alecsandra Matias pela precisa revisão.

Ao Antonio Pedro Bentele Leme de Barros, pela diagramação.

Aos profissionais entrevistados na dissertação e tese: Plínio de Arruda Sampaio, Ivan Castaldi, Maria Lúcia de Britto, Marcolino Vaccari, Fábio Moura Penteado, Prof. Dr. Celso Lamparelli, Anthero Vieira Machado, Chico Withaker, Maria Mércia Barboza, Maria Giselda Cardoso e João Honório de Mello Filho pela fundamental contribuição ao trabalho.

Aos funcionários do arquivo-morto do extinto IPESP: Mário, Mariana e equipe pelo carinho e disposição dado à pesquisa.

Aos funcionários do arquivo-morto do CPOS: Vera, Fábio, Walter e equipe pela colaboração dada à pesquisa.

Aos arquitetos Loli Gagliardi e Luis Finger mann pelas memórias recuperadas;

À arquiteta Maria Cristina Romano Maciel pela generosa recepção em seu local de trabalho.

À amiga e agora mestrande, Beatriz Cavalcante Arruda, do MAC USP, pelos incentivos e colaboração.

Aos amigos da FAUS Santos: Patrícia, Zézinho, Cida, Suely e demais pelos estímulos.

Às “hidro amigas” Aninha Cida, Cinthia, Clara, Geralda, Ignez, Lia, e Paula, pelos momentos de descontração.

À minha família, Fernando, João Pedro, Karoll, Luis Fernando e Ruth Maria pela valiosa e fundamental colaboração, compreensão e apoio.

A Solange Cordido, Jair Leme e Thais Brassolatti pela alegria compartilhada.

A Patrícia pelo suporte doméstico sem o qual a tese ficaria inviável.

A Frida por todos os momentos a mim dedicados.

A todos que diretamente ou indiretamente contribuíram no trabalho da tese.

A CAPES cujo financiamento viabilizou a realização deste trabalho.

Eu propus um Fórum que não tivesse porta. Era uma área que se configurava em uma grande e espaçosa praça coberta. A ideia em princípio foi a de usar um espaço franqueado que se chamaria Fórum. A pracinha coberta gerava uma sombra onde o cidadão comum aguardava ser atendido.

Fábio Moura Penteado, 2007.

RESUMO

ARQUITETURA MODERNA: A REDE DE FÓRUNS MODULARES DO ESTADO DE SÃO PAULO (1969-1975)

O presente estudo analisa a rede de fóruns modulares produzidos pelo extinto Departamento de Obras Públicas do Estado de São Paulo – DOP – entre os anos de 1969 e 1975. Tem como objetivo avaliar se os projetos padronizados (ou normatizados), F, F1, F2 e F3, respondiam aos parâmetros convencionais de produção do Departamento, ou se existiu uma aproximação programática com os ideários da arquitetura moderna, envolvendo, quer do ponto de vista da sua dimensão social, quer da sua componente estética, a racionalização da produção e/ou a industrialização da construção, solicitando a modulação de todos seus elementos e componentes – constituindo-se, assim, como possibilidade da ampliação quantitativa de um bem, tal como a habitação, ou de uma rede de serviços: educação, saúde e, no caso específico, o acesso ao judiciário. Nesse sentido, a análise pondera sobre a continuidade da produção de fóruns de justiça, a partir do Plano de Ação Carvalho Pinto – PAGE, (1959-1963), período no qual os edifícios públicos foram projetados por arquitetos, em boa parte, comprometidos com a arquitetura moderna em São Paulo. O mesmo período tornou-se significativo para a produção moderna no Estado e, ao mesmo tempo, renovou-se a produção dos edifícios públicos do judiciário. Por último, nota-se que o DOP teve sua estrutura operacional e administrativa reformulada sob a orientação da equipe técnica do Governo do Estado.

PALAVRAS-CHAVE

Departamento de Obras Públicas do Estado de São Paulo-DOP; Fóruns modulares; Plano de Ação Carvalho Pinto-PAGE; Arquitetura moderna no Estado de São Paulo; Edifícios do Judiciário; Padronização; Pré-fabricação; Normatização.

ABSTRACT

MODERN ARCHITECTURE: THE NETWORK OF MODULAR FORUMS OF THE SÃO PAULO'S STATE (1969-1975)

The present study analyzes the network of modular forums produced by the former Department of Public Works of the São Paulo's State - DOP-between the years 1969 and 1975. Assessing the extent to which these standardized designs (or normalized) 'F, F1, F1, F2 e F3' responded to conventional parameters of the production department, in implementation of a network of services: education, health, and, in this case, access to justice, with some programmatic approach with the ideals of modern architecture, involving the social dimension, the aesthetic component, the standardization of projects, not considering the rationalization of production and / or the industrialization of construction. Thus, the analysis sticks to the continuities and ruptures of the production of Forums from Plano de Ação Carvalho Pinto-PAGE -(1959/1963), time in which public buildings were designed by architects largely committed to modern architecture in São Paulo, and that constituted a significant moment of modern production in the state, while the building of public buildings of the judiciary section was renewed and the DOP had its operational and management structure reformulated under the guidance of the technical staff of the State Government.

KEYWORDS

Public Works Department of the State of São Paulo; Modular Forums; Plano de Ação Carvalho Pinto-PAGE; Modern Architecture in State of São Paulo; Buildings of the Judiciary; Standardization; Prefabrication; Normalization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras 1 e 2: Agência dos Correios e Telégrafos de Juiz de Fora e Belo Horizonte.	56
Figura 3: Gráfico da distribuição setorial dos investimentos do PAGE.....	68
Figura 4: Fórum de Promissão (1959). Arquitetos Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi Vista frontal ...	76
Figura 5: Fórum de Promissão (1959). Rampa de acesso ao nível superior. Arquitetos Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi.....	76
Figura 6: Ginásio de Itanhaém (1959). Arquiteto Vilanova Artigas.....	77
Figura 7: Casa da Lavoura, de Samuel Spiequel em São Carlos.....	77
Figura 8: Instituto de Educação Monsenhor Bicudo em Marília. Arquiteto Salvador Candia.....	78
Figura 9. Casa de Câmara e Cadeia de Pindamonhangaba. Atual Palacete Tiradentes. Inaugurada em 1843 foi elaborada pelo Major Pedro de Alcântara Bellergarde, professor e diretor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.	90
Figura 10: Planta da Delegacia.....	98
Figura 11: planta do Centro de Saúde	99
Figura 12: Fórum	109
Figura 13: Modulo Padrão F 1- Térreo.....	120
Figura 14: Modulo Padrão F 1- Superior	121
Figura 15: Modulo Padrão F 2- Térreo.....	122
Figura 16: Módulo Padrão F2- Superior	123
Figura 17: Módulo Padrão F3 – Térreo.....	124
Figura 18: Módulo Padrão F3 – Térreo	125
Figura 19: Fórum padrão F de Jaboticabal	126
Figura 20: Fórum padrão F de Aparecida do Norte.....	126
Figura 21: Fórum padrão F de Barra Bonita	126
Figura 22: Fórum padrão F de Franco da Rocha	127
Figura 23: Fórum padrão F de Itu.....	127
Figura 24: Fórum padrão F de Ituverava	127
Figura 25: Fórum padrão F de Mogi-Mirim.	127
Figura 26: Fórum padrão F de Ribeirão Pires.....	127
Figura 27: Fórum padrão F de São Bento do Sapucaí.....	128

Figura 28: Fórum padrão F de Jardinópolis.	128
Figura 29: sala do Júri do Fórum de Jaboticabal.	130
Figura 30 e 31: Pavimento Térreo do Fórum de Jaboticabal.	131
Figura 32: Detalhe da acomodação do edifício no terreno do Fórum de Jaboticabal.	132
Figura 33: Fórum de Dracena “padrão DOP – Eclético”, segundo processo, “Tipo - A” em construção, concluído em 1957.	134
Figura 34: Fórum de Araras (1959). Arquiteto Fábio Penteado. Perspectiva do pátio coberto, onde se observa o torreão de escada, painel de azulejo na parede do júri e espelho d’ água com cascata.	135
Figura 35: Fórum de Porto Feliz.	136
Figura 36: Fórum de Amparo.	137
Figura 37: Cruzeiro- Tipo A.	139
Figura 38: Itu- Tipo C.	140
Figura 39: Batatais- Tipo B.	141
Figura 40: Elevação frontal.	142
Figura 41: Maquete.	144
Figura 42: Elevação frontal.	146
Figura 43: Elevação frontal.	152
Figura 47 e 48: Vista frontal e articulação de níveis.	154
Figura 49 e 50: Vista frontal e lateral, e rampas de acesso.	156

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	13
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	15
SUMÁRIO	17
INTRODUÇÃO.....	19
1. RACIONALIZAÇÃO/INDUSTRIALIZAÇÃO, TECNOLOGIA/CIÊNCIA E A ARQUITETURA MODERNA	31
1.1. Significados.....	33
1.2. Tipo arquitetônico: aporte instrumental ou uma abstração.....	44
2. ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA: CAMINHOS PARA SUA COMPREENSÃO....	49
2.1. Pressupostos e princípios.....	51
2.1.1 Produção de obras públicas: racionalização.....	53
2.2. Consolidação da Arquitetura Moderna	57
2.2.1 Obras públicas: O DOP se “abrindo” para novas ideias arquitetônicas	61
3. PLANO DE AÇÃO E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS.....	63
3.1. O PAGE uma experiência moderna em equipamentos públicos em São Paulo	65
3.2. O PAGE e a difusão da produção moderna no Estado de São Paulo	70
3.2.1 O DOP e o PAGE.....	72
3.2.2 O PAGE e a arquitetura moderna	74
3.2.3 Algumas imagens dos edifícios com seus autores.....	75

4. SOLUÇÕES ARQUITETÔNICAS DURANTE O GOLPE MILITAR.....	79
4.1. Arquitetura escolar: equipamento social e pedagógico.....	84
5. OS FÓRUNS DE JUSTIÇA “MODULARES DOP” A PARTIR DOS ANOS DE 1969 EM SÃO PAULO. PROPOSIÇÕES	87
5.1. DOP: ascendências históricas	89
5.1.1. Funções do DOP	95
5.1.2. DOP e a padronização de obras públicas.....	97
5.1.2.1. DOP: “benefícios da padronização”	110
5.1.3 Fóruns modulares DOP e o seu “ideário”.	118
5.1.4 Rebatimentos da produção anterior “PAGE”	130
5.1.5 Análises comparativas da produção de edifícios da Justiça.....	135
5.1.5.1. DOP: Projeto Padrão-Eclético	136
5.1.5.2 PAGE: Amparo – Arquiteto Oswaldo Bratke.....	140
5.1.5.3 PAGE: Araras – Arquiteto Fábio Moura Penteado	142
5.1.5.4 PAGE: Avaré – Arquiteto Paulo Mendes Da Rocha	143
5.1.5.5 PAGE: Itapira – Arquiteto Joaquim Guedes	145
5.1.5.6 PAGE: Orlândia – Arquiteto Jorge Wilhelm	147
5.1.5.7 PAGE: Piracicaba – Arquiteto Affonso Eduardo Reidy	149
5.1.5.8 PAGE: PORTO FELIZ – Arquitetos Alberto Botti e Marc Rubin	151
5.1.5.9 PAGE: Promissão – Arquitetos Vilanova Artigas E Carlos Cascaldi.....	153
5.1.5.10 PAGE: Socorro – Arquiteto David Libeskind	155
5.1.5.11 DOP: Projeto padrão - F, F1, F2, F3.	156
5.1.6 Conclusão da Análise Proposta.....	159
CONCLUSÃO	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167
ANEXO	177

INTRODUÇÃO

Durante o trabalho de mestrado e posteriormente de doutorado, refleti muito sobre quais foram minhas motivações para a escolha do tema de pesquisa, *Fórum de Justiça*, e revi entre elas, uma questão do meu passado:

Mas os estragos causados são difíceis de contabilizar foram tantos... Um dos absurdos aconteceu na Penitenciária do Estado, estabelecimento penal de segurança máxima em São Paulo, onde chegou para realizar uma busca minuciosa, o coronel Danilo da Cunha e Sá, que seria um dos secretários da segurança durante “os anos de chumbo”. Ao presidir um inquérito policial-militar, o coronel tinha recebido uma denúncia considerada das mais graves: o diretor penal do presídio, Waldemar Machado de Barros, estaria ligado a uma célula comunista e a maior prova disso seria um grande número de livros colocados subliminarmente na biblioteca.

O diretor penal é o homem que determina as sanções disciplinares na prisão. Transfere presos de um pavilhão para outro. É o executivo da administração na cadeia. Pois foi ele quem, para satisfação dos presos, que detestam diretores penais, foi levado sumariamente para a Operação Bandeirante. O homem que aplicava penas na prisão foi castigado, convidado a falar, a confessar. Mas Waldemar nada tinha a dizer sobre livros subversivos. O coronel interrogou presos, vasculhou a biblioteca nada se encontrou de comprometedor.

Waldemar foi solto depois de alguns dias. Nunca mais teve condições morais de dirigir nenhuma parte do presídio (...)¹.

Ironicamente, questões de justiça nem sempre trazem recordações “atraentes” para nós brasileiros, Waldemar, o diretor suspeito de subversão, era meu pai, e nas lembranças do passado nasceu o desejo de desvendá-las.

Espero que a leitura destes objetos arquitetônicos, *Fóruns de Justiça*, e suas especificidades possam contribuir para novos campos de análises e discussões sobre a produção da arquitetura moderna no país.

Ao desenvolver o trabalho de mestrado *Arquitetura Forense do Estado de São Paulo – Produção Moderna, Antecedentes e Significados*, em 2007, novas questões se apresentaram. O trabalho identificou, mas não se ateve à produção de edifícios forenses padronizados, construídos a partir de 1969 até 1975, denominados modulares, por parte do Departamento de Obras Públicas do Estado de

¹ SOUZA, Percival de, *Autópsia do Medo. Vida e Morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*, São Paulo: Globo, 2000.

São Paulo – DOP. Esta produção ocorreu de forma crítica em relação aos edifícios modernos, foco do mestrado, projetados por vários arquitetos modernos autônomos, portanto, não integrados ao corpo técnico do DOP, quando do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto – PAGE – (1959-1963).

Os fóruns estandardizados pelo DOP tiveram início no ano de 1969. Nesse período, a arquitetura moderna brasileira, particularmente, a produção realizada no Estado de São Paulo foi objeto de intensos questionamentos. Estes tinham como pano de fundo a inscrição da arquitetura moderna no Projeto Nacional Desenvolvimentista.

Por um lado, Artigas, Paulo Mendes da Rocha e outros, além de exercerem a profissão de arquiteto, atuavam como professores, sendo formuladores de propostas que pensavam a produção arquitetônica vinculada ao desenvolvimento industrial. Nessa concepção cabia aos arquitetos auxiliarem o desenvolvimento industrial no seu campo específico, isto é, da construção civil, propondo o uso franco de novos materiais e tendo como perspectiva a industrialização da construção – mesmo que a tipologia desta industrialização permanecesse em grande parte em aberto.

Por outro, existiam críticas à inserção da arquitetura no Projeto Desenvolvimentista. Essas já ocorriam antes do golpe de 1964 e recrudesceram após esse evento. As análises mais contundentes foram proferidas por Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre que questionavam a artificialidade dos projetos que previam alguma dimensão pré-fabricada ou de normatização de produtos. Sérgio Ferro ao tratar sobre o processo da obra da residência de Boris Fausto, por ele projetado, denunciou a incompatibilidade do que era ofertado em catálogo e o que na prática era produzido, redundando em retrabalhos de adaptação dos vários componentes. Já Rodrigo Lefèvre, discorrendo sobre a artificialidade dos projetos, demonstrava como algumas obras cujos elementos em concreto eram moldados *in loco* “esforçavam-se” por aparecer como fruto de um processo de pré-industrialização. Além disso, ambos criticavam, junto com Flávio Império, as péssimas condições de trabalho no canteiro de obra que não guardavam nenhuma relação com processos industriais desenvolvidos.

Assim a padronização das edificações e dos seus componentes, integrada a um pensamento produtivo à linguagem arquitetônica, remeteria normalmente, à racionalização da produção e/ou à industrialização da construção como forma de diminuir o custo da obra, possibilitando a ampliação quantitativa de um bem, como a habitação, ou de uma rede de serviços: educação, saúde e no caso, o acesso ao judiciário.

Essa equação que soma racionalização à industrialização ordenava a padronização ou estandardização, termo mais adequado, quando a modulação de

todos seus elementos e componentes integra as preocupações e ideais da arquitetura moderna, quer do ponto de vista da sua dimensão social, quer da sua vertente estética, aliadas a produção industrializada.

No Brasil, a arquitetura moderna desenvolveu-se, e na verdade conheceu o seu sucesso, a parte do vínculo real com a indústria e a pré-fabricação dos componentes, ainda que a industrialização da construção e a modernização material, sempre estivessem presentes enquanto perspectiva do modernismo. Na verdade, a modernização da produção, a partir da industrialização tornou-se a bandeira do desenvolvimentismo, a qual a arquitetura moderna se filiou, tanto em termos culturais, criando uma expressão nacional do modernismo, como em termos materiais, auxiliando a industrialização no campo da construção.

A produção moderna dos fóruns – patrocinada pelo Plano de Ação – PAGE (1959-1963) – representou um dos momentos de difusão e desenvolvimento da arquitetura moderna brasileira. Ela se deu em contraposição à produção eclética e padronizada de fóruns por parte do DOP, que ocorreu até a década de 1950, ou seja, a padronização era um procedimento anterior do Estado, certamente, pensada a partir de uma escala menor de questões em relação ao ideário moderno, baseada no pragmatismo administrativo.

A retomada da padronização de projetos pelo DOP no final da década de 1960, a partir de uma linguagem moderna, necessitava de avaliação, justamente, porque naqueles anos a discussão sobre a participação da arquitetura no desenvolvimento do país, vale dizer industrialização e no caso industrialização da construção, adquiriu, para alguns, um caráter de revisão do pensamento moderno, ao menos por parte de uma parcela dos arquitetos.

Tendo como cenário, as questões acima apresentadas, esse estudo analisa como e de que forma, os edifícios modulares desenvolvidos pelos arquitetos funcionários do extinto Departamento de Obras Públicas do Estado de São Paulo se apropriaram das estruturas teóricas das discussões modernas. E ainda, se nessa produção ocorreram rebatimentos das questões que alinhavam ou problematizavam a arquitetura, a industrialização e o desenvolvimento, exemplificados nos debates entre os arquitetos Vilanova Artigas, Rodrigo Lefèbvre e Sérgio Ferro.

Em que pese os objetivos sociais, as obras modernas do PAGE sofreram resistências e críticas no interior do DOP. A mais corrente dizia respeito ao custo das obras e a inadequação para com os serviços da justiça. O primeiro padrão modular denominado “F” adotado no final dos anos de 1960, segundo Marcolino Vaccari, seu idealizador, foi elaborado a partir de orientações advindas da cúpula da Secretaria da Justiça do Governo Abreu Sodré, (1967-1971).

O presente estudo procura avaliar se esses edifícios de formas puras, aparentemente racionais, construídos em aproximadamente 80 municípios, possuíram,

de fato, suas concepções derivadas de uma compreensão e dos procedimentos da arquitetura moderna brasileira (ou mesmo da arquitetura moderna em geral) ou, se responderam mais aos parâmetros convencionais e normatizados do DOP naquilo que lhe era atribuído, a execução de equipamentos públicos.

Para tanto, o trabalho analisou essas questões a partir do movimento de arquitetura moderna no país, especificamente, a citada produção de edifícios do judiciário paulista através da produção elaborada durante o Plano de Ação. Isto porque, os arquitetos envolvidos, em boa parte desta produção, eram comprometidos com a arquitetura moderna, como Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha, Joaquim Guedes, Fábio Pentead, David Libeskind, Affonso Eduardo Reidy, Jorge Wilhein, entre outros. Simultaneamente, durante o Plano, o Departamento teve sua estrutura operacional e administrativa reformulada sob a orientação da equipe técnica do Governo do Estado, visando alterar o *modus operandi* do órgão, incluindo os procedimentos projetivos.

Para compreender o conjunto de questões que envolvem o modernismo, a industrialização, a padronização, a estandardização e mesmo a normatização, foi necessário recuperar historicamente, mas de forma seletiva, a orientação técnico-administrativa do Departamento, em momentos outros que não o definido pelo recorte temporal do trabalho e cotejar seu contexto sociocultural, político e econômico, principalmente com os temas vinculados às bases teóricas e desdobramentos advindos da arquitetura moderna, além das questões derivadas da industrialização da construção no país.

Para a compreensão do objeto de estudo e seus nexos, o trabalho considerou as questões da construção historiográfica, presentes nas formulações do historiador Marc Bloch para quem “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o reconhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”² e para operacionalizar essas questões na arquitetura foram considerados os três tipos de rastros documentais diretos: textos teóricos ou doutrinários (aqui também processos), desenhos e obras e, seu entrecruzamento, relativizado ao seu momento de produção³.

O trabalho – analisando a produção de edifícios da Justiça, após conhecido alguns de seus autores, o órgão responsável e sua conformação ao longo de sua produção – classificou-os do seguinte modo:

² BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*, (tradução André Telles - autorizada da edição francesa publicada, em 1997) Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001, p.74.

³ MARTINS, Carlos A. F. *Arquitetura e Estado no Brasil- Elementos para uma Investigação sobre a Constituição do Discurso Moderno no Brasil: a Obra de Lucio Costa – 1942-1952*, São Paulo: FFLCH USP, 1987, (dissertação de mestrado), p.p 2-7. As formulações de Martins têm como base o trabalho do historiador Paul Veyne em “Como se escreve a história”, traduzido no Brasil pela Universidade Nacional de Brasília, em 1998.

1. Produção Secretaria de Viação e Obras Públicas: cadeia e fóruns (finais do século XIX, início do XX – marcado pelo desmembramento das cadeias e construções penitenciárias; a Penitenciária do Estado de São Paulo, 1920);⁴
2. Produção Secretaria de Viação e Obras Públicas: produção eclética, em alguns casos com “princípios racionalistas” (Iniciados por volta dos anos de 1940, têm continuidade até meados dos anos de 1950). Financiada pelo governo do Estado, inicialmente, também utilizou os recursos do IPESP – Instituto de Previdência do Estado – em pequena escala durante o Governo Jânio Quadros (1948-1951);
3. Produção IPESP: projetos desenvolvidos por arquitetos fora do quadro funcional do DOP, durante o Governo Carvalho Pinto (1959-1963) e concluídos durante e após a gestão desse governo. A produção PAGE identifica uma produção elaborada com pressupostos conceituais de arquitetura moderna. Essa produção teve o Instituto como principal fonte de financiamento;
4. Produção DOP: produção com arquitetura diversificada (1963-1969), entre o fim do PAGE e o início dos projetos padronizados elaborada por arquitetos pertencentes e de fora do quadro funcional do Departamento;
5. Produção padronizada DOP: iniciada a partir de 1969, sendo reformulada a cada nova gestão do Governo do Estado até a extinção do DOP;
6. Produção Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, Centro de Engenharia. Após a extinção do DOP, em 1987 até a atualidade.

Com pesquisa de fonte primária junto aos órgãos responsáveis, foi examinado o levantamento sobre os procedimentos internos de órgãos responsáveis pela elaboração e construção de fóruns de justiça, bem como busca de normas, leis e decretos que regularizaram suas ações. Para isso foram consultados: o acervo do Museu da Justiça; a Secretaria de Justiça e defesa da Cidadania; a biblioteca do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; o Arquivo do Estado de São Paulo; e ainda os serviços prestados pela Biblioteca Virtual do Governo do Estado de São Paulo.

E ainda as bibliotecas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Biblioteca da Escola de Engenharia de São Carlos, Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Biblioteca da Escola Politécnica da Universidade São Paulo, Biblioteca do Museu

⁴ A Superintendência de Obras Públicas (conforme análise do capítulo 5) era um dos organismos responsáveis por obras públicas em São Paulo, sendo transformado posteriormente, em Departamento de Obras Públicas – DOP.

Histórico de Jaboticabal, Arquivo Morto do Departamento de Obras Públicas do Estado de São Paulo, Arquivo do Centro de Engenharia da Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo, Arquivo Morto do extinto Instituto de Previdência do Estado de São Paulo – IPESP – atual SPPREV, São Paulo Previdência.

Sendo o objeto de estudo um projeto padrão, implantado em dezenas de municípios, foram visitados os fóruns de: Americana, Aparecida do Norte, Barra Bonita, Franco da Rocha, Itanhaém, Itu, Ituverava, Jaboticabal, Mogi-Mirim, Registro e Ribeirão Pires. O Fórum Jaboticabal foi escolhido para levantamento técnico. Essa escolha deu-se pelo fato do edifício ainda se manter muito bem preservado, conforme seu padrão de originalidade construtiva; possuir maior visibilidade ante seu entorno e ainda, por conservar a relação de contraposição frente ao cenário urbano, caracterizado pela arquitetura corrente de natureza eclética, que permanece com o mesmo padrão da época de implantação do Fórum. Para o Fórum de Jaboticabal foi realizado detalhado levantamento fotográfico e preenchimento de ficha de leitura, assim como levantamento de processo administrativo da liberação de obra e leitura de projeto.

Em função da proximidade com a temática desenvolvida para a dissertação de mestrado - *Arquitetura Forense do Estado de São Paulo - Produção Moderna, Antecedentes e Significados* - defendida em 2007, a pesquisa serviu-se parcialmente do levantamento bibliográfico anteriormente produzido, a investigação também se valeu das visitas técnicas, elaboradas para o mestrado, aos edifícios dos seguintes municípios: Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro; no Estado de São Paulo, Amparo, Araras, Areias, Atibaia, Avaré, Bananal, Botucatu, Ilhabela, Lorena, Orlandia, Piracicaba, Porto Feliz, Promissão, São José do Barreiro, Silveiras e Socorro.

Como no caso do levantamento bibliográfico e das visitas técnicas, a pesquisa também recorreu às entrevistas realizadas para dissertação, a saber: Francisco Whitaker Ferreira, 16 de abril de 2007, arquiteto que durante o PAGE foi responsável pela reorganização administrativa do DOP; Fábio Moura Penteado, 09 de abril de 2007, arquiteto que projetou um modelo emblemático de fórum para o município de Araras, durante o PAGE; arquiteto Ivan Gilberto Castaldi, 09 de março de 2007, funcionário do DOP que, além de projetos diversos como o fórum de Bauru, também exerceu função de chefia da Divisão de Projetos do Departamento; Plínio de Arruda Sampaio, 05 de março de 2007, professor, promotor, advogado e político que exerceu a Chefia do Gabinete Civil no Governo Carvalho Pinto; Marcolino Vaccari, arquiteto do DOP que além de chefiar a Divisão de Projetos, como dito, foi também responsável por desenvolver o primeiro projeto padrão modular intitulado “F” juntamente Maria Lúcia Novaes de Britto Passos, arquiteta que após a extinção do DOP, ficou responsável pela continui-

dade da produção de fóruns pelo Estado, atuando na Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, Divisão de Engenharia – ambos entrevistados em 28 de abril de 2006. Foram entrevistadas ainda as arquitetas Maria Mércia Barboza, Maria Giselda Cardoso Visconti, 24 de fevereiro de 2011, vinculadas ao DOP, daquele período que contribuíram para o entendimento das definições conceituais e programáticas dos projetos elaborados pelo Departamento.⁵

A pesquisa ocorreu no período entre os anos de 2007 a 2011, sendo que os principais levantamentos em arquivos foram até 2009, e os anos posteriores até 2011 para complementações; as visitas técnicas até 2009 e entrevistas e revisão bibliográfica até 2011.

As fontes secundárias de suporte para a construção analítico-teórico foram os livros e os textos referentes ao tema da pesquisa, relacionados a seguir:

No primeiro capítulo, o trabalho analisa os conceitos que envolvem o binômio racionalização/industrialização, que vão desde a questão semântica até as definições que assume ante os procedimentos tecnológicos coligados à construção civil e seus processos. Para tanto, o aporte de autores como Carlos Lemos, Eduardo Corona, Aurélio Buarque de Holanda, Paulo Bruna, Ricardo Martucci, Nilton Vargas, Shozo Motoyma, Francisco de Oliveira e Giulio Argan, foi fundamental. Somados aos trabalhos acadêmicos de Roberto Alves de Lima Montenegro Filho e Fabiana Cerávoro. A pesquisa identifica as produções sob o binômio racionalização/industrialização da construção civil e o seu reconhecimento projetual e teórico que compõe a teleologia do pensamento moderno. Esse dado tem na Declaração de La Sarraz uma matriz moderna forte, com a qual se identificam Argan, tanto em momentos críticos, como em outros mais alinhados ao modernismo. Na mesma chave, mesmo que a Declaração não esteja tão claramente presente, se situa a recuperação historiográfica de Vargas, Motoyama e Martucci sobre industrialização e desenvolvimento.

Aqui cabe um esclarecimento sobre a utilização de autores consagrados e de certa forma já muito conhecidos: de alguma forma, a industrialização, o desenvolvimento tecnológico, os seus percalços e os vínculos com a arquitetura sofreram certo congelamento. Disto decorre escassez de novos autores sobre a questão. Isto não quer dizer que não haja abordagens recentes, mas em boa medida configurou-se uma dicotomia, por um lado alguns autores orbitaram o conjunto de questões ligadas à industrialização da construção, por outro lado, vários trabalhos ao se referirem a essas questões baseiam-se nos autores já citados, postulando a industrialização da construção, não como componente da

⁵ Para um contraponto sobre questões que envolveram pré-fabricação na produção em equipamentos sociais também foi entrevistado, em 02 de fevereiro de 2012, o arquiteto João Honório de Mello Filho, responsável por projetos escolares da extinta - Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo - CONESP, cuja divulgação não foi autorizada.

arquitetura, mas como tema autônomo de um segmento da arquitetura, sendo no plano internacional a arquitetura *high-tech* sua expressão mais forte⁶.

Outra questão, importante para o trabalho, abordada neste mesmo capítulo é a do tipo arquitetônico, seus significados como aporte instrumental ou abstração na sua relação aplicada aos diversos processos que envolveram e ainda abrangem a arquitetura enquanto disciplina autônoma, a derivação moderna de tipo, a partir da função de um edifício e a standardização propiciada pela industrialização da construção civil. Para essa análise a reflexão se apoia nos estudos de Giulio Argan e Rafael Moneo sobre o tema.

O segundo capítulo versa sobre os princípios e percursos da arquitetura moderna brasileira e seu processo diferenciado em relação ao das nações que se modernizaram até fins do século XX. Através das análises desenvolvidas pelos arquitetos, historiadores e críticos como Cristián Fernández Cox, Carlos Martins, Miguel Buzzar, Thomas Skidmore, Boris Fausto, entre outros, foram considerados os aspectos socioculturais, políticos e econômicos que incidiram diretamente no processo de modernização no país. Analisando ainda como esse processo de modernização do país influenciou as ações do departamento responsável pela produção de obras públicas em São Paulo ante as questões relativas à racionalização e produção, autonomias e projeções advindas de inovações arquitetônicas e do ensino no país.

O terceiro capítulo versa sobre o Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963) – PAGE – verificando de que maneira ele se constituiu como uma experiência inovadora no campo da arquitetura ao ter possibilitado a contratação de novos profissionais envolvidos com as questões da arquitetura moderna, ao mesmo tempo em que contribuiu para sua difusão no interior do Estado. Essa produção permitiu também a requalificação formal e conceitual de diversos equipamentos públicos, aqui no interesse do objeto do estudo, mais precisamente, os fóruns de justiça.

O quarto capítulo estruturou-se com o objetivo de formular um contraponto com a experiência do uso de pré-fábricas para obras públicas, onde foram avaliados alguns aspectos do trabalho da arquiteta Mayumi Watanabe que elaborou propostas de padronização a partir do projeto, concretizando ideais do desenvolvimento da pré-fabricação para programas sociais. Outras produções abordadas no mesmo capítulo tratam dos trabalhos de Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre que

⁶ Há também uma mudança de foco, ainda que os autores citados permaneçam como referência da maioria dos trabalhos, ao menos os analisados, percebe-se um deslocamento das questões da produção propriamente dita, para a gestão do projeto e desta aos novos programas computacionais, que projetam, além da peça gráfica necessária à construção, sua manutenção, ou seja, o ciclo de vida da obra. Afora ainda a introdução de questões relativas a sustentabilidade que pretendem alterar o paradigma produtivo, estabelecendo critérios distintos para materiais, construção, projeto, etc., daqueles experimentados até os anos de 1970, período que o trabalho se inscreve.

propuseram através das técnicas tradicionais de construção uma aliança entre o saber do arquiteto e a prática dos trabalhadores, para o qual se apoiavam ações pedagógicas e artísticas. Mesmo que essas produções não façam parte do mesmo período do recorte proposto pela pesquisa, elas se constituem a referência mais próxima para o estudo, no qual foi aplicado efetivamente o uso da pré-fabricação para a demanda de obras públicas.

O quinto (e último capítulo) trata do Departamento de Obras Públicas – DOP –, sua competência, estrutura e produção. Este tópico retoma as ascendências históricas do Departamento para recuperar, entre outros aspectos, as mudanças que ocorreram tanto no campo do trabalho técnico, advindas das novas escolas de engenharia e de arquitetura, bem como no seu ideário, no qual prevaleceu a padronização de equipamentos públicos como método de trabalho. Para esta última questão, a padronização, a análise aborda seus aspectos normativos (leis, decretos, etc.), sua arquitetura, que, na verdade, não pode ser examinada separada dos processos de normatização, como será visto, e o discurso do uso da pré-fabricação entre outras intercorrências. Focado no objeto fórum, foram elaboradas análises comparativas entre a produção anterior do PAGE, aqui classificada como padrão eclético, a produção do PAGE e, por último, a do recorte proposto, os edifícios padrões 1969- 1975. Os critérios para elaborar a análise foram: hierarquia espacial (elemento organizador) que articula o edifício e dá o seu sentido; hierarquia funcional, sua distribuição; organização espacial (volume); os agenciamentos dos espaços internos (princípios); elementos de comunicação (articulação); síntese entre forma e linguagem; materiais; e por fim, os elementos ornamentais e em sentido oposto, os detalhes construtivos. Esses critérios foram estabelecidos em função do objetivo proposto pelo estudo, ou seja, verificar em que medida os edifícios “DOP” dos finais dos anos de 1960 absorveram questões da arquitetura moderna ou responderam aos procedimentos padrões do Departamento.

1

**RACIONALIZAÇÃO/INDUSTRIALIZAÇÃO,
TECNOLOGIA/CIÊNCIA E A
ARQUITETURA MODERNA**

1.1. Significados

Para a discussão do trabalho faz-se necessário esclarecer alguns conceitos que tratam o binômio racionalização/industrialização, seus significados e transformações advindas das novas tecnologias e das finalidades instauradas, a partir do final do século XIX até meados do século XX, praticadas principalmente na Europa e na América do Norte.

Nesse âmbito, entende-se que existem diferenças conceituais entre *racionalismo*, *racionalidade* e *racionalidade construtiva* que apontam ora para o campo da filosofia, ora para movimentos artísticos culturais e, finalmente, para o campo da arquitetura e da construção. Os nexos, por vezes, confluem, sendo necessário compreendê-los para desvendar suas bases, estruturas e organização.

Com relação ao binômio racionalização/industrialização, encontramos as seguintes definições semânticas no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira: *racionalismo* é descrito como “método de observar as coisas baseado exclusivamente na razão, considerada como única autoridade quanto à maneira de pensar e/ou de agir”¹; já *racionalizar* seria “tornar mais eficientes os processos (o trabalho industrial, agrícola, ou a organização de empreendimentos, planos, etc.), pelo emprego de métodos científicos, como, por exemplo, pretende o governo racionalizar a produção de açúcar”².

Nessa acepção, confere-se a *racionalizar* a sintonia entre métodos produtivos e “métodos científicos” aplicada em qualquer sistema para obter-se determinado fim (o produto) com maior grau de qualidade técnica. Se transpusermos isso ao aproveitamento da indústria da construção, significaria uma maior “eficiência” em sua organização interna para a obtenção do seu produto – no nosso caso, a obra obtida com maior qualidade técnica. Nesse contexto, não se discute a

¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, 2ª ed. Revista e aumentada, 27ª impressão, p. 1443.

² Idem.

abrangência do método, ou seja, para a eficácia da produção todas as fases dos processos produtivos, desde o projeto até o produto final, devem ser coordenadas – o que favorece em tese a eficiência.

Ao retomarmos a definição do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* sobre *racionalização*, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira afirma que para tornar um processo desejado, quaisquer que sejam os meios e métodos científicos adotados, são elaborados raciocínios cuja operacionalidade objetiva em tese a eficácia, seja qual for o tipo de produção. Enfim a define como uma operação intelectual sem importar seus métodos³. Ao desconsiderar que a metodologia justifica as escolhas técnicas e operacionais durante uma produção, o autor delega para a razão uma condição autônoma que se sobrepõe a qualquer ordem estabelecida.

No *Dicionário da Arquitetura Brasileira*, de Carlos Lemos e Eduardo Corona, encontramos a seguinte definição para *racionalismo*:

Movimento arquitetônico que se caracteriza pela realização de uma arquitetura “racional”, isto é, prática, limpa, de alto interesse social. E isto, historicamente, situa-se em princípios deste século e teve como intérprete Adolf Loos e Peter Behrens.

O racionalismo, no entanto, influenciou toda a arquitetura contemporânea chegando ao Brasil e determinando condições mais lógicas e mais justas para a nossa arquitetura atual que se engrandeceu sob essa égide, a do racionalismo⁴.

A definição de *racionalismo* na arquitetura, assinalada por Lemos e Corona, foi identificada como um “movimento arquitetônico”. A ideia de movimento pressupõe uma trajetória arquitetônica desenvolvida (em grande parte, na Europa) com unidade ideológica, (o que aqui é um problema, pois essa coesão não existiu).⁵ Para os autores, essa prática alinhava *racionalidade* como pensamento científico, organizado, com técnicas de interesses sociais, fruto da base da construção filosófica do *racionalismo*, em que a eliminação das individualidades é sobreposta pelas constituições coletivas; sendo interpretada pelos arquitetos como “determinações mais lógicas e mais justas”, uma afirmação ideológica que na prática também não existiu (e como será visto, ainda não existe) no país dos anos de 1970 – período no qual foi editado o dicionário.

O *racionalismo* interpretado pelos arquitetos congrega atividade humana, objetivos sociais (denotando justiça social) e a clareza do objeto arquitetônico

³ Idem.

⁴ CORONA, Eduardo e LEMOS, Carlos. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*, São Paulo: EDART São Paulo Livraria da Editora Ltda., 1972, p. 401.

⁵ O livro de Ana Cláudia Castilho Barone, *Team 10 - Arquitetura como Crítica*, testemunha questões em torno da arquitetura moderna e os CIAM, discutindo como essas ganharam “normalização do espírito da vanguarda europeu”, no qual qualquer dissidência e antagonismo ideológico são impossíveis. Ainda que a racionalidade, funcionalidade e a relação arte/arquitetura constituíssem solo para as novas questões arquitetônicas e tema de debates no final do século XIX, a produção moderna “historicamente alinhada” era diversificada e com assimilações distintas do objeto da pesquisa, fóruns modulares em São Paulo.

produzido, “racional, prática, limpa e de alto interesse social”. Apoiam-se em linguagem otimista própria do embate sobre industrialização da construção no país e do discurso em prol da indústria nacional, alinhando a dimensão ideológica da arquitetura com questões tecnológicas⁶.

Para *racionalização*, Lemos e Corona a interpretam como “ato ou processo de racionalizar”, isto é, determinar condições para que (...) “em arquitetura, serão precisamente mais eficientes, por métodos científicos, os processos de construção, precedidos das mesmas condições nos projetos realizados pelos arquitetos”⁷, ou seja, ainda que abarquem as etapas de produção do projeto inicial até o produto final em função da eficiência com alcance social, desconsideram as questões sociais que compõe esse processo e creditam a qualidade da solução arquitetônica somente na dimensão técnica.

O professor e arquiteto Paulo Bruna, em *Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento*, ao analisar o Plano Nacional de Habitação nos anos de 1970, trata o binômio da racionalização/industrialização sob o ponto de vista dos grupos de demanda da produção e sua escala. Em Bruna, o estudo apoiou-se em suas formulações sobre a industrialização da construção, a padronização de elementos, a coordenação modular, enfim questões que o modernismo estabeleceu para o seu desenvolvimento.

Avalia o arquiteto que: “a industrialização está essencialmente associada aos conceitos de organização e de produção em série, que deverão ser analisados ampliando as relações que envolveram a produção e a mecanização dos meios de produção.”⁸ Assim sendo, para Paulo Bruna, *racionalização e industrialização* possuem conceitos coligados ao sistema de produção atual, e de forma mais estendida, incluem questões que envolvem entre outros aspectos, sua origem de organização, planejamento e método, políticas públicas de alcance social, política de desenvolvimento tecnológico e de viabilidade econômica, entre outros.

Quanto à escala da produção industrial, Bruna distinguiu dois aspectos de abrangência: ciclo aberto que admite forma de produção e protótipos intercambiáveis e ciclo fechado que vai da usina até o produto final com prototipagem pré-determinada. Outra questão abordada em livro foi o entendimento e a definição de pré-fabricação, recorrendo a Teodoro Rosso, o autor afirmou que a pré-fabricação

⁶ Para o arquiteto Giulio Argan, cujo pensamento a presente pesquisa se apoia, a ideologia não é uma abstração, mas sim “uma imagem para a qual se projeta um mundo que estamos tentando construir” e, portanto, “é impossível considerar a metodologia e a técnica do projetista como zonas de imunidade ideológica”. Como veremos adiante, tal reflexão comparece em Martucci “enxergando objetivos ocultos” da tecnologia e para a ampliação do campo de análise do objeto de estudo. ARGAN, Giulio C. *Projeto e Destino*, São Paulo: Ática, 2004, 1ª ed., 3ª. Imp., (Milão: 1965), p. 53.

⁷ CORONA & LEMOS, op. cit. p. 401.

⁸ BRUNA, Paulo V., *Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento*, São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 21.

não significa industrialização, e sim se constitui em um dos elementos constitutivos desse processo, ou seja, é uma das fases da industrialização.

Apoiando-se no trabalho da Associação Italiana de Pré-fabricação, desenvolvido por Mário Oliveri, afirmou Bruna, “(...) um número qualquer de unidades projetadas e executadas para um fim específico será simplesmente pré-fabricação e não deverá ser considerado como produção industrial”,⁹ isto é, se não há uma continuidade produtiva e a unidade se destina a um fim específico, ela é considerada somente como pré-fabricação e não como objeto de produção industrial em que a mesma (tipos, componentes) poderá ser reorganizada atendendo a fins diversos.

Concluindo seu trabalho, através da questão habitacional, Bruna definiu os fatores que contribuiriam para o desenvolvimento tecnológico no país no período de estudo, tais como fim das importações tecnológicas; garantias políticas de incentivo de crescimento interno; diminuição das variações de demanda para garantir a produção normatizada de componentes standardizados; necessidade de desenvolvimento em pesquisa e ainda esforço para que as escolas de arquitetura de forma interdisciplinar, desde o desenho industrial, projeto arquitetônico e do planejamento territorial contribuíssem de forma objetiva para o conhecimento da construção sob seus aspectos tecnológicos e de organização da produção. Avaliou, por fim, que a falta de um projeto político com vantagens sociais restringiu o campo de alcance e acesso aos benefícios que a industrialização traria ao conjunto do desenvolvimento brasileiro.¹⁰

Sobre o entendimento de *standardização*, Bruna dedicou-se a dois momentos de desenvolvimento: o primeiro de caráter repetitivo, onde o modelo era processado em série, icásticos (representa por meios adequados objetos e ideias)¹¹ e, o segundo, analógico, que pode variar informações dimensionais e interagir com conteúdos diversos.¹²

O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* atribui ao termo *standardizar* o significado de padronizar.¹³ *Standardização*, na produção industrial da construção, é um dos elementos do processo de pré-fabricação, lembrando que na sua origem, o termo *standardização* referiu-se a um processo de produção que permitia a fatura em massa de determinados objetos, segundo o engenheiro norte-americano citado por Bruna, Frank Bunker Gilbreth (1868-1924), responsável pelo trabalho *Estudo dos Movimentos* (1911), que trata sobre formas de produzir mais com menos gastos de energia física. O empresário norte-americano Henry

⁹ OLIVIERI G. Mário, *Prefabbricazione o Metaprogetto Edilizio*, Milão: Etas-Kompas, 1968, p.12; In: BRUNA, op.cit. p. 19.

¹⁰ Idem, p. 144.

¹¹ Idem, p. 24.

¹² Idem, p. 26.

¹³ FERREIRA, op.cit., p. 716.

Ford foi o primeiro a aplicar este conceito, a partir de 1913, introduzindo o uso de partes intercambiáveis em uma série de técnicas de ligação das mesmas à fabricação de automóveis.¹⁴

Os arquitetos Lemos e Corona atribuem a *estandardizar* a seguinte definição:

Unificação de produtos de materiais construtivos, com o fim de alcançar determinado padrão e racionalizar a construção: 1º do ponto de vista da ideia, do projeto, facilitando sua criação e o “funcional” em todos os sentidos; 2º do ponto de vista da execução da obra, contribuindo na racionalização do trabalho, na economia e no tempo, atingindo-se os objetivos mais próprios da evolução dos tempos.¹⁵

Essa classificação ajustada para dois pontos de vista distinguidos pelos arquitetos como projeto e execução da obra sem indicar os limites a que estes devam estar coligados, coloca questões que apontam as deficiências analisadas através do objeto do nosso estudo, conforme será visto adiante, no qual somente o projeto era padronizado.

No entendimento do engenheiro civil Teodoro Rosso, a forma padronizada e/ou estandardizada foi desenvolvida como elemento da produção pré-fabricada aplicada na fabricação de componentes. Esses de forma repetitiva podem ser articulados de maneiras diversas. Rosso apoiado no *Discurso do Método*, do filósofo René Descartes (1596-1650), afirmou que a racionalização é uma intervenção intelectual que operacionaliza o processo lógico de um método produtivo qualquer,

(...) a racionalização é o processo mental que governa a ação contra os desperdícios temporais e materiais dos processos produtivos, aplicando o raciocínio sistemático, lógico e resolutivo, isento do influxo emocional.¹⁶

Ou seja, trata-se:

(...) de um processo de produção um conjunto de ações reformadoras que se propõe substituir as práticas rotineiras convencionais por recursos e métodos baseados em raciocínio sistemático, visando eliminar a casualidade nas decisões.¹⁷

Para o autor, a racionalização aplicada às funções intervém no processo de: pesquisa, planejamento, organização, designação, programação, direção, controle, retroação, quando aplicada à construção permite “formular um sistema industrial configurado em três fases principais: a concepção, a execução, o uso ou: o produto, o processo, o consumo.”¹⁸

¹⁴ Os estudos de Gilbreth e de Frederick Winslow Taylor (1856-1915) serviram de base para o procedimento conhecido como “Linha de Montagem” fundada por Henry Ford para a indústria automobilística.

¹⁵ CORONA & LEMOS, op.cit. p. 204.

¹⁶ ROSSO, Teodoro, *Racionalização da Construção*, São Paulo: FAU USP, 1980, 1ª ed. p. 33.

¹⁷ Idem, p. 33.

¹⁸ Idem, pp. 33-34

Esse entendimento próprio do pensamento racionalista da época (ainda que essa análise seja de 1980) dá conta de que, para o autor, o controle e organização da produtividade (quer sejam suas naturezas), deveriam atender aos objetivos práticos em função do “melhor aproveitamento do tempo e do material utilizado”, não importando seus fins, nexos e objetivos que podiam ser ordenados dentro de uma determinada lógica como, por exemplo, a lógica de produção que ordena o produto em função do lucro.

Rosso afirma, ainda, que o processo artesanal ajustado às equações racionalistas poderia atingir gradualmente o que ele chamou de “evoluído para alcançar o industrial”¹⁹. Ainda que não seja o mote do trabalho, essa questão reforça o reflexo da discussão arte-tecnologia – questão moderna, apontando o discurso em prol da industrialização (princípio da abordagem teórica do autor).

Para a definição de *racionalização construtiva* utilizamos o conceito adotado por Fabiana Cerávoro em *A Pré-Fabricação em Concreto Armado Aplicada a Conjuntos Habitacionais no Brasil – O caso do “Conjunto Zezinho Magalhães Prado”*. Apoiada no engenheiro Luiz Sérgio Franco, Cerávoro adotou a seguinte definição: “racionalização construtiva é um processo composto pelo conjunto de todas as ações que tenham por objetivo otimizar o uso de recursos materiais, humanos, organizacionais, energéticos, tecnológicos, temporais e financeiros disponíveis na construção em todas suas fases”.²⁰

Os conceitos sobre *pré-fabricação* informados no trabalho se sustentam nas definições desenvolvidas por Roberto Alves de Lima Montenegro Filho, em *Pré-Fabricação e a Obra de Eduardo Kneese de Melo*. O arquiteto avalia que *pré-fabricação* na construção civil pode ser compreendida como a “fabricação dos componentes antes da execução, no próprio canteiro ou fora, e que em uma fábrica a habilidade do artesão é substituída pelo uso da máquina”.²¹

Além da identificação e discussão de itens específicos, nossa pesquisa preliminarmente buscou um entendimento de dimensões conceituais de temas mais abrangentes como ciência e tecnologia e suas interfaces. No trabalho *Projeto Tecnológico para Edificações Habitacionais: Utopia ou Desafio?*, do arquiteto Ricardo Martucci, elaborado em 1990, com o tema habitação social no Brasil e sua estrutura produtiva, é focalizado o processo científico e tecnológico.²² Para

¹⁹ Idem, p. 35.

²⁰ FRANCO, Benelisa, *A Pré-fabricação no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo, CRUSP*, São Paulo: FAU USP, 1997. In: CERÁVORO, Fabiana, *A Pré-Fabricação em Concreto Armado Aplicada a Conjuntos Habitacionais no Brasil – O caso do “Conjunto Zezinho Magalhães Prado”*, apresentada na EESC USP, em 2007, p. 6.

²¹ MONTENEGRO FILHO, Roberto Alves de Lima, *Pré-Fabricação e a Obra de Eduardo Kneese de Melo*, São Paulo: FAU USP, 2007, (Dissertação de mestrado), pp. 19-21.

²² Ainda que o tema de Martucci seja habitação, as definições sobre tecnologia, industrialização, racionalização entre outras, utilizadas em suas análises extrapolam seu objeto de estudo e, portanto, têm pertinência em nosso estudo. MARTUCCI, Ricardo, *Projeto Tecnológico para Edificações Habitacionais: Utopia ou Desafio?*, São Paulo: FAU USP, 1990, (Tese de doutorado).

o autor, tecnologia e ciência dão maior amplitude às discussões relativas ao problema, permitindo analisar o ramo produtivo da construção civil, a partir das dimensões política, social, filosófica e técnica internacional e nacionalmente.

Em seu trabalho, Martucci define os processos de produção construtiva e de trabalho para formular o conceito de projeto tecnológico. A ideia de processo está vinculada a de movimento ao longo do tempo, ou seja, ligada ao desenvolvimento das atividades econômicas, políticas, técnicas, sociais etc., com especificidades determinadas e definidas historicamente.

Martucci entende que processo de produção, “é aquele que determina o movimento político, econômico e ideológico das relações sociais entre os agentes que participaram do processo, tendo como base uma estrutura, historicamente definida, de valorização dos capitais empregados”.²³ Assim sendo, conclui que no modo de produção capitalista esse processo é regido pelo lucro e pela propriedade privada dos meios de produção, limitando seu alcance social.²⁴

Os processos construtivos – define Martucci – “são aqueles que viabilizam através da tecnologia e da técnica, a materialização das unidades habitacionais”, este conceito pode ser estendido a qualquer tipo de obra.²⁵ Para o autor, a tecnologia está embutida no processo produtivo, por intermédio dos projetos e das técnicas adotadas no processo de trabalho, através do qual a construção se materializa.²⁶

Os campos de estudos propostos por nosso estudo revelam “uma lógica política e econômica” que estimula o pesquisador a “trilhar caminhos” que o levam a desvendar aquilo que chama de “trama do enredo”, ampliando assim os campos de discussão sobre as possibilidades projetuais e construtivas da habitação social.²⁷

O método apontado pelo arquiteto para o desenvolvimento tecnológico no país foi o de promover a percepção de novos valores, a revisão de seus processos constitutivos e seus agentes analisados para além da função meramente utilitária da questão, enxergando em um exame criterioso os objetivos e as ações que envolveram o binômio ciência/tecnologia.

A operação, identificada pelo autor como “penetrar no submundo” do setor construtivo, redirecionou sua “visão dando-lhe certeza de que a lógica da estrutura aparente não representava a lógica da estrutura real”.²⁸ Para a lógica da estrutura real, entendia-se como o processo de produção de habitações

²³ Idem, p. 39.

²⁴ Idem.

²⁵ Idem, p. 46.

²⁶ Idem, p. 42.

²⁷ Idem, p. 12.

²⁸ Idem, pp. 12-17.

com práticas coletivas e integradas abrangiam os subsetores de materiais de construção, componentes e sistemas construtivos e de máquinas, equipamentos, ferramentas, instrumentos, assim como o subsetor de projetos de produção e montagem – essa prática o autor denominou *Projeto Tecnológico para Edificações Habitacionais*. A estrutura aparente abrangia todas as transformações que operavam nos níveis internos e externos da produção, nos procedimentos políticos, econômicos, sociais, filosóficos e técnicos da construção civil. Esse campo de análise conceituado entre dois campos de alcances distintos operavam de maneira análoga à racionalidade formal e à substantiva desenvolvida por Max Weber. A primeira se define como uma atuação finalística e atende objetivos diretos do seu campo de ação e a segunda amplia sua abrangência e se relaciona com outros campos.²⁹

Ao apoiar-se em Weber, Martucci operacionalizou entre suas argumentações o quanto a lógica estabelecida pelo modo de produção capitalista contribuiu, entre vários fatores, para o fundamento dos contratos que os desenvolvimentos tecnológicos atingiram em diversos países, onde avanços e atrasos coexistiram para fundamentar modelos de preponderância econômica e importação da tecnologia.³⁰

A formulação de Martucci encontra semelhança com a operação de Argan chamada “des-historicizar a tecnologia”. Essa consiste em desmontar a autonomia que a questão tecnológica assume ao se sobrepor a outros fins operativos. Condição que dissimula entre outras questões, a do seu campo de domínio e controle. Quem a detém de forma privilegiada ordena, por exemplo, sua forma de mercado e consumo.³¹

Ao definir sobre tecnologia e seu alcance social Martucci, recorreu a Francisco de Oliveira, em *Mito da Salvação Tecnológica*. Oliveira afirmou que a tecnologia não é um desdobramento do conhecimento científico e sim a ciência, operando sobre as forças produtivas que cada vez mais representam um congelamento do conhecimento científico,

²⁹ O filósofo Max Weber registra que a racionalidade se organiza entre dois campos: a formal e a substantiva. A formal se constitui pelo cálculo e características dos sistemas políticos e econômicos de cada região, implicando em regras, hierarquias, especialização que estão presentes nos aparelhos burocráticos. A substantiva se aplica ao conteúdo dos fins operativos dos sistemas legais, econômicos e administrativos. Sendo assim, temos que a formal se opera em função dos fins (finalística/objetivos), enquanto que a substantiva corresponde aos processos adotados (valorativa). Para cada uma delas existem vários tipos de ações e para cada tipo delas variados graus de racionalidade. “A ação que é racional quanto aos fins que se propõe alcançar, a ação que é racional quanto aos meios empregados, à ação ‘afetiva’, que é racional quanto aos sentimentos, a ação tradicional que está próxima da irracionalidade, já que fundada unicamente no hábito.” Para a questão ver: THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto, “Max Weber: O Processo de Racionalização e o Desencantamento do Trabalho nas Organizações Contemporâneas”, *Revista Rio de Administração Pública*, FGV/EBAPE, julho/agosto, 2009, p. 899. Versão on line: www.scielo.br/pdf/rap/v43n4/v43n4a07.pdf

³⁰ MARTUCCI, op.cit. p. 29.

³¹ ARGAN, op.cit. p. 23.

(...) porque a tecnologia somente põe em operação o conhecimento científico quando este é econômico, quer dizer, quando este torna possível manter e reproduzir a relação social básica de exploração e dominação.³²

E nessa operação ao invés do deslumbramento do conhecimento científico ao enfrentar as carências humanas, “a tecnologia enquanto relação social é um verdadeiro obstáculo ao conhecimento científico.”³³ O papel da tecnologia, segundo Oliveira, é o de estar a serviço da submissão e alienação da automação, não liberando os avanços que se destina, mas escravizando cada vez mais o homem como um mecanismo de exploração.

Martucci, citando Nilton Vargas, encontra oposição para a interpretação de Oliveira quanto ao papel da tecnologia e ciência. De maneira considerada pelo autor como mais “otimista”, Vargas aposta na tecnologia como suporte para o desenvolvimento industrial autônomo quando definiu:

A crise que se vive atualmente (1982) traz uma possibilidade de mudança dos paradigmas da industrialização. Esta é uma oportunidade para os países da periferia – que por até agora conseguirem a trilha desenvolvimentista dos países industrializados, tem sido vítimas de desastres ecológicos, econômicos e sociais – procurarem uma nova alternativa técnica de suporte e desenvolvimento industrial autônomo, desatrelado, finalmente, dos países denominados desenvolvidos.³⁴

Para o autor, este debate demonstrava que existiam (e ainda existem), muitas questões e razões a serem motivadas no entendimento entre ciência e tecnologia, que vão para além da reflexão técnica “autorreflexiva” – essas motivações são enriquecedoras e compõe diversos campos de análise.

Para a interpretação do viés social da questão tecnológica foram formulados, por Oliveira e Vargas, pontos com objetivos opostos. O primeiro desconstrói o reconhecimento da tecnologia como “mito da salvação” que suplanta as questões de atraso e carências sociais, e o segundo alimenta a construção da dessa imagem de superação obtida historicamente ligada ao processo de desenvolvimento e de emancipação da nação através do desenvolvimento da tecnologia e ciência.

Para Argan é evidente que:

(...) não se pode falar de desenvolvimento tecnológico autônomo ou de autodeterminação da tecnologia uma vez que a máquina não faz mais do que executar projetos feito pelo homem segundo modelos ou esquemas ainda não estritamente tecnológicos.³⁵

³² OLIVEIRA, Chico, “O Banquete e o Sonho, Ensaio sobre Economia Brasileira, Mito da Salvação Tecnológica”. *Cadernos de Debate* nº3, São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 93.

³³ Idem, p. 93.

³⁴ VARGAS, Nilton, “Os Paradigmas da Tecnologia e o Subdesenvolvimento”. *Revista Brasileira de Tecnologia*. Brasília, maio/junho, 1984, pp. 18-24. In: MARTUCCI, p. 21-22.

³⁵ ARGAN, op.cit. p. 25.

O autor ponderou ao questionar a tecnologia como matriz de análise histórica da sociedade:

(...) Os processos da arte e ciência, para não falar da filosofia e da religião, caracterizaram culturas inteiras, determinaram períodos inteiros da civilização: porque tememos, e não sem razão, tanto medo de que nosso comportamento possa ser influenciado pela tecnologia? Por que somente a civilização industrial deveria ser condenada à alienação total?³⁶

O temor, segundo o autor, não se explica pelo fato de que “nenhuma das grandes promessas da tecnologia industrial no campo social foi cumprida.”³⁷ Promessas que enumera como as de livre e pacífico intercâmbio de meios e produtos, de uma sociedade sem classes, de liberdade política e econômica, do bem-estar universal e, principalmente de uma sociedade racional, perfeitamente integrada, construída pela “revolução dos técnicos”. Mas, por ela em determinados momentos de sua história ter tentado dar forma à concepção de mundo utópico “onde imagina um mundo em que não haja coisa além do progresso tecnológico”, fazendo dela um mito que se sobrepõe às atividades humanas sustentadas pela cultura de massa.³⁸

Argan nos fala do temor que a tecnologia pode oferecer à sociedade histórica, enquanto Oliveira nos fala de seus objetivos camuflados – ambos os sentidos gerados pela desconfiança do alcance da tecnologia. Mais do que uma falta de otimismo essa dúvida revela que, na medida em que uma função é mitificada, se fazem necessário conhecê-la e revelar as forças subliminares que atuam nessa deformação.³⁹

O historiador Shozo Motoyama, em uma abordagem próxima a de Vargas – porém, não deixando as dimensões críticas – apontou que somente um diálogo real entre a sociedade e a comunidade científica serviria como fórmula para a compreensão das questões geradas entre tecnologia e ciência. Isto contribuiria, segundo ele, para que a população tenha conhecimento das discussões que elas suscitam, ao mesmo tempo, em que possa servir de instrumento de conscientização dos produtores da ciência sobre a sociedade em que estão inseridos e vice-versa.⁴⁰

³⁶ Idem, pp. 25-26.

³⁷ Idem, p. 26.

³⁸ Idem, p. 11.

³⁹ Ainda que Argan reconheça que nenhuma das grandes promessas industriais no campo social foi cumprida e advogando em favor da tecnocracia, o autor percebe que os benefícios advindos da tecnologia industrial foram muitos, possibilitando bem-estar social para um grande número de pessoas, mesmo não eliminando as diferenças de classes. Aqui a técnica é o espaço da especialização de origem moderna que decorre da ideologia da máquina que a pensou como instrumento de manobras “é o mundo das grandes guerras destruidoras, das ditaduras políticas e militares, do desemprego em massa”. Sua “ruína”, segundo o arquiteto, se deu com a imposição dada pela produção em massa para o consumo de massa, “lavagem cerebral em que a torcida da massa excitada substituiu a opinião arrazoada.” Idem, p. 26.

⁴⁰ MOTOYAMA, Shozo, (org.) *Tecnologia e Industrialização no Brasil, Uma perspectiva Histórica*, São Paulo: UNESP, CEETPS, 1994.

Para Motoyama, existe uma complexa relação entre tecnologia e desenvolvimento econômico que implica no caráter de uma relação indissolúvel entre tecnologia e sistema industrial. A atividade técnica para ele adquiriu uma grande tonicidade a partir da revolução industrial, mudando o cotidiano da sociedade associou-se à ciência na forma de tecnologia e tornou-se “um trunfo decisivo da competição industrial, na disseminação de novos produtos e de novas formas de comportamento”.⁴¹

Nesse sentido, afirmou que “a própria ciência está ingressando cada vez mais na esfera direta das formas produtivas”. Isto conduz para o autor ao “espectro das questões tecnológicas”, no qual seu alcance se perde “nas brumas do desconhecido”. E, portanto, concluiu o historiador, que não há estranhamento de que “eficiência tecnológica” esteja associada às preocupações filosóficas e sociais, pairando como “graves ameaças à humanidade”. Como recurso para entender a natureza dessa relação, propõe Motoyama o estudo dos “fluxos e contrafluxos do caráter histórico” que estão contidos nos processos de desenvolvimento tecnológico e não no seu aspecto prospectivo, associados às suas coordenadas históricas e não somente como um dado ou, no máximo, como um padrão para o capital, por exemplo.

Para o arquiteto Ruy Gama, ao aproximar a discussão das questões construtivas, em *História da Técnica e da Tecnologia*, define a tecnologia como a aplicação de conhecimentos científicos. Para essa visão utilitarista, apontou como método de análise a compreensão da vinculação entre História da Técnica, História da Ciência e História Econômica, que para o autor, não se confundem, mas se fundem. Por um lado, o papel da técnica na sociedade, definiu Gama, está vinculado às “formas produtivas e o progresso da ciência”, por outro, se liga à própria história e sua problemática a qual coloca como “preservação, restauração e reutilização de edifícios, áreas, espaços urbanos”, que implicam no conhecimento profundo das técnicas construtivas empregadas. Há em Gama uma definição de tecnologia sob o prisma instrumental, decorrente da vinculação entre o conhecimento científico e a produção de bens para o mercado que trata de uma complementação às questões conceituadas por Martucci.

Para a análise proposta por nossa pesquisa acredita-se adequado o campo de reflexão apontado por Argan: a “investigação operacional do campo de atuação da tecnologia”, através do conhecimento de suas razões e impulsos. Em suma, com o objetivo de revelar aquilo que, na verdade, não conhecemos (ou queremos). Essa operação envolve os vários campos de atuação da

⁴¹ Idem, p. 13.

ciência e da tecnologia, ao mesmo tempo, em que incide na desmitificação do seu uso que serviu em vários momentos, como campo de manobras sociais e políticas.⁴²

1.2. Tipo arquitetônico: aporte instrumental ou uma abstração

Outra importante questão para o presente trabalho diz respeito ao conceito de tipo aplicado no processo de industrialização na definição da arquitetura enquanto disciplina autônoma. Essa discussão terá como base a análise desse conceito elaborada pelos arquitetos Giulio Argan e Rafael Moneo, cujos trabalhos retomaram várias formulações pretéritas.⁴³

Reconhecendo a importância de recuperar o problema da tipologia, isto é o estudo e a formação dos tipos, quer no processo histórico, quer no processo operativo e ideativo dos arquitetos, Argan estabelece uma analogia entre tipologia e iconografia (o estudo e a formação das imagens). Ambas na arte figurativa constituem um fator determinante, mas sempre presente, “de modo mais ou menos manifesto no processo artístico”.⁴⁴

Para o arquiteto, a definição mais precisa de tipo é recuperada nas formulações do teórico de arquitetura Antoine-Chrysostome Quatremère de Quincy (1755/1849) no seu *Dictionnaire Historique de l'Architecture*, publicado em 1832-33:

A palavra tipo não representa tanto a imagem de uma coisa a ser copiada ou imitada perfeitamente quanto à ideia de um elemento que ele mesmo deve servir de regra ou modelo [...] O modelo, entendido segundo a execução prática da arte, é um objeto que se deve repetir tal como ele é; o tipo é, pelo contrário, um objeto segundo qualquer pessoa pode conceber obras que não se assemelharão em nada entre si. Tudo é preciso e dado

⁴² Os trabalhos analisados são conhecidos e escritos há alguns anos. A renovação dos conceitos apresentados sofreu o impacto das articulações no campo da arquitetura. O modernismo colocou num primeiro plano a relação entre arquitetura e industrialização de forma programática a partir da Declaração de La Sarraz. As definições de Bruna, Corona e Lemos, são embutidas nesse vínculo. Mesmo, a crítica de Argan tem como pano de fundo o mesmo vínculo. Na arquitetura moderna brasileira, esse vínculo se aliou à questão do desenvolvimento industrial nacional. Assim, a industrialização e o desenvolvimento tecnológico e seus percalços adquirem uma dimensão que extrapola e barra a construção com os trabalhos Vargas, Motoyama e mesmo Martucci (ainda que este último tenha a construção como caso). Todos buscam dar conta das críticas ao repertório moderno. A limitação dos vocabulários ocasionada pelos elementos industrializados e estandardizados incentiva as discussões sobre industrialização da construção, racionalidade, etc., sofrendo certo congelamento. Daí decorre a escassez de novos autores sobre a questão. Porém, isso não quer dizer que não haja abordagens recentes. Em boa medida, configurou-se uma dicotomia; por um lado, alguns autores orbitaram o conjunto de questões ligadas à industrialização da construção; por outro lado, vários trabalhos quando se referem a essas questões baseiam-se nos autores citados, postulando a industrialização da construção como tema de um segmento da arquitetura ou como causa de alguns arquitetos.

⁴³ MONEO, Rafael, *La Solitudine Degli Edifici e Altri Scritti, Questioni intorno All' Architettura*. (1976-1988) Torino: Umberto Allemandi&C, 2004. Tradução da autora.

⁴⁴ ARGAN, op. cit. p. 65.

no modelo; tudo é mais ou menos vago no tipo. Assim vemos que a imitação dos tipos nada tem que o sentimento e o espírito não possam reconhecer [...] ⁴⁵

Argan adverte que o conceito de “vagueza” não deve influir na qualidade estética, na invenção e no modo de fabricação do tipo. E ainda ao distingui-lo, que ele seja um resultado de comparações e de sobreposições, por exemplo, o tipo redondo (como do Panteão) é a síntese de uma série de exemplares. Assim, o nascer do tipo está associado a uma série de edifícios que possuam entre si analogias formais e funcionais,

(...) em outros termos, quando um tipo se fixa na prática ou na teoria arquitetônicas ele já existe, numa determinada condição histórica da cultura, como resposta a um conjunto de exigências ideológicas, religiosas ou práticas. ⁴⁶

O procedimento formativo do tipo para o qual deve ser “isolados e conservados os elementos que comparecem em toda unidade da série”, na metade do século XIX sofreu uma tentativa de incluir no seu método classificatório as funções práticas do edifício. Esta prática excluía o entendimento dos tipos históricos e sua relação fundamentada em determinadas civilizações. Para Argan essas variantes, particularmente a gerada a partir dos impulsos modernos, a que o tipo está sujeito não modificaria sua essência na medida em que ele mantém em si uma constante que o habilita para o presente de forma peculiar. Esta natureza pode ser lida através de três categorias: o edifício por inteiro, os elementos construtivos e os decorativos, segundo a sucessão das fases operacionais. Assim, para o arquiteto todo projeto arquitetônico possui um aspecto tipológico quer seja aproximando-o ou afastando do tipo.

Conclui Argan que se o tipo descrito por Quatremère de Quincy é um “objeto”, mas “vago” então: “(...) o tipo é a suspensão do juízo histórico”. Fato que libera para o artista/arquiteto o uso das condicionantes de uma determinada forma histórica em sua nova concepção, garantindo as exigências projetuais estabelecidas tanto para arte sacra como para a arquitetura industrial. ⁴⁷

Em suas considerações sobre tipologia o arquiteto Rafael Moneo, entende que o tipo responde ao primordial e básico do objeto arquitetônico e como ele se opera baseando-se fundamentalmente nas “possibilidades de reagrupar o objeto servindo-se de sua similitude a ele intrínseca”. As analogias, para Moneo,

⁴⁵ Idem, p.66. A definição de Quatremère, articulada com a questão de lugar, também adotada pelo arquiteto Aldo Rossi em *Arquitetura da Cidade*, serviu como base para que Rossi formulasse a existência de uma associação entre tipos e determinadas formas arquetípicas despertadas pela memória coletiva que dariam um sentido à cidade para além de seus fatos concretos. NESBITT, Kate. *Uma Nova Agenda para a Arquitetura: Antologia Teórica da Arquitetura de 1965 a 1995*, São Paulo: Cosac & Naif, 2006, pp. 377-378.

⁴⁶ ARGAN, op.cit, p. 66.

⁴⁷ Idem, p. 68. Tal suspensão incide diretamente sobre um conceito chave do modernismo: o *zeitgeist* ou o espírito da época. Assim, uma forma histórica pode transcender o seu período.

ocorrem no agrupamento de uma organização particular dentro da estrutura formal do objeto.⁴⁸ Para o arquiteto o conceito de tipo possibilita reunir um grupo, permitindo identificar palácios renascentistas, torres góticas, bem como novos arranjos, tais como os arranha-céus. Assim, essa formulação rejeitando a individualidade executa uma operação concreta específica e única. Uma série tipológica deriva para Moneo, da relação que se estabelece entre o elemento e o todo, produzindo certa continuidade entre si, um “tipo mãe” que possui conformidade e sequência.⁴⁹ Nesse sentido, a formulação de Moneo aproxima-se muito da de Quatremère de Quincy, de quem é leitor, e por extensão, também da de Argan. O “tipo mãe” relaciona-se com o tipo “vago”.

A ideia de tipo identificada como um “mecanismo rígido” se opõe a ideia de tipo que para o arquiteto está associado à transformação e a troca,

(...) a continuidade e estabilidade formal não devem ser atribuídas ao conceito de tipo: seria mais justo que a identidade do problema corresponde à identidade da forma, dizendo de outra maneira, que a estabilidade de uma sociedade (que se reflete tanto nas suas ações como na técnica e na imagem) há de ser responsável pela persistência da imagem no espelho da arquitetura.⁵⁰

Completa Moneo, que a ideia de tipo deixando de ser um mecanismo rígido que “bloqueia” a arquitetura, torna-se elemento fundamental para negar o passado, ou seja, a estabilidade formal, ao mesmo tempo em antecipa o futuro. Novamente, há aproximações entre Moneo e Quatremère de Quincy, o modelo nesse, é muito próximo a estabilidade da forma. Evidentemente, há que se considerar que Moneo busca discutir o tipo a partir do impacto do modernismo, e sua concepção de espírito da época, trouxe à arquitetura, questão que em Quincy não estava presente. Neste sentido, a opção de Moneo é reatar a arquitetura moderna com o pensamento arquitetônico anterior. Para ele, o momento de maior intensidade para a história da arquitetura é quando surge um novo tipo,

(...) Quando aparece um novo tipo, quando o arquiteto descobre o jogo da relação formal que dá lógica a uma nova categoria de edifício sua contribuição atinge o grau de generalidade do anonimato que caracteriza a arquitetura como disciplina.⁵¹

⁴⁸ Para Moneo, estrutura formal não é aquela que pela *gestalt* reduziu-se ao tipo (cúpula no Renascimento, como uma abstração geométrica) e sim a que interpreta o tipo como aquele que se baseia na atividade social da construção, ocupando uma posição definida, por exemplo, compreende a cúpula do *Ottocento*, pertencente a uma categoria diversa da qual pertence à cúpula do Renascimento.

⁴⁹ A série tipológica, para Moneo, pode ser entendida a partir da Cúpula de Firenze de Brunelleschi. Seu coroamento, introduzindo a lanterna como elemento lógico, gerou um elemento tipo que promoveu seu uso em uma série de cúpulas do Renascimento e no Barroco “a ponto de ser considerado como um elemento de coerência formal”.

⁵⁰ MONEO, op. cit.

⁵¹ Idem.

Na leitura e análise da definição de Quatremère de Quincy, Moneo afirmou que seu conceito de tipo “permite instituir laços com o passado, podendo ser dado como metafórico” na medida em que através de sua análise formal podia interpretar o problema da arquitetura,

(...) Em outra palavra o tipo esclarece a região da experiência oculta na arquitetura sempre latente no curso da história, manifestando sua continuidade através da mediação do tipo.⁵²

Para Moneo, na medida em que o nascimento de um tipo novo é fundamental, a questão “necessidade e natureza” e depois, no “espírito industrial” que procurou inovar em todas as coisas, estariam presentes, enquanto possibilidade, nas formulações de Quatremère de Quincy. De forma que o tipo, construindo seu nexos pela forma embasada nas regiões e usos, resulta em “tipicidade” ao curso da história na operação arquitetônica. Assim, identificando uma forma exata, o tipo fruto da lógica precisa, construía seu sentido como ponte para o passado. Daí sua comparação com “modelo” ser impróprio, pois o tipo tem sua própria razão na história. Enquanto que modelo é a repetição mecânica do objeto simples e único com as características que levam do passado, “uma identidade plasmada, mas ancorada no presente imediato do objeto”.⁵³

Após o movimento moderno o conceito de tipo foi refutado como imobilismo. Nos debates dos anos de 1960, para responder a capacidade de usar o tipo no contexto urbano, uma nova busca teórica se desenvolve para explicar a continuidade formal e estrutural das cidades antigas (morfologia urbana).

Nesse momento, as cidades, segundo Moneo, foram identificadas como fruto de um processo natural – resultado das ações do tempo e de certas estruturas formais. Essa operação foi utilizada por Aldo Rossi e seu círculo, sendo a base adotada por Argan, apoiado em Quatremère de Quincy, na qual o tipo “conceito mais abstrato” permitiria reconhecer os elementos genéricos da cidade e a partir deles definir as escalas das estruturas urbanas, “[...] ruas, os edifícios públicos e os campos venezianos são considerados elementos tipo e sua relação com a cidade pode perder significado se não reconhecê-los como tal.”⁵⁴

Para Moneo, entretanto, ainda que haja semelhanças, Argan deu uma interpretação de tipo oposta a de Quatremère de Quincy. Enquanto Argan traduziu tipo como certa abstração a respeito da forma e uso do edifício reconhecendo

⁵² Idem.

⁵³ Moneo afirma que o método de composição standardizada é encontrado no manual e tratado de Jean-Nicolas-Luis Durand (1760-1834) e, ainda, que a ideia de tipo é aplicada no seu sentido oposto.

⁵⁴ Trata-se da interpretação proposta para Veneza, por Saverio Muratori (1910/1973), que segundo Moneo, utilizou a questão do tipo como método de análise urbana influenciando outros estudiosos e arquitetos na mesma área.

sua realidade (histórica); Quatremère de Quincy apoiava sua interpretação no absoluto platonismo. Sem pretender um aprofundamento destas questões, mas novamente lembrando que o problema do uso, mesmo presente nas formulações pretéritas da arquitetura (como a tríade vitruviana *firmitas, utilitas e venustas*) passou a ter dimensão funcional, a partir da arquitetura moderna, como Argan interpretou, o trabalho buscará apoio nas formulações do historiador italiano justamente porque ela permite um diálogo entre um conceito presente historicamente na arquitetura e sua relação com o fazer arquitetônico, estabelecido pelos arquitetos modernos, no caso aqueles que produziram para o Plano de Ação. O que de certa forma também possui anuência com as definições de Moneo.⁵⁵

⁵⁵ Para Moneo, a interpretação de tipo mais compatível com Quatremère foi desenvolvida por Rossi baseada na justaposição de memória e razão. Onde o fragmento é um tipo primário e permeável em qual valor é dada a dimensão de construir a cidade sem perder a memória.

2

ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA: CAMINHOS PARA SUA COMPREENSÃO

2.1. Pressupostos e princípios

Nossa modernidade não foi criada por processos endógenos ou espontâneos, como aconteceu com as nações que se modernizaram antes, inventando suas manifestações modernas já durante o percurso. Nossa modernidade foi criada pelo saudável “efeito demonstração” dos países já modernos; sendo assim, cada vez que adotamos um modo moderno, não sabemos se aquela é uma manifestação autêntica de fato, ou se estamos simbolicamente parodiando um fetiche da modernidade que desperta nossa admiração acrítica¹.

As bases para a compreensão da arquitetura moderna no Brasil não se firmaram em processo análogo às nações que se modernizaram, a partir do fim do século XIX e meados do século XX, na Europa Ocidental e na América do Norte, quando surgiram várias mudanças culturais e científicas que repercutiram no cenário da vida moderna².

Ainda que existam questões universais que influenciaram diretamente o processo brasileiro, é necessário compreender sua realidade apoiada nas condições socioculturais, econômicas, materiais e políticas do país que transformou os tradicionais padrões arquitetônicos de beleza, de composição, de estilo e relação do edifício com o espaço construído no país.

A arquitetura moderna brasileira se estabeleceu, em grande parte, forjando a identidade da nação, ou melhor, o projeto de identidade de nação, na base de sua produção, porém os efeitos dessa base operacional não são imutáveis, isto porque toda a base cultural possui uma dinâmica concreta, na qual se manifestam dinamicamente “idiossincrasias”³.

¹ COX, Cristián Fernández, *América Latina Nueva Arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.

² O “modernismo” surgiu com a motivação inicial de acompanhar e interpretar o “esforço progressista econômico-tecnológico da civilização industrial”, bem como a vontade de fazer uma arte em conformidade com a sua época, tanto na temática como no estilo. E ainda sob a condição de atender a produção industrial, que se alinhasse entre função e estética - “a busca de uma funcionalidade decorativa” para “inspirar e redimir o industrialismo” e assim, produzir uma linguagem/“estilo” internacional ou europeu. ARGAN, Giulio Carlo, *Arte Moderna, Do Iluminismo aos Movimentos Contemporâneos*, São Paulo: Cia das Letras, 2008, 2ªed., 2ª reimpressão, 1988.

³ COX, op. cit. O autor aponta que para entender a identidade na arquitetura é necessário compreender a lógica dos fenômenos históricos e sociais que interagem com a produção do objeto, sem a falácia das influências formais decorrentes de seu passado e ainda sem afastar a ideia de que ela se constitui uma identidade metafísica invariável.

(...) Por exemplo, embora a bossa nova continue como um tipo de samba, a influência do jazz, com a qual se fundiu, acabou por transformá-la. Nesse sentido, a identidade cultural está muito longe de ser uma entidade metafisicamente invariável: 'a identidade não é a essência da história'.⁴

Diferentemente de outros contextos, como o europeu, em que a arte e a arquitetura moderna surgiram vinculadas aos ideais de socialização e da construção de um “Novo Mundo”, no Brasil, o impulso da criação de uma identidade nacional através do Estado esteve na base de várias iniciativas modernas. O Estado brasileiro, particularmente a partir da era Vargas (1930-1945), atuou na promoção e na renovação da linguagem arquitetônica. Este processo cultural ultrapassou a arquitetura e incluiu as mais variadas manifestações artísticas e culturais⁵.

O cometimento da criação de uma identidade nacional, através do Estado, promoveu uma coesão de propósitos presente na produção das artes plásticas, da arquitetura e do urbanismo, que viria a tornar a produção moderna hegemônica, sintetizando uma projeção de nação desenvolvida que nega seu passado imediato, porém, se aproxima ao que é mais distante. Na arquitetura essa operacionalidade ocorre através do resgate da “verdade construtiva”, organizada por Lúcio Costa, quando da busca da identificação das origens coloniais, o arquiteto e seguidores elegem e validam uma forma de conceber e produzir arquitetura e, sobretudo, uma interpretação dessa produção por atender os parâmetros que aliam tradição (inventada) e valores culturais nacionais (não menos inventados).

Nesse processo, tornou-se histórica a tríplice aliança entre os ideais de Lúcio Costa, a ação do Estado (representado pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema) e a assessoria de Le Corbusier (arquiteto franco-suíço e de fundamental participação no desenvolvimento da arquitetura moderna). A aliança foi motivada pela construção do projeto do Ministério da Educação e Cultura no Rio de Janeiro (na época, Ministério da Educação e da Saúde Pública), MESP, em 1937, obra impulsionou a produção moderna no país⁶.

⁴ CÔX, ibidem. Versão on line: *Afirmção cultural: Uma atitude ativa na busca da identidade na arquitetura*. In: <http://www.agitprop.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.055/515/pt>

⁵ A relação identificada no movimento moderno brasileiro que estabelece vínculos com o passado, sendo promotor de um nacionalismo, é apontada por diversos críticos e historiadores, já nos marcos iniciais dessa produção arquitetônica: o edifício do Ministério da Educação e Cultura no Rio de Janeiro (na época, Ministério da Educação e da Saúde Pública), projeto de Lúcio Costa, Carlos Leão, Jorge Moreira, Afonso Reidy, Oscar Niemeyer e Ernâni Vasconcelos, sob o parecer de Le Corbusier, de 1937, é a referência inicial de um processo que teve com a construção da Brasília um momento exemplar. Para análise da questão ver: MARTINS, Carlos F., *Arquitetura e Estado no Brasil - Elementos para uma Investigação sobre a Constituição do Discurso Moderno no Brasil*; a *Obra de Lúcio Costa (1924/1952)*, dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 1987, mimeo e BUZZAR, Miguel Antonio, *João Vilanova Artigas – Elementos para a Compreensão de um Caminho da Arquitetura Brasileira - 1938-1967*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, maio de 1996.

⁶ Segundo o professor Carlos Martins o edifício do MESP se destacou “(...) não apenas pelas suas qualidades plásticas, mas pelo que significa como lance fundamental no embate pela capacidade de representar a ideia do Estado-Nação a se construir no futuro. O que neste caso significava a sua consolidação como arte oficial, com todas as consequências posteriores”. MARTINS, op.cit., p.171.

2.1.1 Produção de obras públicas: racionalização

O esquema nacionalista do governo Vargas, exercido com grande concentração de poder político, procurava promover a consolidação do Estado-Nação brasileiro e romper com a fragilidade institucional, presente na Velha República. Buscando o fortalecimento do Estado, Vargas utilizou a produção cultural e políticas sociais para dinamizar a dimensão nacional das políticas governamentais. O nacionalismo é certamente uma ideologia, mas a construção, ou o fortalecimento do Estado-Nação brasileiro, foi um projeto do governo Vargas que alinhou grupos opostos. Como resultado, negociou com vários seguimentos políticos, fragmentando postos políticos e, mesmo, suas políticas. Os modernos, que se fortaleceram nesse processo, tendo grande expressão no Ministério da Educação e Saúde Pública, foram um dos grupos presentes no seu governo⁷.

Nesse período, vivenciou-se um forte crescimento urbano, aliado aos métodos policiais opressores que eliminavam sua oposição e focos de tensão social, seu governo agenciou um Estado forte, intervindo na economia como promotor de desenvolvimento, iniciando um processo de crescimento industrial, visando à substituição do modelo agroexportador. Para viabilizar a industrialização da construção e a produção em larga escala, o Brasil enfrentava uma série de entraves políticos, sociais e, principalmente econômicos, na medida em que a economia tinha como lastro principal a agricultura, uma indústria pouco desenvolvida e com setores produtivos muito atrasados em termos tecnológicos⁸.

As questões que envolveram arquitetura, cidade industrial, racionalização da construção e industrialização foram debatidas nos *Congressos Internacionais de*

⁷ Gustavo Capanema foi designado pelo presidente para dirigir o Ministério. Nomeado em julho de 1934, permaneceu no cargo até o fim do Estado-Novo, em outubro de 1945. Sua gestão foi abalizada pela concentração, em instância federal, de várias iniciativas no campo da educação, da cultura e saúde pública no Brasil, impregnadas dos ideais nacionalistas. Capanema promoveu a nacionalização (entenda-se também estatização) de cerca de duas mil escolas que estavam nos núcleos de colonização do sul do país, ação étnica intensificada após a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, em 1942. Ver dissertação de mestrado de Valquíria Elita Renk – *Educação de Imigrantes Alemães em Curitiba* - em 2000, sobre a Escola Católica Elementar Alemã de Curitiba, atualmente Colégio Bom Jesus, que foi fundada aos moldes das escolas alemãs e fechada após as ações étnicas do Ministério de Vargas. A escola pertencia a um grupo étnico religioso alemão e seguia o seu currículo escolar, incluindo o ensino da língua alemã. Embora ensinassem também a língua portuguesa, foi criada pelos emigrantes alemães para que se conhecessem as características de identificação do país de origem, contribuindo para a manutenção de uma identidade cultural. Essa “identidade étnica” provocou um confronto com a legislação educacional do Estado-Novo, na medida em que para a formação da nação brasileira era necessário que as escolas ensinassem a língua pátria, o hino e a bandeira nacional, sua história e geografia. Na área do ensino profissionalizante, criou, através de convênio com o empresariado, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Criado em 22 de janeiro de 1942, pelo decreto-lei nº 4.048 do presidente Getúlio Vargas, o SENAI surgiu para atender a formação de mão-de-obra para a indústria de base. Na ocasião, suas premissas eram de que sem educação profissional não haveria desenvolvimento industrial para o País. Além das ações educacionais, Capanema buscou, como ministro, manter um relacionamento bem próximo com os intelectuais brasileiros, tendo sido essencial na construção dessa empreitada o auxílio de Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete responsável pela criação do SPHAN foi através do decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.

⁸ E para as questões da viabilidade da industrialização da construção ver: BRUNA, op.cit.

Arquitetura Moderna – CIAM. No primeiro Congresso realizado no castelo suíço de La Sarraz, em 1928, foi elaborada uma declaração de princípios e intenções com a assinatura de 24 arquitetos, dentre os quais a do franco-suíço Le Corbusier. No documento oficializaram que a arquitetura de forma inevitável deveria estar vinculada com as questões sociais, e que longe de se ver afastada das realidades do mundo industrializado, deveria a ele se vincular, integrando a produção racionalizada. Assim declararam,

1. A ideia de arquitetura moderna inclui o vínculo entre o fenômeno da arquitetura e do sistema econômico geral.
2. A ideia de “eficiência econômica” não implica a oferta por parte da produção, de um lucro comercial máximo, mas a exigência, por parte da produção, de um mínimo esforço funcional.
3. A necessidade de uma eficiência econômica máxima é o resultado inevitável do empobrecimento da economia geral.
4. O método mais eficiente da produção é o que decorre da racionalização e da padronização. A racionalização e a padronização agem diretamente sobre os métodos de trabalho, tanto na arquitetura moderna (concepção) quanto na indústria da construção (realização).
5. A racionalização e a padronização agem de três modos diversos:
 - a) Exigem da arquitetura concepções que levem à simplificação dos métodos de trabalho no lugar e na fábrica;
 - b) Significam para as construtoras uma redução de mão de obra especializada; levam ao uso de uma mão de obra menos especializada que trabalhe sob a direção de técnicos da mais alta habilitação;
 - c) Esperam do consumidor (ou seja, do consumidor que encomenda a casa na qual vai viver) uma revisão de suas exigências em termos de uma readaptação às novas condições da vida social. Essa revisão irá manifestar-se na redução de certas necessidades individuais, doravante desprovidas de uma verdadeira justificativa; as vantagens dessa redução irão estimular a máxima satisfação das necessidades da maioria, as quais se acham no momento, restringidas⁹.

Durante a era Vargas foi evidente o envolvimento de uma parcela dos arquitetos com propósitos internacionais de arquitetura moderna. Nos debates e na produção das habitações sociais do Estado-Novo, financiados pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões, foram manifestos os conhecimentos das diretrizes dos CIAM presentes, também, nos anais do *I Congresso de Habitação*, organizado pela Divisão de Arquitetura do Instituto de Engenharia de São Paulo, em 1931. Em sua análise, o arquiteto Paulo Bruna observa que o congresso

⁹ Foram realizadas dez reuniões dos CIAM, sendo a última realizada no ano de 1956. As reuniões foram organizadas com os seguintes temas: 1928, CIAM I (La Sarraz, Suíça). Fundação dos CIAM; 1929, CIAM II (Frankfurt am Main, Alemanha) - Unidade mínima de habitação (Existenzminimum); 1930, CIAM III (Bruxelas, Bélgica) - Desenvolvimento racional do lote (Rational Lot Development); 1933, CIAM IV (Atenas, Grécia) - Publicação da Carta de Atenas; A Cidade funcional (The Functional City); 1937, CIAM V (Paris, França) - Moradia e recreação (Dwelling and Recreation); 1947, CIAM VI (Bridgwater, Inglaterra) - Reafirmação dos objetivos dos CIAM. Nossas cidades podem sobreviver? (Can Our Cities Survive?); e a Nova Monumentalidade; 1949, CIAM VII (Bérgamo, Itália). Sobre a cultura arquitetônica (Concerning Architectural Culture); 1951, CIAM VIII (Hoddesdon, Inglaterra) - O Coração da cidade (The Heart of the City); 1953, CIAM IX (Aix-en-Provence, França) - A Carta da habitação (The Charter of Habitat); 1956, CIAM X (Dubrovnik, Iugoslávia). Surgimento do Team 10; Ver: BARONE, Ana C.C., *Team 10. Arquitetura como Crítica*, São Paulo: Annablume, 2002. E para as questões da viabilidade da industrialização da construção ver: BRUNA, op. cit.

de habitação mesmo centrado nas questões de higiene, eficiência econômica, técnica dos materiais e processos construtivos, apresentou grande semelhança aos objetivos e métodos dos CIAM até então realizados, o de 1929 em Frankfurt, e o de 1930, em Bruxelas. As conferências fizeram menções a essas reuniões e entre os temas, destaca-se a *Racionalização dos Materiais de Construção, Processos de Padronização, Condições de Conforto* que apontava a preocupação e a discussão sobre os métodos e alcance destas questões na produção em grande escala¹⁰.

Na era Vargas, a produção de obras públicas no país foi reformulada pelas orientações que ocorreram na esfera política e social, que refletiram administrativamente na natureza e na função dos serviços públicos, desenhando um novo perfil para o Ministério de Viação e Obras¹¹.

Em sua publicação sobre os edifícios dos Correios e Telégrafos, a arquiteta Margareth da Silva Pereira aponta que, neste momento, o poder público preocupado com o controle dos serviços de comunicação, regulamentou sua prestação de serviços no território nacional, implantando redes de atendimento com a construção de agências postais e telegráficas padronizadas. Assim, nota a arquiteta:

A ideia de construções em série não era nova, assim como a penetração, em várias esferas da vida cotidiana, de procedimentos ditados em sua origem pelo desenvolvimento da produção industrial. Pode-se dizer que alguns equipamentos urbanos, como escolas e mercados, havia sido objeto de políticas implementadas desde o começo do século que tendiam pela padronização e construção em série. Também grande parte da arquitetura ferroviária e algumas estações telegráficas foram guiadas pelo mesmo princípio¹².

A produção seriada, apontada por Hugo Segawa em seu livro *Arquiteturas do Brasil, 1900-1990*, classificada como de “equações racionalistas”, no capítulo “Modernidade Pragmática”, durante o período Vargas foi elaborada com conceitos de funcionalidade, eficiência e economia e utilizada em obras públicas com projetos e construções elaborados, em grande parte, por órgãos oficiais de engenharia e arquitetura, tais como, o Departamento de Correios e Telégrafos; a Diretoria de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal no Rio de Janeiro; a

¹⁰ Ver: BRUNA, op.cit., pp.122,123. Sobre a relação entre os engenheiros/arquitetos e os debates internacionais ver: FISCHER, Sylvia, *Os arquitetos da Poli, Ensino e Profissão*, São Paulo: Edusp, 2005. Para as questões habitacionais no período Vargas, ver: Bonduki, Nabil, *Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004, 4ªed.

¹¹ O Ministério de Viação e Obras Públicas foi fundado, em 1906, durante o governo republicano de Afonso Pena (1906/1909), existindo até 1967, quando reformas administrativas, durante o governo militar alteraram sua estrutura transformando-o em Ministério dos Transportes. Histórico do Ministério dos Transportes - <http://www.transportes.gov.br/index/conteudo/id/371609>

¹² PEREIRA, Margareth da Silva, *Os Correios e Telégrafos no Brasil – Um Patrimônio Histórico e Arquitetônico*, São Paulo: MSP/ Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1999, p.103. A autora aponta, em um relatório de 1932 da Seção de Edifícios, que estava subordinada à Diretoria de Material do Departamento de Correios e Telégrafos, que neste ano, somente no nordeste, foram iniciados 55 agências padronizadas.

Diretoria de Arquitetura e Construção de Pernambuco, entre outros. Observa o autor que as “linhas geometrizantes” ultrapassavam o campo da estética para uma série de tópicos funcionais, programáticos e pedagógicos, orientando o desenho do edifício e estabelecendo seus programas funcionais¹³.

A racionalidade destes edifícios estava desvinculada do processo de pré-fabricação, era expressão de seu programa de funções e de consolidação de um Estado moderno, como observado na produção padronizada das agências dos Correios e Telégrafos, quando em 1932, o governo contratou diversos arquitetos para desenvolver a partir de um programa funcional um “projeto-tipo”¹⁴.

Figuras 1 e 2: Agência dos Correios e Telégrafos de Juiz de Fora e Belo Horizonte. Fonte: Edubaneto e SEGAWA, p.71.

Ainda que a prática de produção seriada, a modulação e a pré-fabricação fizessem parte dos eixos de discussões e posturas da arquitetura moderna, desde a sua origem, no Brasil, a efetivação desta conceituação ocorreu através da produção de equipamentos públicos constituindo-se em um dos seus primeiros casos.

Na produção de obras públicas, em São Paulo, desde a década de 1920 era comum na Secretaria de Obras Públicas e Viação que engenheiros diplomados, com atribuições profissionais ampliadas a partir de regulamentações do ensino e atuação no mercado, ocupassem o cargo de supervisor. Essa aliança entre formação cultural, técnica e atuação foi identificada por Silvia Fyscher, em seu trabalho *Os arquitetos da Poli- Ensino e profissão em São Paulo*:

Devido à ampliação de suas atribuições, durante a década de 1920 tanto a Secretaria de Obras Públicas como a Prefeitura Municipal passaram a formar seus quadros próprios de engenheiros e arquitetos que, como funcionários, iriam cuidar integralmente da realização das obras públicas. Aí também, dentro dos respectivos departamentos, o trabalho era dividido em diversas seções: a Seção de Arquitetura, a Seção de Fiscalização, a Seção de Obras, etc¹⁵.

¹³ SEGAWA, Hugo, “Arquiteturas no Brasil – 1990-1990”, in: *Vertentes Racionalistas: as Obras Públicas*, São Paulo: Edusp, 2002, 2ªed. 1ª reimpressão, pp.66-72.

¹⁴ Idem, p.p. 69-72.

¹⁵ Fyscher, op.cit, p.241

Essa associação entre a prática e o ensino acadêmico proporcionou a base para que o funcionalismo, associado às equações racionalistas instituisse o pensamento estruturante do Departamento de Obras em São Paulo. E assim os procedimentos de padronização de projetos e administrativos vincularam-se aos métodos de trabalho do Departamento, conforme será visto adiante.

2.2. Consolidação da Arquitetura Moderna

Passado o período inicial de introdução, com Gregory Warchavchik (em São Paulo), e de legitimação da arquitetura moderna, com Lúcio Costa e equipe (nesse caso, nos anos de 1930 e de 1940), com o Pavilhão de Nova York (1939), a inauguração do edifício do MESP (1943), o Conjunto da Pampulha (1943) e o sucesso internacional desta arquitetura com a exposição (e o livro/catálogo) *Brazil Builds*, outro conjunto de motivações contribuiu para a disseminação da arquitetura moderna no país que passava por transformações estruturais, repercutindo no modo de vida brasileiro, principalmente das grandes cidades, dentre os quais se destacaram: a autonomia e o surgimento das escolas arquitetura; a criação de museus e bienais; as críticas da arquitetura moderna e, os periódicos nacionais especializadas. Sobre as transformações ocorridas no panorama arquitetônico brasileiro, nesse período, observou o professor Miguel Antonio Buzzar:

Para a arquitetura moderna brasileira ou a sua corrente hegemônica, nada mais sincrônico, pois ela fechava a década de 40 completando um círculo de maturidade, onde a especificidade de uma escola moderna nacional havia sido “reconhecida”. Os anos 50 mais do que cristalizar essa arquitetura, deveriam aprofundar as suas características. Esse parecia ser o caminho, pois nessa década formaram-se as primeiras turmas das escolas específicas de São Paulo e Minas Gerais, revistas de arquitetura foram organizadas, a urbanização em consonância com a industrialização conheceria uma inflexão decisiva, que culminaria na década de 60 com o predomínio numérico da população urbana sobre a rural, moldando o território de vida da arquitetura e da indústria: a própria cidade. Sendo que o reconhecimento internacional da arquitetura brasileira seria afirmado, revalidando suas qualidades, em várias publicações estrangeiras¹⁶.

A autonomia das escolas de arquitetura surgiu, ao mesmo tempo, em que o prestígio da arquitetura ganha corpo. A partir de 1945, com a reforma estrutural da Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro, quando o curso de arquitetura assume autonomia outras escolas e fundações se assentaram na mesma direção¹⁷.

¹⁶ BUZZAR, op.cit, p.175.

¹⁷ A escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro – ENBA – foi um importante centro de formação em arquitetura e engenharia no país, que tornou o ensino de arquitetura independente, criando a Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, que incluía a habilitação de urbanismo para engenheiros e arquitetos, complementando uma carga horária de dois anos suplementares. Em 1945, o curso de arquitetura se desvincula de sua estrutura passando a ser gerido pela Faculdade Nacional de Arquitetura

Em São Paulo, a Faculdade de Arquitetura Mackenzie, que se separa da engenharia em 1947; a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, que em 1948 desmembra-se da Escola Politécnica. Um dos efeitos dessa autonomia e sua difusão podem ser evidenciados nos registros do Instituto de Arquitetos do Brasil, Seção de São Paulo, nos quais, em 1943, ano de sua fundação, tinha apenas 38 inscrições e em 1950, inicialmente com 243 inscritos, atinge em 1955 o número 453 registros e em 1960 chega ao número de 715 associados.

A produção cultural nesse período tem um momento de inflexão com a criação de dois grandes museus na cidade: Museu de Arte de São Paulo (MASP) e Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM SP). O primeiro foi criado em 1947, pelo jornalista Assis Chateaubriand, proprietário da primeira grande rede de comunicações do Brasil – *Diários Associados* –, com a decisiva participação de Pietro Maria Bardi e sua esposa Lina Bo Bardi. Para o MASP foi desenvolvido um novo conceito museológico que, além de atender a formação e a divulgação de seu acervo, incluiu também atividades didáticas voltadas ao conhecimento da arte e à formação de um público para as atividades artísticas¹⁸.

O MAM, criado em 1948, por Francisco Matarazzo Sobrinho, contou com o mecenato do industrial na compra das obras para a coleção do Museu. Ocupando sede provisória, em 8 de março de 1949, Matarazzo propôs a realização de uma grande mostra internacional inspirada na Bienal de Veneza. Essa mostra ocorreu, em 20 de outubro de 1951, numa estrutura projetada pelos arquitetos Luís Saia e Eduardo Kneese de Mello, instalada na Av. Paulista em São Paulo, onde hoje se encontra o MASP, marcou o início das mostras bienais de arte e arquitetura no Brasil¹⁹.

A II Bienal, que viria a acontecer no final de 1953, já instalada em edifício no Parque Ibirapuera, projetado por Oscar Niemeyer, abriu as comemorações do IV

(FNA). Sobre o ENBA ver: PINHEIRO, Maria Lucia Bressan, "Lúcio Costa e a Escola Nacional de Belas-Artes", *Seminário Docomomo Brasil*, Niterói: Anais, 2005. Sobre as mudanças do cenário cultural e caminhos do desenvolvimento da arquitetura moderna no país e sua assimilação em São Paulo, ver: HERBST JÚNIOR, Helio Luiz, *Pelos Salões das Bienais Ausentes nos Manuais: Expressões da Arquitetura Moderna Brasileira Expostas nas Bienais Paulistanas (1951-1959)*, Tese de doutorado defendida na FAU USP, 2007.

¹⁸ Lina Bo Bardi (1914-1992) nasceu em Roma, onde se formou em arquitetura em 1946. Veio ao Brasil com seu marido, a convite do empresário do empresário Francisco Assis Chateaubriand fundador do jornal *Diários Associados* para exercer a curadoria do Museu de Arte Moderna – MASP. O museu ocupando, inicialmente, o segundo andar do edifício dos *Diários Associados* foi desenvolvido com um conceito pedagógico, em função segundo Lina "um país de cultura emergente", abrangendo cursos, exposições entre outras atividades. Somente em 1968, o Museu ocupou sua sede definitiva na Av. Paulista, inaugurada em sete de novembro com projeto arquitetônico de Lina Bo Bardi. O edifício é desenvolvido estrutura em concreto e pano de vidro. Está assentado sobre um vão livre de 70 metros de altura. Para a questão Ver: HERBST JÚNIOR, op.cit. pp.42-46. E ANELLI, op.cit., p. 10-45.

¹⁹ Em 1953, o MAM SP mudou-se para o Parque Ibirapuera, primeiramente, ocupando o Museu da Aeronáutica e, depois em 1962 o Pavilhão Armando Arruda Pereira, onde está a Fundação Bienal. Para a questão ver: HERBST JÚNIOR, op.cit.pp.46-52.

Centenário da Cidade de São Paulo e marcaria não só o êxito dessas iniciativas, mas também um coroamento da difusão da arte e da arquitetura moderna no cenário brasileiro. Oscar Niemeyer foi convidado a projetar o conjunto de edificações no Parque Ibirapuera, local destinado para os festejos da cidade, e não somente o edifício da exposição. Para o paisagismo, foram convidados Burle Marx e Otávio Augusto Teixeira e para o Ginásio de Esportes, Ícaro de Castro Mello – arquitetos consagrados diante da crítica nacional e internacional. O êxito e a notoriedade alcançados pela II Bienal contribuíram para que se firmasse o evento como um dos marcos, quando a modernização do Estado brasileiro estava acoplada às manifestações culturais²⁰.

A II Bienal também propiciou um dos mais notórios embates críticos da arquitetura moderna no Brasil: o suíço Max Bill, importante professor, teórico, designer e um dos expoentes da Bauhaus de Ulm²¹, foi convidado para membro do júri e, conhecendo a arquitetura produzida no país, escreveu crítica à arquitetura brasileira, para quem era dotada de excesso de monumentalidade e formalismo plástico, desvinculada do processo social. Tal manifestação gerou várias respostas, de críticos e arquitetos (incluindo, Niemeyer), que em geral reafirmavam as qualidades da arquitetura moderna brasileira e criticavam Bill.

Nesse conjunto de motivações, o espaço para a arquitetura moderna ganha corpo e distinção, enquanto uma considerável produção seria intensificada no período. Entre os periódicos, sendo que “nunca em momento anterior ou posterior, os leitores estiveram tão servidos com publicações especializadas de arquitetura”²², destacam-se as revistas: *Acrópole* (1938-1971), *Arquitetura e Engenharia* (1946-1965), *AD* (Arquitetura e Decoração, 1953-1958), *Habitat* (1950-1965), *Brasil Arquitetura Contemporânea* (1953-1957), *Casa e Jardim* e, *Módulo* (1955-1965). Essas revistas traziam as publicações da arquitetura como tema independente, apresentando as obras e projetos realizados nessa década, contribuindo para a sua difusão, uma vez que possibilitavam o conhecimento do que estava sendo produzido e pensado naquela atualidade. Concomitantemente, a partir dessa divulgação, o número de críticas sobre arquitetura moderna no Brasil e fora do país, também se desenvolveu de forma intensa.

O período desenvolvimentista que se segue a partir do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) são anos de “euforia”. A base do crescimento econômico do país alcançou o auge de sua representatividade através da materialidade de

²⁰ Sobre o projeto de paisagismo do Parque Ibirapuera ver: OLIVEIRA, Fabiano Lemes de, “O Parque Ibirapuera: Projetos, Modernidades, e Modernismos”, 5º DOCOMOMO, disponível on line: <http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/048R.pdf>

²¹ Na verdade, não se tratava da Bauhaus, mas de uma escola que inicialmente procurou reproduzir o seu ideário. O nome correto era Escola Superior de Design de Ulm, Hochschule für Gestaltung/HfG”, fundada em outubro de 1953. Seu edifício inaugurado, em 1955, foi projetado por Max Bill.

²² SEGAWA, op. cit., p. 130)

Brasília. O governo JK, no plano da política partidária, promoveu alianças entre os principais partidos políticos da época, o PSD e o PTB garantiam seus projetos no Congresso. Definiu sua atuação econômica através do Programa de Metas, abrangendo 31 objetivos distribuídos em seis grandes grupos (energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília), promovendo a atração de capitais estrangeiros e incentivando a industrialização; sendo paradigmática desse processo a instalação da indústria automobilística²³.

No campo social, segundo Thomas Skidmore, o governo JK enfrentou conflitos significativos aliados a um "crescente e importante fenômeno populista", pelos quais o sistema estava à frente de questões que permeavam entre os limites da participação popular e dos confrontos com formulações econômicas contraditórias, diante da concentração de renda e desigualdades sociais. Entretanto, segundo Boris Fausto, "os resultados do Programa de Metas foram impressionantes, sobretudo no setor industrial", que, segundo o historiador, entre 1955 e 1961 cresceu 80%, sendo aproximadamente três vezes maior do que o resto da América Latina²⁴.

Corporificando o espírito desse eufórico cometimento político, Brasília para o governo Kubitschek, era a manifestação inequívoca de fé na capacidade realizadora dos brasileiros, triunfo de espírito pioneiro, prova de confiança na grandeza deste país, ruptura completa com a rotina e o compromisso, assim manifestado:

Escolhi Brasília como ponto alto do meu governo porque estou convencido de que a nova capital representou um marco. Depois de sua construção, ninguém poderia duvidar de nossas indústrias ou da capacidade do trabalho brasileiro. Brasília deixou atrás de si uma nova era de autoconfiança e otimismo²⁵.

Apesar desta "aparente euforia", expressa de forma exacerbada, "nem tudo eram flores no período Juscelino"²⁶; em algumas áreas e setores da população, os problemas gerados para sustentar o programa de industrialização, a construção de Brasília e os objetivos do Plano de Metas promoveram déficits nas finanças do governo, crescimento da inflação, além de grande descontentamento em amplos setores de trabalhadores organizados.

Com projeto econômico, o Governo favoreceu a penetração de capitais estrangeiros e de empresas transnacionais. A abertura econômica do capital estrangeiro, a instalação de inúmeras transnacionais, o envio dos lucros dessas empresas ao exterior e os vários empréstimos contraídos junto a instituições

²³ FAUSTO, Boris, *História do Brasil*, São Paulo: Edusp, 2006, 2ª ed. p.429.

²⁴ Dentre as realizações do Plano de Metas, destacam-se: a instalação de fábricas de caminhões, tratores, automóveis, produtos farmacêuticos, cigarros; a construção de usinas hidrelétricas de Furnas e Três Marias; a pavimentação de milhares de quilômetros de estradas, etc. Ver: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 12ª. ed.

²⁵ KUBITSCHKEK, Juscelino, *Porque construí Brasília*, Col. Brasil 500 anos, Brasília: Senado Federal, 1961, 2000.

²⁶ FAUSTO, op.cit, p. 238.

estrangeiras, deixaram o País numa séria crise financeira. No final do Governo, os principais ramos da indústria já eram controlados pelo capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que a inflação crescia rapidamente.

Apesar da criação da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, o esforço para anular as disparidades econômico-regionais não teve saldo positivo. Ao contrário, o centro-sul desenvolveu-se aceleradamente, agravando ainda mais aquelas disparidades. Com isso, a transferência da mão-de-obra do campo para a cidade, mas, sobretudo, para o centro-sul, modificou a composição social dos grandes centros urbanos, aumentando a pobreza.

O entusiasmo do governo, segundo Fausto, não alcançava a grande massa, o que se revelaria na próxima eleição presidencial. Seguindo na mesma direção, ou seja, uma administração com traços populistas, Jânio Quadros é eleito e governa o país de janeiro a agosto de 1961, quando renunciou. Não era propriamente uma continuidade de JK, mas suas ações tiveram repercussão direta nos desdobramentos políticos no plano federal, como também em outros níveis de governo, níveis os quais as questões do plano e da representação estiveram presentes. Este parece ser o caso do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto em São Paulo – PAGE- (1959-1963), antigo Secretário de Finanças em São Paulo de Jânio Quadros.

2.2.1 Obras públicas: O DOP se “abrindo” para novas ideias arquitetônicas

Em São Paulo, o PAGE, como se verá no capítulo seguinte, foi promotor da abertura de novas ideias arquitetônicas na produção de equipamentos sociais. Ainda que o DOP tenha sido reestruturado e mantivesse a produção de edifícios padronizados, foram contratados arquitetos para desenvolver projetos de obras públicas através de investimentos capitalizados do Instituto de Previdência e Aposentadoria do estado de São Paulo – IPESP.²⁷

Fizeram parte dessa empreitada arquitetos envolvidos com as novas questões arquitetônicas, advindas dos pressupostos da arquitetura moderna, entre os quais se destacam: Vilanova Artigas, Fábio Penteado, Paulo Mendes da Rocha, Joaquim Guedes, David Libeskind, Jorge Wilhein, Oswaldo Correa Gonçalves, Ubirajara Gigliolli, Affonso Eduardo Reidy, Alberto Botti e Marc Rubin, Rubio Morales, entre outros.

²⁷ Os edifícios padronizados, conforme será visto adiante, foram elaborados por projetos tipo desenvolvidos pelo DOP que se dividiam geralmente a partir de três modelos de acordo com a capacidade de atender a demanda funcional dos municípios para as áreas da justiça, saúde e educação. Para a justiça os edifícios eram de natureza eclética com elementos recorrentes da arquitetura acadêmica e se dividiam nas categorias A, B, C e D conforme a necessidade de acomodar certo número de varas.

A produção de edifícios públicos se diversifica, disseminando os ideais de racionalização apoiados na eficiência e na economia dos meios de produção, padronizando projetos e serviços administrativos. Os significados e proposições da produção PAGE serão analisados no terceiro capítulo da tese.

3

PLANO DE AÇÃO E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

3.1. O PAGE uma experiência moderna em equipamentos públicos em São Paulo

O Plano de Ação – PAGE – (1959-1963) do governador de São Paulo Carvalho Pinto foi um conjunto de diretrizes organizadas com objetivo de promover o desenvolvimento integrado do Estado de São Paulo¹. Inscreve-se num dos momentos em que o Estado brasileiro, nos seus vários níveis, buscou organizar uma base do desenvolvimento econômico social, à época possuía no Plano de Metas de JK a grande referência. O PAGE se serviu, em grande parte, da arquitetura moderna e de sua simbologia, como representação do caráter nacional e da modernização do país (não consistia na única linguagem arquitetônica utilizada para as obras do Plano, mas era sem dúvida a que melhor expressava os anseios do quadro dirigente do Estado, como será visto a diante)².

A produção de equipamentos públicos e sociais, durante o PAGE, auxiliou a difusão da arquitetura moderna e dos compromissos e valores que os seus

¹ Carlos Alberto de Carvalho Pinto, advogado formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em 1931, inicia sua carreira política como assessor político da Prefeitura de São Paulo, entre os anos de 1938 e 1945, na gestão de Francisco Prestes Maia, trazendo na sua formação a participação no setor de história e sociologia da Sociedade de Estudos Políticos da Ação Integralista. Em março de 1953, ocupou o cargo de secretário das finanças, na gestão municipal de Jânio Quadros. Em outubro de 1958, foi eleito governador de São Paulo com o apoio de Quadros pelo Partido Democrata Cristão Brasileiro, governando o Estado. Ver: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

² A estratégia desenvolvimentista do Plano de Metas era composta por um conjunto de 31 metas para o período 1956-1960, incluindo a construção de Brasília, chamada de “meta síntese”. As 30 metas setoriais foram agrupadas em cinco áreas: 1. Energia – energia elétrica, energia nuclear, carvão mineral e petróleo (produção e refino); 2. Transporte – ferroviário (reaparelhamento e construção), rodoviário (pavimentação e construção), serviços portuários e de drenagem, marinha mercante e transporte aeroviário; 3. Alimentação – trigo, silos, armazéns frigoríficos, matadouros industriais, mecanização da agricultura e fertilizantes; 4. Indústria de base – siderurgia, alumínio, metais não-ferrosos (chumbo, estanho, níquel e cobre), cimento, álcalis, celulose e papel, borracha, exportação de minério de ferro, indústria automobilística, indústria da construção naval, indústria mecânica e de material elétrico pesado; 5. Educação – formação de pessoal técnico. Ver: PAGNUSSAT, José Luiz, in: *Jornal Ecos da Literatura Lusófona*, edição nº33, 25 jan. 2006.

protagonistas estabeleceram, configurando-se como um dos momentos mais ricos dessa arquitetura. Através do PAGE, o modernismo mediou relações entre a população e suas necessidades. Segundo o Prof. Celso Lamparelli, que participou da equipe do Grupo de Planejamento do PAGE,

(...) o Plano de Ação continha um conjunto de objetivos e recursos para ampliar os investimentos e com um orçamento plurianual para relançar o crescimento, estes objetivos eram as inovações do Governo Estadual de São Paulo. A preocupação era a de elevar o nível de atendimento do Estado às necessidades da sociedade abrangendo três grandes itens: a Melhoria das Condições do Homem, a Melhoria da Infraestrutura e a Expansão Agrícola e Industrial³.

Com a coordenação e orientação de Plínio de Arruda Sampaio, Carvalho Pinto convocou um grupo de especialistas para formar o *Grupo de Planejamento*, encarregado de detalhar as diretrizes do plano de governo, que viria a ser o Plano de Ação do Governo do Estado – PAGE ou Plano de Ação⁴. Além de seu coordenador, integravam o Grupo de Planejamento do PAGE: Diogo Adolpho Nunes Gaspar, economista e secretário executivo; Celeste Ângela de Souza de Andrade, diretora do Departamento de Estatística; Paulo Menezes Mendes da Rocha, professor catedrático da Escola Politécnica da USP; Ruy Aguiar da Silva Leme, professor catedrático da Escola Politécnica da USP; Antônio Delphim Netto, assistente da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP; Sebastião Advíncula da Cunha, do Departamento Econômico do BNDE; Orestes Gonçalves, chefe do Gabinete dos Estudos Econômicos e Financeiros da Secretaria da Fazenda e, Ruy Miller Paiva, engenheiro agrônomo do Departamento da Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura.

Segundo o PAGE, a principal função do Grupo era “*estudar um Plano de Ação do Governo do Estado, acompanhar a execução do Plano e proceder a sua revisão anual, a fim de adequá-lo às mutações da conjuntura econômico-financeira*”

³ Entrevista do Prof. Celso Lamparelli ao *Grupo de Pesquisa: Arte e Arquitetura Brasil: Diálogos na Cidade Moderna e Contemporânea*, IAU USP em 30 mar. 2007.

⁴ Plínio de Arruda Sampaio ocupou o cargo de subchefe da Casa Civil do PAGE. Advogado de formação, que iniciou suas atividades políticas na Juventude Universitária Católica, JUC, sendo seu presidente. Através da atuação na JUC, travou os primeiros contatos com o padre francês Louis Joseph Lebrét, na Sociedade para Análise Gráfica e Mecanografia Aplicada aos Complexos Sociais, SAGMACS, responsável pelos fundamentos ideológicos da economia humanística e pela sua introdução no Brasil, que influenciou o Partido Democrata Cristão Brasileiro, ao qual se filiou. O Partido Democrata Cristão (PDC) foi criado em 9 de julho de 1945, sob a liderança do professor de Direito do Trabalho, da Universidade de São Paulo, Antônio Cesarino Júnior, com orientações advindas da Democracia Cristã Europeia após a II Guerra Mundial, buscando orientar suas ações humanísticas para amplos setores sociais. Trata-se de uma “terceira via”, situada entre o capitalismo liberal e o socialismo. Em São Paulo, atraiu jovens ligados à Juventude Universitária Cristã, JUC, tendo como participantes: Plínio de Arruda Sampaio, André Franco Montoro, Clóvis Garcia, entre outros. Em meados de 1950, o PDC teve uma significativa participação política no Brasil, sendo extinto durante a ditadura militar, em 1965. Ver: SOUZA, Maria do Carmo Campello de, *Estados e Partidos Políticos no Brasil: 1930-1964*, São Paulo: Alpha-Omega, 1983, 2ª ed.; COELHO, Sandro Anselmo, “O Partido Democrata Cristão: Teores Programáticos da Terceira via Brasileira (1945-1964)”, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.23, nº 201-228, 2003.

e às decorrentes da própria execução e funcionamento das obras, serviços e empreendimentos”⁵.

A atuação do Grupo resultou, entre outras ações, no Decreto Estadual nº 34.656, de 12/2/1959, que regulamentava as atuações do próprio Grupo de Planejamento, com as normas para coordenação e planejamento dos serviços e obras do Estado; na Lei Estadual nº 5.444 de 17.11.1959, regulamentava o caráter financeiro do plano; na Lei nº 6.047 de 27.1.1961, para assegurar a revisão anual do Plano; e na Lei Estadual nº 5.994 de 30.12.1960, estabelecia normas para exploração econômica da propriedade rural⁶.

Subordinada ao Grupo de Planejamento, a equipe técnica era formada por especialistas que mediavam e coordenavam ações de modo direto com as secretarias. Integrou a equipe técnica do PAGE: Celso Monteiro Lamparelli, Francisco Whitaker Ferreira, Mário Laranjeira de Mendonça, Domingos Theodoro de Azevedo Netto, Henrique Silveira de Almeida, Antonio Amílcar de Oliveira Lima, José Reinaldo Gomes e Pedro Penteado Nogueira⁷.

Com um “viés moderador”, o PAGE, por um lado, promovia e incentivava o desenvolvimento das “regiões atrasadas” do interior do Estado, por outro, incrementava, com bases humanísticas, os fundamentos ideológicos cristãos, influenciados pelo pensamento e pelo trabalho do dominicano Louis-Joseph Lebre (1897-1966)⁸.

⁵ PAGE, *Mensagem apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1959, p.20.

⁶ Conforme o II Plano de Ação, elaborado por José Bonifácio Coutinho Nogueira, candidato à sucessão de Carvalho Pinto e seu Secretário de Agricultura e que perderia para Adhemar de Barros Filho, em 1962. Na elaboração do I Plano de Ação, participaram “todos os escalões dos serviços públicos e da Assembleia Legislativa”.

⁷ Nas mensagens elaboradas à Assembleia, em 1960, 1961 e 1962, a equipe técnica é referendada como Gabinete Técnico de Planejamento, junto às secretarias da Educação, Agricultura e Saúde e de Gabinete de Controle e Andamento do Plano de Ação em várias Secretarias, entre as quais a Secretaria de Viação. Entretanto, no Plano de Ação a função é apresentada como Equipe Técnica. Essa última denominação foi adotada pela natureza do trabalho. A criação da Equipe Técnica não está diretamente contemplada no decreto de nº 34.656. Ela, porém, está autorizada, no mesmo decreto pelo Art. 2.0 - § 4.0, que autoriza o Grupo de Planejamento a contratar os serviços com organizações ou entidades especializadas e solicitar diretamente aos Secretários do Estado, ao reitor da Universidade, a entidades autárquicas e órgãos subordinados ao Governador as informações e subsídios técnicos de que necessitam.

⁸ A alcunha “viés moderador” certamente não dá conta das complexidades das questões que envolveram as ações de governo, mas há em todo o Plano uma necessidade de “conciliar” o desenvolvimento industrial com o “interior agrário” e benefícios sociais. O que, de certa forma, reflete os compromissos com segmentos “distintos” das elites e a necessidade de compensar o discurso populista, do qual o PDC participava de forma problemática, apoiando Jânio, mas no quadro estadual disputava a hegemonia com Adhemar de Barros (fundador do PSP - Partido Social Progressista). Louis-Joseph Lebre (1897-1966), frade dominicano, geógrafo, fundador do movimento “Economia e Humanismo”. Ele dirigiu e fundou, nos anos de 1950, em São Paulo, a Sociedade para Análise Gráfica e Mecanografia Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS), uma instituição pioneira de consultoria que durante aproximadamente 16 anos realizou estudos e pesquisas, os quais introduziram metodologias e teorias da doutrina de Economia e Humanismo, influenciando um contingente de profissionais do planejamento urbano e regional. Ver: LAMPARELLI, Celso Monteiro, “Louis-Joseph Lebre e a Pesquisa Urbano-Regional no Brasil - Crônicas Tardias ou História Prematura”. *Revista de Estudos Regionais e Urbanos - Espaço&Debates*. São Paulo: NERU, ano XIV, nº 37, 1994. Segundo Martha Dora Grostein, nos anos de 1950, foi Louis-Joseph Lebre um dos primeiros a pensar os problemas das periferias na capital. Ver: *O Estado de S. Paulo*, 03 out., p. A13, 2004.

Apesar da extensão dos princípios econômicos e humanísticos na sua formulação, o PAGE abrigou certa heterogeneidade de ideias por meio dos participantes do Grupo de Planejamento⁹. No conjunto de orientações, as melhorias das condições de vida responderiam às ações ordenadas através do Plano de Governo, no qual o desenvolvimento e o progresso de cada região deveria se ajustar a uma evolução do bem-estar social, porém dentro da perspectiva “moderada” e afinada com o pensamento político de Carvalho Pinto. Sobre o viés econômico e, de certa forma, confirmando a orientação reformista do PAGE, Sampaio confirmou:

Era um programa keynesiano, o Diogo tinha um retrato de Keynes na sala dele era um apaixonado. Era uma intervenção keynesiana para corrigir previamente os perigos de um estancamento da economia paulista. A análise é muito bem feita. A análise daquele Plano é muito bem feita e tem ingredientes do Sebastião, do Diogo e do Delfim¹⁰.

Confirmando essa declaração e corroborando com as mesmas ideias de Sampaio, Whitaker informou que:

O plano teve a influência de Lebrez porque o Plínio tinha adquirido uma visão da economia e humanismo. Mas, ao mesmo tempo tinha o Diogo, economista que vinha com uma perspectiva tradicional da economia¹¹.

Através do PAGE, foram executados serviços básicos de infraestrutura, água e esgoto, energia elétrica, ferrovia, rodovias e pontes. E uma série de edifícios públicos para segurança, educação e saúde, em diversos municípios, conformando uma rede de serviços públicos.

[...] o aumento de bem-estar da comunidade deriva de inversões em setores não sujeitos ao mecanismo automático do mercado, tais como Educação, Cultura e Pesquisa, Saúde e Assistência Social, Justiça e Segurança e Sistemas de Esgoto.¹²

Figura 3: Gráfico da distribuição setorial dos investimentos do PAGE.

⁹ Em entrevista ao Grupo de Pesquisa: Arte e Arquitetura, Brasil - Diálogos na Cidade Moderna e Contemporânea, IAU USP, Sampaio e Whitaker afirmam que os economistas do Grupo tinham uma orientação tradicional da economia, destacando-se Diogo Adolpho Nunes Gaspar, explicitamente Keynesiano.

¹⁰ Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio ao Grupo de Pesquisa: Arte e Arquitetura, Brasil - Diálogos na Cidade Moderna e Contemporânea, IAU USP, em 05 fev. 2007.

¹¹ Entrevista de Francisco Whitaker Ferreira ao Grupo de Pesquisa: Arte e Arquitetura, Brasil - Diálogos na Cidade Moderna e Contemporânea, IAU USP, 16 abr. 2007.

¹² PAGE, op.cit, 1962, p.19, grifo nosso.

Sob as inspirações humanísticas “para a melhoria das condições do homem”, mas com comedimento, o PAGE agregou um dos primeiros planejamentos orçamentários e, sobretudo, unificou vários setores da administração pública, conforme observou Sampaio:

Compreensível de toda administração é o primeiro Plano. Havia o Plano Salte, o Garcez tinha feito dois planos, um plano rodoviário e um energético que nós usamos muito¹³.

Com o PAGE, Carvalho Pinto e parte da elite política procuravam estabelecer uma alternativa política para o desfecho das várias crises que caracterizavam o período, pondo em perigo o precário Estado de Direito. Em seu último relatório, em 1962, o Governo apela à Assembleia, a fim de que o Plano fosse reconhecido como um forte instrumento para combater a grave crise nacional, *“particularmente severa e num momento que todos compreendemos decisivos para o futuro e destino do País [...]”*¹⁴. Entretanto, pese suas ações positivas, mesmo com a bandeira de um segundo Plano de Ação, elaborado para o período de 1963 e 1966, Carvalho Pinto não elegeu seu sucessor, vencendo seu opositor Adhemar Pereira de Barros¹⁵.

Apesar da sua não continuidade, pode-se afirmar que o PAGE se constituiu numa concepção de administração pública cuja abrangência inovou possibilidades de gestão das ações do Estado. Além disso, no campo da arquitetura permitiu o desenvolvimento de novas soluções para os programas das edificações, reforçando os compromissos programáticos dos arquitetos. Os arquitetos

¹³ SAMPAIO, Ibidem. O Plano SALTE – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia – foi proposto pelo Presidente Marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), em 1947, sendo *“um pouco mais do que uma primeira tentativa para coordenação de gastos públicos dentro de um plano quinquenal.”* Para Skidmore, o máximo que ele atingiu foi se aproximar de um planejamento em escala nacional. SKIDMORE, op. cit., p. 99.

¹⁴ PAGE, 1962, op.cit., p. 3.

¹⁵ O candidato à sucessão era o empresário José Bonifácio Coutinho Nogueira (1923/2002), secretário da agricultura no governo de Carvalho Pinto. Quando secretário, criou um programa de revisão agrária com incentivos fiscais e de aplicações tecnológicas na produção agrícola e na conservação do solo. Ainda na sua gestão, foi construído o CEASA – Central Estadual de Abastecimento S/A, substituído pelo atual CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo, importante centro de armazenamento e distribuição da produção agrícola do Estado de São Paulo. Se a estratégia política que o PAGE personifica não logrou a hegemonia naquele momento, logrou a Carvalho Pinto uma posição expressiva de representante dos interesses de parte da elite econômica e política; assim foi nomeado Ministro da Fazenda do Governo João Goulart (1961-1964), em junho de 1963, em meio a uma profunda crise do governo. “O mais importante era o novo Ministro da Fazenda Carvalho Pinto, antigo Governador de São Paulo e importante porta-voz da opinião centrista. Carvalho Pinto que entrara na política como Secretário da Fazenda durante o Governo de Jânio Quadros em São Paulo, e era agora líder da ala progressista do Partido Democrata Cristão, partido pequeno, mas de crescimento rápido [...] A nomeação de Carvalho Pinto tranquilizou os críticos de Jango, tanto no país quanto no estrangeiro”. SKIDMORE, op.cit., p. 307. Entre os anos de 1967 e 1975, Carvalho Pinto ocupou o cargo de Senador da República pelo ARENA – Aliança Renovadora Nacional. Fundado, em 4 de abril de 1966, o ARENA era um partido conservador de apoio ao governo, criado após o Ato Institucional nº 2 (27/10/1965), durante o regime militar que extinguiu o pluripartidarismo no país. O bipartidarismo teve duas correntes: uma de apoio a situação, o ARENA e, outra de oposição, o MDB – Movimento Democrático Brasileiro. O ex-governador faleceu, em São Paulo, em 1987.

paulistas ou aqui radicados, que antes só tiveram oportunidade de atuar no Convênio Escolar e de forma muito seletiva, com o Plano, puderam contar com a possibilidade de atuar em projetos novos, ampliando para o campo social suas propostas, expandindo a difusão da arquitetura moderna para além de empreendimentos privados.

Foram mais de 300 obras implantadas ou reformadas, entre escolas, postos de saúde, fóruns, casas de agricultura, edifícios de segurança edificadas pelo Estado, que identificavam a arquitetura moderna com a modernização nacional em dimensão social.¹⁶

3.2. O PAGE e a difusão da produção moderna no Estado de São Paulo

A arquitetura brasileira na década de 1950, como já analisado em capítulo anterior, conheceu um momento de excepcional produção. Momento em que inúmeras obras foram erigidas sob os princípios da arquitetura moderna, tendo a construção de Brasília como um marco simbólico e programático ao materializar o auge das possibilidades modernas – era o planejamento de uma cidade como um todo. No momento da construção e inauguração de Brasília, o ápice do processo moderno, encontrou-se com a difusão renovada da mesma arquitetura moderna.

Admitindo a existência de um conflito entre os limites e a difusão, a arquitetura moderna brasileira relacionou-se com o desenvolvimento do processo socioeconômico. Se de forma genérica, é possível dizer que o modernismo arquitetônico buscou ser a representação da modernização material com conteúdo nacional, as obras do Plano de Ação acrescentaram um conteúdo social próprio – sem negar a associação entre modernismo e modernização. Esse compromisso marcou uma corrente da arquitetura, produzida aqui em São Paulo. Nesse ponto, torna-se importante reforçar que: O PAGE constituiu-se em algo singular na administração pública do Estado de São Paulo, articulando e impulsionando a

¹⁶ No estudo *Arquitetura Escolar Paulista (1959-1962): o PAGE, o IPESP e os Arquitetos Modernos Paulistas*, apresentado, em 2008, na FAU USP, o pesquisador André Augusto de Almeida Alves encontrou no arquivo da CGI/IPESP – Comissão de Gestão de Imóveis do IPESP, cerca de 700 processos, a partir de 1957 e 1959, pertencentes à segunda metade do Governo Jânio Quadros (1955-1959), com projetos padronizados do DOP, indicando que o procedimento de financiamento de obras pelo extinto IPESP é anterior ao Plano (questão confirmada pela autora também em pesquisa, conforme será visto adiante). Alves concluiu, no artigo “Implicações Historiográficas da Consulta às Fontes Primárias no Estudo da Arquitetura Escolar Pública Paulista (1959-1962)”, publicado em 26/07/2012, que no mesmo arquivo foram encontrados em levantamento efetuado, entre 2006 e 2011, 1.337 processos abertos pelo IPESP de fevereiro de 1957 a janeiro de 1963, entre os quais 1.376 eram de doações de terreno e 1.137 a 1.149 relativos a prédios construídos.

modernização. Era, ainda, um canal de difusão da arquitetura moderna. Além disso, quebrou a ideia de que, no âmbito federal, particularmente no Rio de Janeiro, o Estado não contratava projetos de arquitetura. Com o PAGE, animados pelo espírito da época, os arquitetos no Estado de São Paulo efetivaram inúmeras experimentações arquitetônicas.

[...] foi uma época que, no Brasil, nós começávamos a descobrir isso (refere-se à arquitetura): os irmãos Roberto lá no Rio, o Niemeyer, o Sobral. Então era uma época de muita efervescência. Isso tudo está ligada a uma ideia se você quer ideologia do Brasil desenvolvido. Era essa a minha ideologia, naquele tempo era isso. A ideologia era uma ideologia¹⁷.

A produção de equipamentos públicos pelo Estado, nesse período, é de um corpo considerável, também como já visto. Até 1961, foram construídos (ou reformados) 315 edifícios, entre escolas, postos de saúde, fóruns, casas de agricultura e delegacias de polícia. Ainda que não se possa afirmar que a maioria das edificações tenha sido concebida a partir da linguagem moderna, sabe-se que na produção escolar, que provavelmente serviu de base conceitual e prática estabelecida pelo Convênio Escolar (1949-1953) e que na produção dos Fóruns de Justiça, participaram arquitetos como Vilanova Artigas, David Libeskind, Paulo Mendes da Rocha, Fábio Penteado, etc., sendo inconfundível a conformação moderna das edificações¹⁸.

Uma das estratégias novas de captação de recursos, contemplada pelo PAGE, consistia no financiamento pelo IPESP, já utilizado na gestão anterior de Jânio Quadros (1955-1959), também servindo para a contratação de projetos por profissionais fora dos quadros da administração pública, no caso o Departamento de Obras Públicas¹⁹. Para as obras viabilizadas pelo Instituto de Previdência do

¹⁷ SAMPAIO, op. cit.

¹⁸ Do ponto de vista de organização do programa dos equipamentos, vale lembrar que o Plano contou com algumas experiências, como a do programa do Convênio Escolar, desenvolvido entre 1949 e 1955 pela municipalidade com a participação do Governo do Estado. Experiência assimilada de forma específica em termos arquitetônicos, pois segundo Hugo Segawa, tratou-se “de uma coleção de 68 edifícios da linguagem ‘carioca’”. Produção que contou com alguns arquitetos formados no Rio de Janeiro, como: Hélio Duarte (coordenador, arquiteto que trabalhou no Rio de Janeiro e Salvador); Eduardo Corona (1921-2001, ex-projetista de Niemeyer); José Roberto Tibau (1924-2003); Oswaldo Corrêa Gonçalves (1917-2005) e o engenheiro Ernest Robert de Carvalho Mange (1922-2005). SEGAWA, op.cit., p. 173-174.

¹⁹ O período do Governo Dutra (1946-1951) e do Governo constitucional de Vargas (1951-1954) é reconhecido como de grande produção de habitação, por parte dos institutos de previdência – os IAP – assim, pode-se inferir que o IPESP – também instituto previdenciário – tomasse iniciativas nessa área, contratando projetos e obras habitacionais. Há certamente diferenças entre contratar projetos e obras para a carteira habitacional dos funcionários e a contratação de projetos e obras de equipamentos públicos para atendimento aos programas do governo do Estado destinado à população em geral. Não se deve perder de vista que o IPESP era uma autarquia com estatuto e regimento específicos de atendimento ao funcionalismo, o que poderia justificar a contratação anteriormente ao Decreto do Governador Jânio Quadros, que foi contestado pelo Tribunal de Contas por duas vezes, antes de ser aprovado. Outra questão localizada no arquivo do extinto DOP (e confirmada em entrevistas) é que o Departamento podia contratar projetos especiais. Sob a gestão de Jânio Quadros, foi encontrado através do processo de nº 37.494, em 1957, a contratação do arquiteto Zenon Lottufo para o município de Bauru, para desenvolver o Fórum da cidade. Apesar de ter sido aprovado um projeto, desenvolvido pelo DOP, em 1952 (na época Secretaria de Viação e Obras Públicas). O processo seguiu de forma

Estado de São Paulo – IPESP – através do PAGE, entretanto são contratados arquitetos externos ao funcionalismo de modo mais frequente.

3.2.1 O DOP e o PAGE

Durante o Plano de Ação, o Departamento de Obras Públicas se manteve ativo e reequipado, seguindo novas estratégias de atuação, segundo o arquiteto Francisco Whitaker responsável pelo Departamento na época:

O DOP trabalhava com procedimentos antigos, tinha setores separados para arquitetura, hidráulica, elétrica, etc. Quando entrava um projeto, cada setor desenvolvia isoladamente sua tarefa e ficava circulando entre eles separadamente, sem noção de conjunto, perdendo muito tempo no projeto. Então veio a ideia por influência do padre Lebrez, que tinha ideias de interdisciplinaridade, de organização em forma de ateliês para o DOP desenvolver o trabalho completo. Quer dizer, nos ateliês que tinham outro nome na época, tinha o arquiteto, o hidráulico, todos os técnicos das diversas fases da obra. Eles pegavam o projeto e tinham que resolver integralmente.²⁰

Isto quer dizer que não houve uma desarticulação do DOP com o PAGE, mas sim a proposta de reorganizá-lo que, segundo Whitaker, possibilitou uma interação entre as etapas e as especificações de cada projeto²¹.

Plínio de Arruda Sampaio, que entre seu círculo de amigos, possuía arquitetos que participavam do novo cenário cultural e político do período, tal como Joaquim Guedes que criticou os “projetos-padrão”, desenvolvidos pelo DOP que para ele, sem dúvida, deveriam ser reformulados,

O IPESP já estava inovando, mas o DOP que tinha mais obras continuava com os chamados “projetos-padrão” [...]

[...] eu andava com os arquitetos. Os arquitetos chegavam para mim e diziam: - o que se gasta para preencher o terreno ou tirar o terreno, você gasta num bom projeto que rompia o padrão, aproveita o terreno e faz algo muito melhor, com a insolação bem feita, etc.²²

bastante polêmica e termina sem a execução do edifício da justiça pelo arquiteto Lottufo. Em visita técnica ao município, em 2011, verificou-se que o fórum construído foi o elaborado pelo DOP, com projeto do arquiteto Ivan Gilberto Castaldi, que confirmou a informação por entrevista dada ao *Grupo de Pesquisa: Arte e Arquitetura, Brasil - Diálogos na Cidade Moderna e Contemporânea*, IAU USP, em 09/03/2007.

²⁰ WHITAKER, op.cit.

²¹ As reformulações do DOP, citada por Whitaker, não foram totalmente percebidas por outros arquitetos do Departamento. Para eles, o DOP era constantemente reformulado e as divisões nos setores de projetos foram mantidas. O que foi mudando substancialmente foi o número de técnicos contratados. Além de Castaldi, foram entrevistados os ex-funcionários/arquitetos Maria Mércia Barboza (que atuou no Instituto do Coração - INCOR); Maria Giselda Cardoso Visconti (que atuou no CECAP); Marcolini Vaccari (que se especializou em penitenciárias); Maria Lucia Novaes de Britto (que atuou na Seção de Engenharia da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, se especializando em Fóruns de Justiça). A dimensão da proposta do PAGE no DOP, entretanto, ainda que não haja instrumentos documentais acessíveis para sua verificação, não significou no congelamento do Departamento que continuou, produzindo edifícios públicos (alguns reformulados na sua arquitetura, como o Fórum de Bauru) e serviços de infraestrutura como pontes estradas, viadutos, etc.

²² Idem.

A posição dos técnicos do Estado era diferente: em parte eram favoráveis ao padrão adotado; os técnicos acreditavam que essa solução era a mais ajustada para o Estado construir e manter seus edifícios de forma ágil. Outros como, Ivan Castaldi, se defendiam das limitações impostas pelo Estado,

[...] a gente era arquiteto do Estado, ninguém podia se atrever a fazer alguma coisa muito diferente. Então tinha que ser uma coisa dentro de certo padrão que o Estado pudesse pagar e fazer maior número de obras e que depois a manutenção pudesse ser a mais barata possível²³.

Essa discussão alimentou uma polêmica desenvolvida no IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil): por um lado, era defendida a oportunidade gerada pelo Estado ao motivar um mercado de projetos, por outro, a exclusividade dessa atuação pelos técnicos do Estado e o método de trabalho do Departamento.

A participação de profissionais arquitetos liberais, ou com pequenos escritórios, portanto, não pertencentes aos quadros do funcionalismo, como contratados para a confecção de projetos, deu-se não sem resistências do DOP. A decisão da contratação foi acordada após reuniões no Instituto dos Arquitetos do Brasil de São Paulo (IAB SP), conforme pode ser verificado ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 01 de dezembro de 1959, na sede do Departamento de São Paulo, no Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo IAB SP:

As assembleias autorizam a Diretoria do IAB a promover junto aos órgãos do governo os entendimentos necessários para ampliar cada vez mais as medidas que vem sendo tomadas, no sentido de empregar esforço criador dos arquitetos paulistas nas obras públicas lhes comunicando o significado cultural da arquitetura brasileira e encarecer a necessidade do governo de se aparelhar de equipe de técnicos capazes de levar a bom termo o planejamento de suas obras ²⁴.

Finalizando, ocorreu uma proposta conciliadora de que deveria haver espaço de trabalho para ambos, sem que a atuação dos escritórios particulares pudesse significar o enfraquecimento do aparato do Estado, ou que o Estado tivesse o monopólio dessa produção. Estavam presentes nas reuniões, além de técnicos do Estado, arquitetos como: Ícaro de Castro Mello, Ruy Gama, Jean Maitrejean, Joaquim Guedes, Jorge Wilhelm, Fábio Penteado, Vilanova Artigas, entre outros.²⁵

Somado à problemática criada em torno desta considerável produção de equipamentos públicos, no período, o acordo resultante, além do conjunto de obras,

²³ CASTALDI, op.cit.

²⁴ Ata da Assembleia IAB SP, 08 de setembro de 1959: 92-3. Registre-se que esta resolução se deu em um quadro de acaloradas discussões, no qual vários projetos já vinham sendo contratados pelo Estado junto a arquitetos, que julgavam os valores contratuais aviltantes.

²⁵ Atas das Assembleias realizadas no IAB SP em 8 de julho de 1959, 17 de novembro de 1960, 10 de agosto de 1961 e 30 de agosto de 1961.

indicou que existiu uma abertura de mercado ofertada pelo Estado, o qual proporcionou a reformulação de seus equipamentos.

3.2.2 O PAGE e a arquitetura moderna

As recorrências dos pressupostos modernos nas novas elaborações foram inequívocas, vistas a formação, a adesão e a “militância” de seus autores, sem fazer parte do quadro funcional do Estado. Arquitetos como, Fábio Penteado, cujo entendimento da nova arquitetura poderia se não alterar a justiça, pelo menos, o seu viés (ainda hoje) não universal:

[...] os juízes têm uma forma de ver até hoje muito fechada [...] Mas durante a obra isso para mim foi importante, o mestre da obra não tinha entendido. Outra forma curiosa: o trabalhador mestre de obra geralmente não sabe o que está fazendo, tem uma linha muito precisa. O sujeito vê o projeto e não sabe o que está fazendo. Ele não estava entendendo e quando eu expliquei, ele me olhou e disse: - Olha, doutor, nós estamos achando que num Fórum deste a gente até pode ganhar uma causa²⁶.

As proposições formuladas para os edifícios da justiça e demais equipamentos públicos, tais como escolas, hospitais e outros, durante o PAGE, que em sua maioria sob a égide da arquitetura moderna, leva para o interior do Estado uma nova conformação físico-espacial para os municípios nos quais foram implantados, sugerindo temas que seguem para além da conceituação formal como, por exemplo, a permeabilidade e a comunicação entre o interior e exterior do edifício, através dos espaços franqueados, observados nos fóruns de Promissão, Araras, Avaré, entre outros; a verdade construtiva revelada pela estrutura aparente, como visto nos fóruns de Itapira, Amparo, Porto Feliz, etc.

Sobre o impacto que esta produção adquiriu nos municípios do interior do Estado observou Whitaker, que atuou no DOP no período:

[...] as Casas de Lavoura nós fizemos maiores do que nas cidades que elas estavam. Eram grandes demais para a realidade da cidade. A cidade achava boa aquela grande obra, mas no ponto de vista objetivo não era um “elefante branco”, mas grande demais. Mas isso é uma análise que na hora a gente observava pouco, o mais importante para nós era a capacidade de realizar ²⁷.

Sobre a recepção dessas obras, afirma ainda Sampaio:

Eu me lembro de que todo mundo achava muito bonito, nós recebemos muitos elogios. Os prefeitos ficavam contentes [...] Eu recebia muitos telegramas agradecendo [...] ²⁸

²⁶ PENTEADO, Fábio Moura, entrevista ao *Grupo de Pesquisa: Arte e Arquitetura, Brasil - Diálogos na Cidade Moderna e Contemporânea*, IAU USP, 09 abr. 2007.

²⁷ WHITAKER, op. cit.

²⁸ SAMPAIO, op. cit.

As obras do PAGE, no Estado de São Paulo, representaram um marco na história da arquitetura moderna em São Paulo (em particular, a arquitetura forense, objeto desta pesquisa e como atesta a fala de Penteado). Proporcionaram oportunidade para que jovens arquitetos encontrassem solo onde cultivassem os ideais de uma nova arquitetura, por meio da geração de novos espaços, possibilitando potencialmente novas práticas sociais.

Para Sampaio as ações do PAGE foram modernizantes e, por conseguinte, a arquitetura produzida através do Plano foi o reflexo de sua época, na qual a sua adesão não foi casual:

Mas era óbvio que tinha que ser moderno. Nem se discutia, era uma coisa de senso comum. Era tão hegemônica a ideia e eles eram todos ligados a isso, tinham acabado de sair da arquitetura. Eram todos alunos do Artigas ²⁹.

Com uma considerável produção distribuída pelo Estado, ela certamente contribuiu para a difusão da arquitetura moderna ³⁰.

3.2.3 Algumas imagens dos edifícios com seus autores

Com o propósito de ilustrar essa produção, foram selecionadas algumas imagens apresentadas nas páginas a seguir.

Poucas imagens são suficientes para nos dar uma dimensão formal da arquitetura produzida pelo PAGE. Uma análise mais detalhada será desenvolvida mais adiante, através da produção dos edifícios da justiça.

²⁹ Idem.

³⁰ Nas cidades em que estes equipamentos públicos foram implantados, em recentes visitas técnicas para a pesquisa, observaram-se marcas que ainda persistem dessa distinção em relação ao seu sítio, onde até os dias atuais prevalecem construções ecléticas. É o caso, por exemplo, de Socorro e Itapira, no sudeste do Estado, onde além dessa relação, os edifícios da Justiça ocupam um lugar de destaque também pela sua implantação em uma praça, transformando-se no seu eixo principal de observação. Em Itapira foi encontrado um edifício reformado, simulando as características construtivas destacadas do Fórum, indicando uma assimilação popular de sua arquitetura. Esta questão escapa do alcance do presente trabalho, embora se reconheça sua relevância.

Figura 4: Fórum de Promissão (1959). Arquitetos Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi Vista frontal. Fonte: CORDIDO, 2006.

Figura 5: Fórum de Promissão (1959). Rampa de acesso ao nível superior. Arquitetos Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi. Fonte: CORDIDO, 2006.

Figura 6: Ginásio de Itanhaém (1959). Arquiteto Vilanova Artigas. Fonte: Fundação Vilanova Artigas

Figura 7: Casa da Lavoura, de Samuel Spiegel em São Carlos. Fonte: IPESP

Figura 8: Instituto de Educação Monsenhor Bicudo em Marília. Arquiteto Salvador Candia. Fonte: IPESP

4

SOLUÇÕES ARQUITETÔNICAS DURANTE O GOLPE MILITAR

O Plano de Ação e sua produção inscreveram-se nos anos de otimismo e de conturbação política, perpassando os governos federais antes do golpe militar. Para os adeptos do modelo de desenvolvimento democrático-burguês, o golpe militar colocava em cheque a modernização do país, praticamente obrigava os arquitetos, ou pelo menos, aqueles que condensavam as análises entre arquitetura e modernização, a se posicionarem perante suas consequências. Tal posicionamento deu-se em vários níveis e aqui importa observar, uma parte das concepções no campo do projeto e da construção.

Em São Paulo, o Conjunto Habitacional Zezinho de Magalhães – CECAP, de Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha e Fábio Penteado, assinalou de forma paradigmática as soluções arquitetônicas, realizadas durante o governo militar sob a tensão entre a ausência, ou mesmo, as dificuldades da implantação da pré-fabricação na construção civil, ao mesmo tempo, em que grandes obras de engenharias alavancaram a indústria da construção no país¹.

O projeto do Conjunto Habitacional CECAP, localizado na cidade de Guarulhos (São Paulo), inicialmente previsto para 10.680 unidades, foi pensado pré-fabricado, revelando as preocupações éticas e políticas de seus autores ao associar padrões de qualidade arquitetônica ao bem-estar social – a moradia foi pensada junto com equipamentos sociais e de serviços. Os altos custos da produção, que incluíam a implantação de uma usina de pré-fabricados, inibiram a execução, conforme o previsto, levando a revisão global do projeto, que foi implantado através de execução convencional (concreto moldado *in loco*, etc), de forma reduzida, em cinco fases, durante aproximadamente 20 anos.

¹ O Conjunto Habitacional CECAP – Caixa Estadual de Casas para o Povo – cidade de Guarulhos (São Paulo), foi construído em 1968, envolvendo experiências de pré-fabricação e standardização, inicialmente previsto para 10.680 unidades. Para a questão ver: CERÁVORO, op.cit. Nos finais dos anos de 1970, as construtoras Mendes Júnior, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, entre outras, atuaram em obras promovidas pelo Estado, dominando este setor na economia. Neste período se fortaleceram no cenário internacional, além de atuarem no setor habitacional, através do financiamento pelo BHN – Banco Nacional de Habitação. Construíram grandes hidroelétricas, tais como: Itaipu, a Usina Tucuruí (UHT), sobre o rio Tocantins. Essas construtoras atuaram no setor de mineração, Rio do Norte (MRN); na exploração de bauxita metalúrgica, a noroeste do Estado, no município de Oriximiná; na Albrás e Alunorte, na produção de alumínio e alumina, respectivamente, localizados nas proximidades de Belém, no município de Barcarena. Desenvolveram: o Projeto de Ferro Carajás (PFC), no sudeste do Estado, no município de Parauapebas; as rodovias, como a Transamazônica (BR-230) e a dos Imigrantes; a Ponte Rio Niterói; linhas de metrô urbano, estádios, usinas nucleares, entre outras grandes obras de engenharia. Ver: CAMPOS, Pedro Henrique Siqueira, “As origens da Internacionalização das Empresas de Engenharia Brasileiras”, Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ – *XIII Encontro de História ANPUH, Identidades*, 2008. Disponível on line: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1208458213_ARQUIVO_PedroHenriquePedreiraCampos.pdf

Naquele período, o regime militar priorizava o uso extensivo de mão-de-obra, com o intuito de prover trabalho – a crescente migração do campo para a cidade inibia e retirava da pauta do governo a adesão ao processo industrial na construção civil². A utilização da mão-de-obra não qualificada (em vários outros setores também), entretanto, promoveu rebaixamentos de salários, tornando atraente seu uso na equação de lucros econômicos³.

Durante o regime militar, a construção civil privilegiava lucros financeiros em detrimento da qualidade projetual – algo ocorrido com a habitação social. Artigas, Mendes e Penteado, entre outros arquitetos, mantiveram-se fiéis aos princípios modernos, particularmente com relação aos programas e ao desenvolvimento de pré-fabricação para demandas sociais. Essa produção que “resiste e se choca com a realidade do país”, no qual predominava a baixa qualidade dos projetos habitacionais, realizados pelo Banco Nacional de Habitação – BNH – principal incentivador e financiador do setor da construção civil, construindo milhares de residências⁴.

A produção paradigmática do CECAP ilustra os limites da industrialização da construção e conheceu seu viés crítico, no projeto de modernização brasileira, e sua forma de transposição para a arquitetura, através de Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre. Esses arquitetos propunham tirar partido de técnicas convencionais, adaptadas e utilizadas pela mão-de-obra local. Segundo Miguel Buzzar, era na operação do saber do arquiteto e da prática do trabalhador que se assentava “o tom artístico” desses arquitetos:

Operações como esta, ao serem transpostas para a arquitetura, eram submetidas a princípios construtivos rígidos e regidas por uma elaboração teórica refinada e não elementar, ou meramente empírica frente à produção de edificações, como em parte era interpretada e criticada. Assim, existe o respeito às práticas construtivas correntes e populares, mas

² Sobre a disponibilidade de mão-de-obra no período, afirmou Rubens Vaz da Costa, Presidente do BNH (1971/1974): “No setor da construção civil, os meios tradicionais de produção devem ter preferência no momento atual, dada a necessidade de criar empregos para mão-de-obra não-qualificada. Os modernos métodos industriais de produção, no entanto, podem ser objetos de estudos, de experimentos, mas a sua utilização no País é ainda prematura, inclusive porque, de modo geral, são mais caros do que os meios tradicionais que empregam mão-de-obra não-qualificada, de baixo salário. É portanto, o setor da construção civil que mais tem correspondido à necessidade de criação de empregos; e deverá continuar a ser ainda por muitos anos um baluarte do emprego em nosso País.” COSTA, Rubens Vaz da, “O Sistema Nacional de Habitação e os Corretores de Imóveis, Publicações do BNH”. In: BRUNA, op.cit., p.119.

³ No regime autoritário, tal processo esteve associado à imposição de silêncio aos sindicatos e à inércia da justiça trabalhista - que no caso da construção civil, ocultou os acidentes de trabalho que ocorriam em grande escala no setor. IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, (Col. Retratos do Brasil), v.155, p.p. 69-78.

⁴ Não há unanimidade sobre a qualidade dos conjuntos habitacionais do BNH, na Usina de Barra Bonita, São Paulo. Os arquitetos Oswaldo Correa Gonçalves e Heitor Ferreira de Souza projetaram uma cooperativa habitacional com critérios de núcleo urbano moderno e equipamentos comunitários, tais como: escolas, ambulatórios, serviço social, recreação e mercado. Ver: “Cooperativa Habitacional”. *Acrópole*, n.340, 1967, p.26-29. Sobre as ações do BHN, sua viabilidade financeira e operacional, objetivos mercadológicos, enfrentamento do déficit habitacional e contribuição para o desenvolvimento da indústria da construção civil, ver: BRUNA, op. cit., p. 101-144.

elas não eram decalcadas de forma imediata. O que havia era uma reunião, do pensamento construtivo moderno, que incluía a racionalização na organização da ação, na utilização dos materiais e no processo de construção no canteiro de obras, com aquelas práticas⁵.

Para os arquitetos, segundo Buzzar, o método de utilizar o máximo dos rendimentos nas obras (por intermédio da prática simples e de material convencional), era viável através da racionalidade aplicada a partir de uma concepção técnica, que vai desde: a organização da ação, a escolha de materiais, as manobras no canteiro de obras e a execução. Essa unidade operacional possibilitava “a atualização de técnicas construtivas arcaicas – ainda que (demonstrasse) respeito por elas – a unidade operacional era fruto de um cálculo apurado”⁶.

A articulação entre técnica popular e racionalidade marcou a oposição desses arquitetos às concepções desenvolvimentistas, que se mantinham perenes durante o governo militar, ao incluir a participação efetiva dos trabalhadores da construção. Para Ferro e Lefèvre, a “pedagogia” possível de ser realizada nos canteiros propunha a integração entre ação e pensamento, o que estimularia o entendimento das contradições estruturais da sociedade. A crítica operativa adotada pelos arquitetos de forma distinta a Artigas e outros arquitetos que encontraram soluções variadas dentro dos sistemas industrializados,⁷ representou um processo racionalizado avançado, ao contrário do que foi interpretado à época, no qual suas concepções “não podem ser lidas como um paradigma tecnológico acabado”, mas que destaca as condições problemáticas e particulares da modernização brasileira⁸.

⁵ BUZZAR, Miguel A. *Rodrigo Brotero Lefèvre e a Ideia de Vanguarda*, São Paulo: FAU USP (tese de doutorado), 2001, p.128.

⁶ Idem, p.129.

⁷ Dentro dos limites impostos pelo regime, administradores e técnicos (arquitetos) entre outros, procuravam desenvolver soluções pré-fabricadas. Entre as respostas arquitetônicas dadas, destaca-se o trabalho de João Filgueiras de Lima. O arquiteto dedicou-se às questões de pré-fabricação na construção civil, associando qualidade projetual e construtiva dos componentes ao conforto térmico das edificações, entre outros, com os parâmetros da arquitetura. Iniciou seu trabalho, em Brasília, em 1957, empregando as novas tecnologias dos pré-moldados em vários programas. Dirigindo a construção de prédios em superquadras, desenvolveu os alojamentos de madeira para mais de dois mil operários tornando-se uma de suas primeiras experiências de racionalização. Até 1961, trabalhou junto a Oscar Niemeyer. No mesmo período, participou da organização da Universidade de Brasília – UnB –, lecionando a disciplina *Técnica e Tecnologia da Construção*. Na UnB, entre 1962 e 1963, desenvolveu e construiu em elementos pré-fabricados de concreto, prédios de apartamentos para professores, além de galpões de serviços gerais da UnB. Foi demitido pelo governo militar, em 1964. Em 1965, projetou a sede de uma distribuidora de veículos, no qual aplica painéis e elementos pré-moldados. Em 1968, delineou as diretrizes iniciais no campo de arquitetura hospitalar no Hospital Distrital de Taquaritinga, base para o aperfeiçoamento desse tipo de produção, a partir de 1976, quando iniciou a produção de hospitais do aparelho locomotor da rede Sarah Kubitschek, ao qual dedicou grande parte de sua vida profissional. Trabalhou e ainda trabalha em melhorias urbanas e equipamentos públicos, utilizando pré-fabricados em argamassa armada e em aço.

⁸ Idem, p.135. Para uma visão crítica da modernização brasileira, que se dá não replicando a modernização clássica dos países de capitalismo avançado, ver Oliveira, Francisco, “A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista”, *Revista Novos Estudos*. Brasília: CEBRAP, 1972.

4.1. Arquitetura escolar: equipamento social e pedagógico

No campo de edifícios e equipamentos públicos executados pelo Estado, durante o regime militar, destaca-se a produção de edifícios escolares, tendo como um de seus expoentes a arquiteta Mayumi Watanabe Souza de Lima, integrante do Fundo Estadual de Construção Escolar – FECE – entre 1965 e 1968⁹. Responsável pelo planejamento físico da rede escolar, a arquiteta defendia que o instrumento metodológico e técnico, adotado para orientar a arquitetura e o planejamento de vários setores públicos, deveria partir de conceitos internacionais, porém, articulados com a experiência brasileira, de forma a democratizar seu acesso e sua participação coletiva. Assim ela justificou:

A linguagem internacional tem servido apenas para assegurar o domínio dos tecnocratas e a continuidade empresarial que despeja sobre uma clientela boquiaberta um considerável volume (em quilos, folhas e impressos audiovisuais) de frase pouco aplicáveis às realidades locais e regionais e que, por isso mesmo, exigem mais uma vez a presença dos tecnocratas assessores e tradutores da linguagem utilizada¹⁰.

Para Mayumi, as rupturas no projeto de modernização, patrocinado pelos militares, deveriam ser coincidentes com as rupturas de sua hierarquia (aqui tecnocrata), assim a partir da absorção de experiências acumuladas, elas deveriam ser compartilhadas, instruindo a participação coletiva na realidade brasileira. O ideal político da arquiteta estava presente nas formulações conceituais sobre educação, como sistema que envolveria desde sua implantação física e variáveis intervenientes entre os limites do prédio e o seu entorno, bem como o simbolismo de sua arquitetura. Para Mayumi o que importava era não perder a dimensão de que educação é uma necessidade básica da população. A proposta do projeto educacional desenvolvido no FECE determinava o conceito de área e de padrão de atendimento de acordo com variáveis que entendessem a demanda da região, colaborando com seu desenvolvimento:

Importa observar que o planejamento será tanto mais adequado quanto maior for a identidade entre as necessidades da população e os objetivos propostos para o atendimento pelo sistema educacional¹¹.

⁹ Mayumi trabalhou no FECE, fundação que foi criada pelo PAGE, durante os Governos do Estado do Estado de São Paulo de Laudo Natel (1966/1967) e Roberto de Abreu Sodré (1967/1971) e na Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo- CONESP- empresa que substituiu o FECE a partir de 1976, entre 1976/1978 durante a gestão de Paulo Egídio Martins (1975/1979); e durante a gestão Franco Montoro (1983/1986).

¹⁰ LIMA, Mayumi Watanabe de Souza, "Planejamento Físico da Rede e das Unidades Destinadas ao Ensino Institucionalizado". In: *Arquitetura e Educação*, São Paulo: Studio Nobel, 1995, p.49 (artigo escrito, em 1972, ao MEC – Premen, em Brasília).

¹¹ Idem, p.53.

No campo ideológico, os prédios escolares, na visão da arquiteta, se fundiam com o próprio direito à educação e se constituíam em aspectos importantes na relação entre Estado e camadas populares. A limitação de acesso ao ensino tornava-se assunto público e de mobilização da sociedade. Assim, as construções escolares não deveriam ser orientadas ao baixo custo de sua produção e sim ao seu projeto pedagógico, diametralmente, oposto às soluções “primariamente” precárias ou padronizadas:

(...), ou seja, a simplicidade das soluções não foi buscada para identificar-se à simplicidade dos usuários, nem se deu a oportunidade a que se recriassem elementos caros ao imaginário daquela população. A simplicidade transformou-se na padronização e primarização dos espaços, interpretadas as necessidades educativas das crianças das camadas populares, segundo a visão reducionista e hierárquica das camadas dominantes. Não se mudavam conceitos de espaços educativos e sua apropriação ou adequação segundo as necessidades características concretas de uma população. Homogeneizavam-se como “clientela carente” e, como tal as escolas sofreram cortes nos ambientes, nas instalações e nos materiais¹².

Após a extinção do FECE, em 1976, foi criada a Superintendência de Projetos da Companhia de Construções Escolares de São Paulo – CONESP – através da Lei nº 906, de 18/12/1975, na qual Mayumi trabalhou em planejamento escolar em rede¹³.

O que deve ser destacado em Artigas, Ferro, Lefèvre e Mayumi, ou melhor, o que era comum a eles – apesar das diferenças e divergências – era o impulso de pensar a arquitetura, sua racionalidade associada à transformação da sociedade, isto é, a racionalidade industrial ou da arquitetura e de seu raciocínio, não era um fim em si, era um meio. A arquitetura racional ou racionalizada, era um projeto aliado a um projeto social, não era uma norma de trabalho¹⁴.

¹² Idem, p.80.

¹³ Segundo o arquiteto João Honório de Mello Filho, em recente entrevista a autora, em 02 fev. 2012, afirmou que, ao exercer o cargo de Superintendente de Projetos, preparou um sistema racional para elaboração de projetos de construção em massa de edificações escolares, mediante a padronização de componentes construtivos associados às proposições pedagógicas e à padronização.

¹⁴ Os manuais, segundo Mello, liberaria a criatividade do arquiteto, ao mesmo tempo em que manteria uma média de custo na produção. Pois nos processos licitatórios todos sabiam o preço de cada componente e assim em função da área construída o custo global se fixava dentro de uma média de tolerância, considerando a análise do terreno do ponto de vista de localização e de condições topográficas, garantindo liberdade projetual. Esse processo recebeu críticas, como as elaboradas pelo arquiteto Samir Bussab que ocupou o cargo de diretor técnico e executivo da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE – atual órgão responsável pela construção escolar, após a extinção da CONESP, em 1987. Para Bussab, esse processo representava uma “camisa de força para os arquitetos”, na medida em que os componentes não eram fabricados especificamente para a companhia, mas sim pela indústria da construção (fornecedores), delimitando o sentido dimensional do processo, convertendo a criatividade a um “jogo de armar”. Pode-se dizer, entretanto, que isso significou uma nova cultura na construção escolar racionalizada, envolvendo arquitetos, orçamentistas e construtores, contribuindo para parâmetros de análises sobre edifícios padronizados, ainda que em momento posterior da produção tema do nosso estudo. Ver: Entrevista João Honório Mello Filho a autora em 02 fev. 2012, em São Paulo, e BUSSAB, Samir; OLIVEIRA, Nildo Carlos. *Arquitetura Escolar Paulista e Política Educacional: Os Programas na Atual Administração do Estado*, São Paulo: FDE, 1ª edição, 1998.

5

**OS FÓRUNS DE JUSTIÇA “MODULARES
DOP” A PARTIR DOS ANOS DE 1969
EM SÃO PAULO. PROPOSIÇÕES**

5.1. DOP: ascendências históricas

Antes de iniciarmos as questões dos edifícios-padrões, propriamente ditas, é necessário conhecermos a evolução da estrutura e do pensamento, presentes no trabalho do DOP anterior ao PAGE. O Departamento de Obras Públicas teve sua origem no Império. Segundo o arquiteto Eudes Campos, isso aconteceu após a extinção do Gabinete Topográfico, em 1844, no Segundo Império:

Dois anos depois o Gabinete Topográfico dá lugar a Diretoria de Obras Públicas, repartição de estrutura muito ambiciosa para a época e por isso de efêmera duração, à qual ficou ligada à escola de engenheiros. O coronel José Florêncio Peréia, oficial engenheiro indicado pelo governo provincial para o cargo de diretor, menos de um ano depois foi substituído pelo paulistano Francisco Antônio de Oliveira. A diretoria acabou reduzida no seu quadro por lei de 1846 e, conforme depoimento de muito tempo depois foi extinta no ano seguinte por haver sido considerada pelos legisladores um sorvedouro dos recursos públicos¹.

No histórico do DOP, escrito em seu manual técnico e editado em 1976, percebe-se teor da narrativa oficial e sua ascendência remete ao tempo do Brasil Império,

A história do DOP é rica de homens, fatos e obras. Seu conhecimento é importante até para se saber como evoluiu a engenharia brasileira nos últimos 100 anos. O DOP nasceu nos tempos do Brasil Império, no ano de 1844. (...) ².

¹ CAMPOS, Eudes. *Arquitetura Paulistana sob o Império*. São Paulo: FAU USP, 1997 (tese de doutorado), p. 70. O autor menciona a composição da primeira diretoria do DOP, em 1844: “presidente Francisco Antônio de Oliveira, major Antônio Carneiro de Leão, major graduado Luis José Monteiro, 1º tenente José Jacques da Costa Ourique e José Porfírio de Lima, arquiteto-medidor.” E ainda dois engenheiros civis contratados: o alemão Carlos Abraão Bresser e o inglês Edmund Christie que foram encarregados do sistema de águas para a cidade de São Paulo. Além dos ex-alunos de topografia Antônio Alexandrino de Passos Ourique, João José Soares, Saturnino de Freitas Vilalva e Gil Florindo de Moraes. E três “desenhadores” do arquivo. Idem, pp.70-71. Em 1846, sua estrutura foi novamente reduzida a um presidente, um topógrafo, dois membros e um ajudante. Idem, p.71. MARTINS, Antônio Egídio. *São Paulo Antigo: 1554 a 1910*. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1973, pp. 339-340. A diretoria foi criada através da Lei nº 36 de 15 de março de 1844.

² Governo Paulo Egydio Martins, Secretaria de Obras e Meio Ambiente, Departamento de Edifícios e Obras Públicas, *Manual Técnico do DOP*, São Paulo: Imprensa Oficial, 1976, p.11

Assim, no mesmo manual, consta que a fundação do Departamento foi registrada com a seguinte data:

Presidia a Província de São Paulo, Manoel Felizardo de Souza e Melo. Foi ele quem, no dia 14 de março de 1844, promulgou a lei nº 253, criando um órgão público, a ele diretamente subordinado, a quem chamou de Diretoria de Obras Públicas ³.

Segundo o histórico, cabia à diretoria construir estradas de rodagem, sistemas de canais, barcos, prédios públicos, conservar obras públicas, entre outras atividades⁴. Em 1846, segundo Campos, cogitava-se a extinção da diretoria pela Assembleia por considerá-la desorganizada e desnecessária, assim, o Presidente da Província de São Paulo José Tomás Nabuco de Araújo (1813 – 1878) extingue a diretoria, em 4 de outubro de 1851, deixando os engenheiros subordinados à presidência através do Gabinete Topográfico ⁵.

Para ser viável o controle de obras na Província, o Gabinete foi separado em setor administrativo, científico e fiscalizador; dividido em seis seções sob a chefia de engenheiros militares e civis nacionais e estrangeiros ligados a corte⁶.

Figura 9. Casa de Câmara e Cadeia de Pindamonhangaba. Atual Palacete Tiradentes. Inaugurada em 1843 foi elaborada pelo Major Pedro de Alcântara Bellergerde, professor e diretor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.⁷ Fonte: Página oficial da Secretaria da Cultura – Bens tombados pelo Condephaat.

³ DOP, Idem, p.11.

⁴ ARAÚJO, Aurélio. *O DOP e a Padronização de Projetos para Obras Públicas*. São Paulo: Governo do Estado, 1974. Em 1854, o DOP construiu a primeira estrada de ferro do Estado (província), além de abrir estradas, sistema de canais e até responsável pela construção de barcos.

⁵ CAMPOS, op.cit., p.76.

⁶ Entre os engenheiros estrangeiros que participaram do Gabinete, estavam os franceses: Jean Achille Martin d'Estadin e Marcelino Gerard; o alemão Carlos Rath, responsável pela exploração da Serra de Cubatão. Idem, p.77.

⁷ Idem, p.74. Sobre a obra do Major Bellergerde e linguagem arquitetônica adotada para a Casa de Câmara e Cadeia, afirmou Campos: "(...) Indubitavelmente adotava sempre o neoclassicismo como linguagem arquitetônica, como fica evidenciado num plano que nos é conhecido, a modesta cadeia de Pindamonhangaba."

A partir de 1850, a Província de São Paulo teve uma fase promissora com grande número de engenheiros e estrangeiros envolvidos com obras públicas. Nesse período, foram: pavimentadas ruas, constituiu-se o sistema de distribuição de águas, construíram-se casas em tijolos (com empenas de estuque), implantou-se a iluminação a gás e ainda iniciou-se a construção do teatro provincial. A modernização da Província com a implantação de novos recursos técnicos estava impreterivelmente conectada aos seus serviços⁸.

Segundo Campos, a lei nº 458, de 12 de maio de 1853, condicionava o título de engenheiro civil para ocupar o cargo de engenheiro – exigência que ocorreu pela primeira vez na história da produção de obras públicas, em São Paulo⁹. Em 1855, a pedido do presidente Saraiva, para amenizar as queixas de má organização no serviço de engenharia pela Assembleia Legislativa em São Paulo, foram contratados dois engenheiros estrangeiros para reorganizar os serviços de engenharia. Estes, dois ingleses William Elliot e John Cameron foram encarregados das estradas provinciais e levantamento de sua carta corográfica¹⁰.

Com a vinda da ferrovia inglesa, em 1860, os serviços de engenharia atraíram engenheiros nacionais e estrangeiros que contribuíram para a divulgação dos trabalhos de engenharia “até então pouco valorizados ou mesmo desconhecidos pelas camadas dirigentes”¹¹. Essa nova referência provocou uma reação da Assembleia contra os engenheiros práticos. Dominado pela ideologia burguesa de valorização da eficiência e conhecimentos técnico-científicos e pelo descontentamento dos trabalhos executados por técnicos estrangeiros contratados para obras públicas, em 1868, o presidente Joaquim Saldanha Marino criou a Inspetoria Geral das Obras Públicas, através do Regulamento nº5, sendo nomeado para dirigi-la o engenheiro Antônio Francisco de Paula Souza¹².

Após sucessivas transformações e reformas, com serviços brevemente interrompidos, em 12 de abril de 1870, através da lei de nº 80 a então Repartição de Obras Públicas, criada em 1868, foi reorganizada passando novamente a se chamar Diretoria de Obras Públicas. Até 1889, “a província de São Paulo colhia os frutos da prosperidade econômica”, os engenheiros que até então se restringiam

⁸ Segundo o autor, a obra mais importante daquela época foi a reconstrução da ponte do Açú (Santa Iligênia), onde foi testada uma nova técnica de construção com abóboda em tijolos, denotando a influência dos engenheiros e empreiteiros estrangeiros no Departamento. Idem, p.p. 78-79.

⁹ Lei nº 458, de 2 de maio de 1853. Idem, p.79.

¹⁰ No *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Candido de Figueiredo, 1913, corográfica significava a descrição de uma região ou de uma parte importante de um território.

¹¹ CAMPOS, Eusébio Stevaux, “Arquitetura Oficial Paulista (1877/1885)”, p.2, nota 2, In: CAMPOS, op.cit. p. 85.

¹² Engenheiro civil, Paula Souza era filho de cafeicultores, tendo estudado na Alemanha e na Suíça. Foi um personagem bastante atuante durante a República Velha. Idem, p.p. 83-88.

à esfera governamental tiveram seu campo de atuação ampliado à custa dos financiamentos ingleses e da burguesia cafeicultora¹³.

Conforme observou Campos, em 1873, a ata da Assembleia relatou que os engenheiros funcionários tinham baixos vencimentos e, conseqüentemente, as obras eram de má qualidade. Sob manobras políticas e pressões dos empresários os engenheiros da província, conviveram com o desprestígio da repartição. Em 1876, através da lei nº 89, um novo regulamento para a repartição e Diretoria de Obras Públicas ampliou os cargos e atribuições dos engenheiros, valorizando esse ramo de serviço período, no qual a elite cafeeira se estruturou tecnicamente. Filhos de fazendeiros do café abraçaram “a engenharia, como única forma capaz de transformar a realidade material”¹⁴.

A penúltima reforma da Diretoria de Obras Públicas, no período monárquico, antes de ser abolida pela República se deu pela extinção dos distritos da divisão da província e a eliminação de um cargo de engenheiro, em 1884 – fato que causou protestos na Assembleia. No final de 1885, criou-se um novo cargo de engenheiro em substituição ao de desenhista para se adequar nos limites orçamentários da diretoria¹⁵.

Nos últimos 15 anos do Império, a capital paulista se transformou e os equipamentos públicos foram atendidos pela iniciativa privada com cooperação técnica de engenheiros estrangeiros¹⁶. Na República com a reestruturação da política brasileira – “a transformação das Províncias em Estado” – os engenheiros formados ocuparam lugar de destaque na cidade de São Paulo, atuando em obras públicas e exercendo cargos, além de se dedicarem ao ensino da engenharia¹⁷.

Durante o governo provisório de Prudente de Moraes (1841-1902), foi extinta a repartição provincial e criada a Superintendência de Obras Públicas¹⁸. A Superintendência sofreu reformulações, ampliando seu quadro pessoal que contava com trinta e nove funcionários, sendo que seis eram engenheiros e os demais técnicos, tais como, desenhistas, ajudantes, etc. Os engenheiros que possuíam firmas particulares, também trabalhavam como profissionais liberais, como o en-

¹³ CAMPOS, op.cit., p.p. 92-96

¹⁴ Idem, p.101. O autor relata que ao lado dos engenheiros bem-nascidos e de raça branca, trabalharam dois negros de origem baiana: Antônio Pereira Rebouças Filho e Teodoro Sampaio. O primeiro foi diretor técnico da estrada de ferro Campinas-Rio Claro e o segundo, (engenheiro civil, arquiteto, geógrafo e cartógrafo, urbanista, historiador, sociólogo, literato, político e tupinólogo) foi um dos organizadores da Escola Politécnica de São Paulo.

¹⁵ Idem, p.p.105-106.

¹⁶ Entre eles estão: Henry Joyner (Cia Cantareira de Águas e Esgoto), Joseph Bryan (The São Paulo Gaz Company), Fernando Dumolin (Cia. União Telefônica do Brasil), Alberto Kulmann (Cia. De Carros de Ferro S. Paulo e S. Amaro). Idem, p.106

¹⁷ A Escola Politécnica da Universidade de São Paulo foi criada, através das leis estaduais nº 26 e nº 64, em 1893. Teve, no mesmo ano, seu regulamento publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, na forma da lei nº 191, assinada no governo de Bernardino de Campos, criando os cursos de engenharia industrial, engenharia agrícola, engenharia civil e o curso anexo de artes mecânicas.

¹⁸ Decreto nº6, de 27 de dezembro de 1889.

genheiro arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1928), responsável por inúmeras obras na capital, transformando o seu cenário e atendendo sua necessidade de modernização¹⁹.

A reorganização republicana subordinou a Superintendência de Obras Públicas à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas²⁰. Sobre a nova ordem imposta pela República, observou Campos:

Verificamos assim que a República veio desencadear forças políticas, econômicas, sociais e culturais que se mantinham represadas, em parcial estado de latência, durante os últimos anos do extinto regime. A economia capitalista, fazendo-se acompanhar pelo culto do progresso material, pelo industrialismo, pelo espírito de eficiência, pelo cientificismo, valores gerados no âmago da burguesia internacional e adotados pela correspondente classe social paulista, expandiu-se plenamente, determinando a marcha da nova sociedade²¹.

As transformações republicanas na administração pública reorganizaram departamentos, dividiram atribuições e capital. Estados desmembraram suas organizações de obras públicas.

Através da lei nº 2.193, de 30 de dezembro de 1926, foi reorganizada a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, distribuída em cinco diretorias: geral, da agricultura, da indústria e do comércio, da indústria pastoril e de terras, minas e colonização. Para as quais competiam obras públicas, correios, telégrafos estaduais, água e esgoto, iluminação da capital e assuntos relativos à agricultura, ao comércio e à indústria. Para obras públicas, era dotada da seguinte estrutura técnica: 10 engenheiros de distritos; 04 engenheiros ajudantes; 01 engenheiro-arquiteto, 10 engenheiros auxiliares e 04 desenhistas. Cabia ao Diretor de Obras a inspeção técnica²².

¹⁹ CAMPOS, op. cit., p.118. Segundo o *Manual Técnico do DOP*, trabalharam no órgão os engenheiros: Theodoro Sampaio, Francisco Prestes Maia, André Pinto Rebouças, Lucas Nogueira Garcez, Arthur Motta, Alfredo Braga, José Maria da Silva Neves, Euclides da Cunha, entre outros. Destacando-se em sua produção as obras: Museu do Ipiranga, Monumento do Ipiranga, Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Palácio dos Campos Elíseos, Escola Caetano de Campos, Politécnica, Bolsa de Mercadorias, Secretaria da Justiça, Tribunal de Alçada, Penitenciária do Carandiru, Conjunto do Hospital das Clínicas, Observatório de São Paulo, Faculdade de Medicina, Hospital do Juqueri, Escola Normal Padre Anchieta e o Aeroporto de Congonhas.

²⁰ Decreto nº 28, de 1º de março de 1892. In: FISCHER, op. cit. p.31. O *Manual Técnico do DOP* afirma que, somente em 1926, através da lei nº. 30, a Diretoria de Obras Públicas se reorganizou subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Durante a pesquisa, encontrou-se um Decreto Estadual nº6, de 27 de dezembro de 1889, criado pelo primeiro governador do Estado de São Paulo, Prudente de Moraes Barros (1889-1890) que confere ao órgão sua natureza de estritamente público cuja denominação na época foi "Superintendência de Obras Públicas". Essa informação confere ao documento um campo mais aprofundado de investigação que, no entanto, não compatibiliza com a proposta de análise do presente trabalho. Mesmo com essas contradições, entre datas e denominações, é possível identificar o espírito em que o Departamento de Obras se desenvolveu, constituindo-se em um escritório de engenharia com capacidade de habilitar tecnicamente seus funcionários de modo a poder ser comparado como uma escola prática no campo da engenharia e da pesquisa.

²¹ Idem, p.120. O autor nos lembra que nesse contexto que se instala a Escola Politécnica em São Paulo, em 1894.

²² *Coleção Leis e Decretos do Estado de São Paulo*. Vol. 1.

Pelo Decreto nº 4.595, de 17 de maio de 1929, foi regulamentado a Secretaria da Viação e Obras Públicas. À Diretoria de Viação competiam os serviços relativos à viação (caminhos e ruas) e transporte. As estradas eram de competência da Diretoria de Estradas de Rodagem. À Diretoria de Obras Públicas todos os serviços das obras públicas do Estado.²³

Pode-se afirmar que durante sua existência, o DOP esteve subordinado a Secretarias distintas, ainda que a Diretoria permanecesse com as funções quase que inalteradas²⁴.

Essa estrutura, que conheceu mudanças internas importantes, permaneceu formalmente durante um longo período. No primeiro governo Laudo Natel (1966-1967), a Diretoria foi transformada em departamento, uma vez que o foi-lhe atribuída personalidade jurídica própria, transformando-o em Departamento de Edifícios e Obras Públicas da Secretaria de Estado dos Negócios dos Serviços de Obras Públicas em autarquia, através da Lei Estadual nº 9.296 de 14/4/1966. Durante este governo, a questão sobre padronização de projetos para obras públicas, objeto do nosso estudo, fez parte dos procedimentos técnicos do Departamento.

Em 1970, através do Decreto nº 52.430, de 1º de abril, durante a gestão do Governo Roberto Costa de Abreu Sodré (1967-1971), foram implantadas

²³ Idem, p.p. 265-291. Segundo o decreto, o pessoal da Diretoria era o seguinte: 01 diretor, 01 subdiretor, 02 chefes da seção técnica, 01 chefe de seção, 12 engenheiros de distrito, 04 engenheiros ajudantes e 01 engenheiro arquiteto. As inspeções técnicas para as obras de maiores relevância cabiam ao diretor, uma vez ao ano pelo menos.

²⁴ Em pesquisa sobre leis e decretos estaduais foram encontradas as seguintes normas: Dec. nº 21.705, de 22/09/1952 - reorganiza a Diretoria de Obras da Secretaria de Viação e Obras Públicas; Lei nº 7511, de 22/11/1962 - reorganiza a Diretoria de Obras da Secretaria de Viação e Obras Públicas (injeção de veto); Lei nº 7.193, de 22/10/1962 - a Diretoria de Obras da Secretaria de Viação e Obras Públicas passa a denominar-se Departamento de Obras Públicas, vinculada a Secretaria de Estados dos Negócios da Viação e obras Públicas; Dec. nº. 46.367, de 26/05/1966 - o Departamento se transforma em autarquia; Dec. nº 45.422, de 26/11/1965 - transferência para fiscalização de obras públicas e abertura de créditos especial no IPESP; Dec. nº 48751, de 31/10/1967 - crédito suplementar ao DOP; Dec. nº 50153, de 06/08/1968 - crédito suplementar ao DOP; Dec. nº 47582, de 18/01/1967 - aprova orçamento do DOP para exercício de 1967; Dec. nº 48.037, de 31/05/1967 - delega poderes ao DOP para assinar convênios com Secretarias, para construção de obras públicas; Dec. nº 50.568, de 18/10/1968 - crédito suplementar ao DOP; Dec. 52.520, de 26/09/1970- art. 2º - autarquia passa a denominar-se Departamento de Edifícios e Obras Públicas; Dec. nº 52.704, de 11/03/1971 - dispõe sobre a alteração de dispositivo do regulamento do Departamento de Obras Públicas aprovado pelo Dec. nº 52.520 de 26/08/1970; Dec. 3566, de 18/04/1974 - crédito suplementar para obras do DOP; Dec. nº 20.274, de 28/12/1982 - cria, diretamente subordinada ao superintendente do Departamento de Edifícios e Obras Públicas a Diretoria de Ação Regional e Diretoria de Apoio Técnico; Dec. 28.251, de 08/03/1988 e Dec. 23.926, de 23/09/1988 - crédito suplementar para obras do DOP; Dec. nº 29.355, de 14/12/1988 - autoriza a organização dos serviços da Administração Direta e Indireta do Estado; modifica a denominação da Secretaria dos Negócios Metropolitanos para a Secretaria da Habitação e do Desenvolvimento Urbano a quem são transferidas as seguintes vinculações: Departamento de Edifícios e Obras Públicas - DOP, Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos S/A - EMTU e Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A - EMPLASA; Dec. nº 30.052 de 15/06/1989, dispõe sobre a execução dos serviços técnicos especializados relativos a construção e ampliação de edifícios públicos estaduais, seus complementos, viadutos e obras de arte em geral. O Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano deverá propor medidas para extinção do Departamento de Obras Públicas; Lei nº 7.394, de 08/07/1991- autoriza a transformação do Departamento de Edifícios e Obras Públicas - DOP - na empresa Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS e a dissolução da CONESP.

as diretrizes para padronização de projetos do DOP e que serão analisadas adiante²⁵.

O DOP foi extinto, em 1991, pelo governador Orestes Quércia (1987-1991), através da Lei Estadual nº 7.394 de 8/7/1991, que autorizava a transformação do Departamento de Edifícios e Obras Públicas – DOP, na empresa Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS.

5.1.1. Funções do DOP

As funções do DOP ainda que permanecessem quase que inalteradas pelas modificações estruturais recomendadas, através de decretos/leis, introduziram determinadas questões que refletiram em propostas para mudanças de estratégias de atuação. Na lei nº 9.296 de 14/04/1966, durante a primeira gestão de Adhemar Pereira de Barros (1963-1966), pelo artigo 7º foi criado o Conselho Estadual de Obras Públicas (CEOP), constituído por 05 membros, sendo: um engenheiro civil de escolha do governador para presidir o conselho, o Diretor do DOP, um representante do Instituto de Engenharia e outro do Instituto de Arquitetura e ainda um representante do DOP. O objetivo desse conselho era o de opinar e o de reorganizar questões legais e administrativas do Departamento. Uma consequência desse ato configurou-se nas discussões presentes no IAB SP entre arquitetos autônomos e funcionários, quando do retorno da produção de edifícios públicos padronizados, nos anos de 1970, que segundo Vaccari causou muita polêmica ²⁶.

Em 1971, através do Dec. nº 52.704, de 11/03/1971, do governo Abreu Sodré, foram ampliadas as funções desse conselho consultivo, incluindo em seu artigo 1º, opinar sobre as funções e qualificações do quadro funcional do Departamento, bem como solicitar a presença de funcionários, convidando especialistas para prestar esclarecimentos sobre os assuntos de sua competência quer seja técnico, jurídico ou financeiro.

Definindo-se como um “grande escritório de engenharia”, o DOP (no ano 1976), tinha por objetivo as funções de:

- I. Pesquisar e propor soluções funcionais e econômicas, para localização e construção de edifícios e instalações adequadas aos órgãos da administração estadual, *bem como as normas e especificações técnicas correspondentes*;

²⁵ Abreu Sodré foi o primeiro governador de São Paulo, empossado pelo regime militar de 1964, movimento que apoiou e depois criticou em suas memórias.

²⁶ Arquiteto Marcolino Vaccari, responsável pelo projeto padrão F, F1, F2 e F3 de fóruns de justiça, em entrevista à autora.

- II. Construir, ampliar e reformar edifícios de propriedade do Governo do Estado, de entidades sob controle do mesmo e de outros de interesse do Estado;
- III. Prestar assistência aos municípios e entidades interessadas, na elaboração de estudos de planejamento territorial;
- IV. Colaborar com as prefeituras na construção e reforma de pontes e viadutos em vias públicas municipais, assim como na execução de outros melhoramentos consentâneos com o plano de desenvolvimento regional;
- V. Promover em colaboração com órgãos públicos e privados, a pesquisa de métodos e materiais, visando o aprimoramento da tecnologia das construções;
- VI. Prestar assistência a entidades interessadas no campo de suas atividades;²⁷

Como competência possuía as seguintes atribuições:

- I. Projetar, fiscalizar, administrar a construção, reforma e ampliação de edifícios, e de pontes e viadutos em vias municipais;
- II. Elaborar estudos de viabilidade técnica e econômico-financeiro, necessários à implantação das obras, promovendo junto às entidades interessadas a modificação de programas quando demonstrada sua conveniência;
- III. Exercer integralmente a gerência técnica e administrativa dos projetos e obras sob sua responsabilidade;
- IV. Celebrar convênios e contratos para a prestação de serviços, execução de obras e aquisição de materiais e equipamentos;
- V. Receber, por transferência, sem se constituir em receita da Autarquia, recursos de outros órgãos para a execução de obras e serviços por eles solicitados;
- VI. Efetuar pagamentos pela execução de estudos, projetos, obras, serviços e trabalhos, aquisição e aluguel de instrumentos, veículos, equipamentos e materiais, custeios de viagens, treinamento e aperfeiçoamento para seus servidores e outras despesas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades;
- VII. Efetuar a cobrança de taxas relativas à prestação de serviços;²⁸

Com essa organização ampliou o seu quadro funcional, administrativo e técnico – o objetivo era o de centralizar o controle de todos os serviços e de atender as demandas que envolviam obras de engenharia em todo o Estado de São Paulo. Subordinadas ao gabinete da Superintendência, em regra, estavam as Divisões

²⁷ DOP, op.cit., p. 15

²⁸ Idem.

de Obras (manutenção, prevenção; especiais e de arte). Estas se dividiam entre diretoria técnica e de expediente que abrangiam planejamentos, levantamentos, projetos, desenhos, orçamentos, cubagens, contratações, licitações, cadastros de empresa, fiscalizações entre outros serviços prestados pelo Departamento.

Em 1982, sob o Dec. nº 20.274, de 28/12/1982, no governo de José Maria Marin (1982-1983), com o objetivo de descentralizar as ações do DOP foi criada a Divisão Regional de Obras do Interior, com dez regionais: Santos, São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília.

5.1.2. DOP e a padronização de obras públicas

No ano de 1974, aniversário de 130 anos do DOP, foi publicada a palestra do então Superintendente do DOP, eng.º Aurélio Araújo. Em que pese seu teor de discurso oficial, o engenheiro faz um resgate da experiência em que se apoiavam os benefícios da adoção para a padronização de projetos como método e defesa de sua adesão pelo Departamento.

Classificando os projetos para delegacias como a primeira tentativa do método, de padronização, Araújo relatou que o ponto inicial do processo partia da “pesquisa e coleta de dados para a elaboração de programas-tipo²⁹ das delegacias do interior e capital”, sendo que para isso também se consultava os delegados responsáveis e funcionários. Após avaliação dos dados e “com a condição de que era importante deixar-se de lado o gosto pessoal” executava-se o anteprojeto estabelecido em três áreas mínimas de terreno³⁰.

Foram sete os primeiros “modelos-padrão”³¹ para delegacia. Com o objetivo de criar uniformidade de condições materiais, foram desenvolvidos projetos executivos para hidráulica, elétrica, estrutural e arquitetônico. O entendimento de módulo utilizado pelo Departamento foi restrito às dimensões das retículas espacial modular de referência, contidas no quadro de áreas mínimas, no qual sua base geralmente era de 10 cm. O módulo adotado não está associado à coordenação modular e à padronização de componentes:

Passou-se, então, à execução dos projetos, nos moldes indicados pela pesquisa, procurando-se fazê-los modulados, de tal sorte a permitir que houvesse certa elasticidade nos números de celas e algumas outras dependências³².

²⁹ Definição formulada pelo DOP em seu citado manual.

³⁰ ARAÚJO, op.cit., 1974, p.9.

³¹ Definição formulada pelo DOP em seu citado manual.

³² Idem, p.9. Segundo a NBR 5706, “módulo é a distância entre dois planos consecutivos do sistema que origina o reticulado espacial modular de referência” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1977). Também chamado de módulo-base, o módulo é universalmente representado por “M”. O módulo adotado pela maioria dos países é o decímetro (10 cm), que, desde 1950, com a publicação

- a) evitar a suntuosidade;
- b) tornar a unidade mais funcional possível;
- c) utilizar materiais resistentes para reduzir o problema de conservação e,
- d) fazer uso máximo das experiências já adquiridas pelo DOP em outros setores.³³

A normatização (administrativa e técnica) dos procedimentos do órgão orientou a padronização arquitetônica, como pode ser depreendido das propostas acima. Há uma busca pela eficiência do desempenho do DOP, que não apresenta a pré-fabricação como objetivo (isto não quer dizer, que ela não podia estar presente, mas não era um dado necessário das ações, talvez pelo contrário, um elemento esporádico).

Figura 11: planta do Centro de Saúde. Fonte: ARAÚJO, op. cit, p.13.

³³ Idem, p.12.

Quanto aos centros de saúde, o Superintendente expôs que do primeiro estudo foram construídos 13 centros pelo interior do Estado e, a partir dessa experiência, foram desenvolvidos outros 6 tipos que incluíam cidades de 3.400 habitantes até 51.000 habitantes. Sob o novo critério, ainda, foram construídas 96 unidades sanitárias. Os centros foram reelaborados e assim, com a pretensão de construir cerca de 200 e com 20 construídos, ficaram assim definidos:

- a. Centro de Saúde “A” de 132,28m², com 750 m² de terreno;
- b. Centro de Saúde “A1” de 147,16 m², também com 750 m² de terreno;
- c. Centro de Saúde “A2” de 231,00 m², com 750 m² de terreno;
- d. Centro de Saúde “B” de 331,60 m², com 1.125 m² de terreno;
- e. Centro de Saúde “B1” de 329,36 m², com 1.125 m² de terreno;
- f. Centro de Saúde “C” de 389,36 m², com 1.125 m² de terreno e,
- g. Centro de Saúde “D” de 531,96 m², com 2.250 m² de terreno³⁴.

Além dos edifícios padrões, foram reaproveitados projetos especiais para a saúde desde que comportassem as necessidades do programa desenvolvido pelo DOP. Além disso, afirmou Araújo que os materiais de construção poderiam ser alterados na medida em que apresentassem comportamento inadequado para o local.

Em paralelo o conhecimento do Departamento abarcou a justiça: através do dec. estadual nº 52.430, de 01/04/1970, foi implantado o princípio de padronização de fóruns, estabelecendo critérios para seu programa. Elaborado por uma comissão entre a Secretaria da Justiça e do DOP, com a participação do jurista Hely Lopes Meirelles, na época Secretário da Justiça (1969-1971), foram estabelecidas normas administrativas, técnicas e econômicas para construção, ampliação e reforma de fóruns. Pelo decreto foram padronizadas as áreas mínimas dos terrenos a serem doados pelas prefeituras e, posteriormente, analisados pelos técnicos do DOP, de acordo com as seguintes metragens:

- 1.^a Entrância - Tipo B: mil e duzentos metros quadrados de área e quarenta metros de frente.
- 1.^a Entrância - Tipo A: mil e seiscentos metros quadrados de área e quarenta metros de frente.
- 2.^a Entrância - Tipo B: dois mil e duzentos metros quadrados de área e cinquenta metros de frente.
- 2.^a Entrância - Tipo A: dois mil e seiscentos metros quadrados de área e cinquenta metros de frente.
- 3.^a Entrância - Tipo padrão: três mil metros quadrados de área e, sessenta metros de frente.
- 3.^a Entrância - Tipo especial: cinco mil metros quadrados de área e cem metros de frente³⁵.

³⁴ Idem, p.14

³⁵ O território do Estado é dividido em comarcas, agrupadas em circunscrição e dividida em distrito judiciário. Dentro de cada comarca, pode haver uma ou mais varas e a criação de novas varas seguirá os mesmos critérios de criação das comarcas, baseando-se em índices estabelecidos em lei estadual, apoiados

Os tipos “A”, “B”, padrão e especial se referem ao programa funcional do fórum, sendo esses estabelecidos segundo o decreto:

FÓRUM DE 1.ª ENTRÂNCIA – TIPO B – ANDAR TÉRREO	
Cartórios de Notas e Ofícios de Justiça: sala para cartório e tabelionato do 1.º ofício – 24,00 m²; sala para arquivo – 12,00 m².	Sala para Cartório e Tabelionato no 2.º Ofício – 24,00 m²; sala para arquivo – 12,00 m².
Cartório de Registro de Imóveis e Anexos: sala para Cartório – 24,00 m²; sala para arquivo – 12,00 m².	Cartório do Distribuidor, Partidor, Contador e Anexos: sala de 20,00 m².
Cartório e Comissariado de Menores: sala do cartório – 12,00 m²; sala do Comissariado de Menores – 10,00 m²; instalação sanitária privativa – 4,00 m². Obs.: - Este Cartório deverá ter também entrada independente.	Cartório de Registro Civil: sala para Cartório – 24,00 m²; sala para arquivo – 12,00 m²; sala para casamentos – 15,00 m²; instalação sanitária para homens – 4,00 m²; instalação sanitária para mulheres – 4,00 m²; Obs.: - Este Cartório deverá ter também entrada independente.
Cartório de Colocação Familiar: sala do Cartório – 12,00 m²; sala de espera – 10,00 m²; instalação sanitária privativa com 4,00 m²; Este Cartório deverá ter também entrada independente, podendo estar contíguo ao Cartório de Menores.	Cartório Eleitoral: sala – 12,00 m²; Este Cartório deverá ficar próximo da entrada
Instalações sanitárias para público: Instalações sanitárias para homens com 1 bacia, 2 mictórios e 1 lavatório – 4,00 m²; instalações sanitárias para mulheres com 2 bacias e 1 lavatório – 4,00 m².	Instalações sanitárias para funcionários: instalações sanitárias para homens com 2 bacias, 2 mictórios e 1 lavatório – 6,00 m²; instalações sanitárias para mulheres com 2 bacias e 1 lavatório – 6,00 m².
Dependências: sala para depósito – 10,00 m²	Apartamento para Juiz: quarto – 12,00 m²; passagem com área – 4,00 m²; instalação sanitária e chuveiro – 6,00 m². Este apartamento deverá ter entrada independente.
ANDAR SUPERIOR	
Tribunal do Júri: salão do Júri – 50,00 m²; sala secreta anexa – 12,00 m²; instalação sanitária anexa – 6,00 m²; sala para testemunhas de acusação – 8,00 m²; sala para testemunhas de defesa – 8,00 m²; cela para réu com privada – 600 m²; sala para guarda – 6,00 m².	
VARAS CÍVEIS E CRIMINAIS	
Gabinete para Juiz da 1.ª – Vara – 12,00 m²; instalação sanitária privativa – 4,00 m².	Gabinete para Promotor da 1.ª Vara – 12,00 m²; instalação sanitária privativa – 4,00 m².
Sala para audiências entre os dois Gabinetes – 20,00 m².	Cartório do Júri e Corregedoria Permanente: sala com 10,00 m²
Ordem dos Advogados: sala para Advogados – 12,00 m²	Oficial de Justiça: sala -10,00 m²

em números de habitantes e de eleitores, receita tributária, movimento forense e extensão territorial dos municípios do Estado. As comarcas (termo jurídico) significam a divisão territorial específica, que indica os limites territoriais da competência de um determinado juiz ou Juízo de primeira instância. Elas estão classificadas em primeira, segunda, terceira e quarta entrâncias. Os tribunais de justiça integram a segunda instância judiciária e as comarcas fazem parte da primeira instância que, ainda, segundo sua importância pode ser dividida em: primeira (menores) e especial ou de quarta entrância (maiores).

Dependências: sala para copa – 8,00 m ²	Sala para lanche – 8,00 m ²
Instalações sanitárias para público: instalações sanitárias para homem, com 1 bacia, 2 mictórios e 1 lavatório – 4,00 m ² ; instalações sanitárias para mulheres, com 2 bacias e 1 lavatório – 4,00 m ²	Instalações sanitárias para funcionários: instalações sanitárias para homens com 2 bacias- 2 mictórios e 1 lavatório – 6,00 m ² ; instalações sanitárias para mulheres com 2 bacias e 1 lavatório – 6,00 m ²
Resumo – áreas aproximadas: área útil total – 519,00 m ² ; área para circulação (15%) – 79,00 m ² ; área para paredes (10%) – 52,00 m ² ; área total construída – 650,00 m ² .	

Recomendação: Os projetos deverão prever a possibilidade de futura ampliação do prédio para instalação de mais uma vara no andar superior, com as seguintes dependências: Gabinete para Juiz da 2.^a Vara – 12,00 m², instalação sanitária privativa – 4,00 m²; Gabinete para Promotor da 2.^a Vara com 12 m², instalação sanitária privativa – 4,00 m²; sala para audiências entre os dois gabinetes – 20,00 m²

FÓRUM DE 1.^a ENTRÂNCIA – TIPO A- ANDAR TÉRREO

Cartórios de Notas e Ofícios de Justiça: sala para Cartório e Tabelionato do 1.º Ofício – 30,00 m ² ; sala para arquivo – 15,00 m ²	Cartório e Tabelionato do 2.º Ofício – 30,00m ² ; sala, para arquivo – 15,00 m ²
Cartório de Registro de Imóveis e Anexos: sala para Cartório – 30,00 m ² ; sala para arquivo – 15,00 m ²	Cartório do Distribuidor, Partidor, Contador e Anexos: sala – 20,00 m ² .
Cartório e Comissariado de Menores: sala para Cartório – 20,00 m ² ; sala para Comissariado de Menores – 15,00 m ² ; instalação sanitária privativa – 4,00 m ² . Este Cartório deverá ter também entrada independente.	Cartório de Registro Civil: sala para Cartório – 30,00 m ² ; sala para arquivo – 18,00 m ² ; sala para casamentos – 24,00 m ² , instalação sanitária para homens – 4,00m ² ; instalação sanitária para mulheres – 4,00 m ² ; Este Cartório deverá ter também entrada independente.
Cartório de Colocação Familiar; sala de Cartório – 15,00 m ² ; sala de espera – 10,00 m ² ; instalação sanitária privativa – 4,00 m ² . Este Cartório deverá ter também entrada independente, podendo estar contíguo ao Cartório de Menores.	Cartório Eleitoral: sala – 20,00 m ² . Este Cartório deverá ficar próximo da entrada.
Instalações sanitárias para público; instalações sanitárias para homens com 2 bacias, 2 mictórios e 1 lavatório – 8,00 m ² ; instalações sanitárias para mulheres com 2 bacias e 1 lavatório – 6,00 m ² .	Instalações sanitárias para funcionários; instalações sanitárias para homens com 2 bacias, 2 mictórios e 1 lavatório – 8,00 m ² ; instalações sanitárias para mulheres com 2 bacias e 1 lavatório – 6,00 m ² .
Dependências: sala para depósito com 10,00 m ² .	Apartamento para Juiz: quarto – 12,00 m ² ; passagem – 4,00 m ² ; instalação sanitária e chuveiro – 6,00 m ² . Este apartamento deverá ter entrada independente.

ANDAR SUPERIOR

Tribunal do Júri: salão do Júri – 70,00 m²; sala secreta anexa – 18,00 m²; instalação sanitária anexa – 6,00 m², sala para testemunhas de defesa – 8,00 m²; sala para testemunhas de acusação – 8,00 m²; cela para réu com privada – 6,00 m²; sala para guarda – 6,00 m².

VARAS CÍVEIS E CRIMINAIS

Gabinete para Juiz da 1. ^a Vara -18,00 m ² ; instalação sanitária privativa – 4,00 m ² .	Gabinete para Promotor da 1. ^a Vara – 18,00 m ² ; instalação sanitária Privativa – 4,00 m ² .
---	--

Sala para audiências entre os dois Gabinetes – 25,00 m ²	
Cartório do Júri e Corregedoria Permanente: sala – 15,00 m ²	Ordem dos Advogados: sala para advogados – 15,00 m ²
Oficiais de Justiça: sala – 15,00 m ²	Dependências: sala para copa – 8,00 m ² ; sala para lanche – 10,00 m ² .
Instalações sanitárias para público: instalações sanitárias para homens com 2 bacias, 2 mictórios e 1 lavatório – 6,00 m ² ; instalações sanitárias para mulheres com 2 bacias e 1 lavatório – 6,00 m ² .	Instalações sanitárias para funcionários: instalações sanitárias para homens com 2 bacias, 2 mictórios e 1 lavatório – 6,00 m ² ; instalações sanitárias para mulheres com 2 bacias e 1 lavatório – 6,00 m ² .
Resumo – Áreas aproximadas: área útil total – 657,00 m ² ; área para circulação (15%) – 99,00 m ² ; área para paredes (10%) – 65,00 m ² ; área total construída – 822,00 m ² .	
Recomendação: Os projetos deverão prever a possibilidade de futura ampliação do prédio para instalação de mais uma vara no andar superior, com as seguintes dependências: Gabinete para Juiz da 2. ^a Vara – 12,00 m ² ; instalação sanitário privativo – 4,00 m ² ; Gabinete para Promotor da 2. ^a Vara -12,00 m ² ; instalação sanitária privativa – 4,00 m ² ; sala para audiências entre os dois Gabinetes – 20,00 m ² .	

FÓRUM DE 2.^a ENTRÂNCIA – TIPO B. ANDAR TÉRREO.

Cartórios de Notas e Ofícios de Justiça: sala para Cartório e Tabelionato do 1. ^o Ofício – 30,00m ² ; sala para arquivo – 15,00m ² ; sala para Cartório e Tabelionato do 2. ^o Ofício – 30,00m ² ; sala para arquivo – 15,00m ² ; sala para Cartório e Tabelionato do 3. ^o Ofício – 30,00m ² ; sala para arquivo – 15,00m ² .	Cartório de Registro de Imóveis e Anexos: sala para cartório – 30,00m ² ; sala para arquivo – 15,00m ² .
Cartório do Distribuidor Partidor, Contador e Anexos: sala para Cartório – 20,00m ² .	Cartório e Comissariado de Menores: - sala para Cartório – 20,00m ² ; sala de espera – 8,00m ² ; sala para Comissário de Menores – 15,00m ² ; instalação sanitária privativa – 4,00m ² ; Obs.: Este Cartório deverá ter também entrada independente.
Cartório de Registro Civil: sala para Cartório – 30,00m ² ; sala para arquivo – 18,00m ² ; sala para casamentos – 24,00m ² ; instalação sanitária para homens – 4,00m ² ; instalações sanitárias para mulheres – 4,00m ² . Obs.: Este cartório deverá ter também entrada independente.	Cartório de Colocação Familiar: sala para cartório – 20,00m ² ; sala para expediente – 15,00m ² ; sala de espera – 10,00m ² ; instalação sanitária privativa – 4,00 m ² ; Obs.: Este cartório deverá ter também entrada independente, podendo estar contíguo ao cartório de Menores.
Cartório Eleitoral: sala para cartório – 20,00m ² . Obs.: Este cartório deverá ficar próximo da entrada.	Instalações sanitárias para público: - instalações sanitárias para homens, com 2 bacias, 2 mictórios e 2 lavatórios – 6,00 m ² ; instalações sanitárias para mulheres com 2 bacias e 2 lavatórios – 6,00m ² .
Instalações sanitárias para funcionários: instalações sanitárias para homens, com 2 bacias, 2 mictórios e 2 lavatórios – 6,00 m ² ; instalações sanitárias para mulheres com 2 bacias e 2 lavatórios – 6,00m ² .	Dependências; sala para depósito com 10,00m ² .

Apartamento para Juiz: quarto – 12,00 m ² - passagem – 4,00m ² ; instalação sanitária e chuveiro – 6,00m ² . Obs.: Este apartamento deverá ter entrada independente.	
ANDAR SUPERIOR	
Tribunal do Júri: salão do Júri – 70,00 m ² ; sala secreta anexa – 18,00m ² ; instalação sanitária anexa com 6,00m ² ; sala para testemunhas de defesa – 8,00m ² ; sala para testemunhas de acusação – 8,00m ² ; cela para preso – 6,00 m ² ; sala para guarda anexa – 6,00 m ² .	
VARAS CÍVEIS E CRIMINAIS	
Gabinete para Juiz da 1. ^a Vara – 18,00 m ² ; instalação sanitária privativa – 4,00m ² ;	Gabinete para Promotor da 1. ^a Vara – 18,00m ² ; instalação sanitária – 4,00m ² .
Sala para audiências da 1. ^a Vara – 25,00m ²	
Gabinete para Juiz da 2. ^a Vara – 18,00m ² ; instalação sanitária privativa – 4,00m ² .	Gabinete para Promotor da 2. ^a Vara – 18,00m ² ; instalação sanitária privativa – 4,00m ²
Sala para audiências da 2. ^a Vara – 25,00m ²	
Cartório do Júri e Corregedoria Permanente: sala para cartório – 15,00m ² .	Ordem dos Advogados: sala para Advogados – 15,00m ² ; instalações sanitárias privativas – 4,00m ² .
Oficiais de Justiça: sala – 15,00m ² .	Dependências: sala para copa – 10,00m ² ; sala para lanche – 15,00m ² ; sala para depósito – 10,00m ² .
Instalações sanitárias para público: instalações sanitárias para homens, com 2 bacias, 2 mictórios e 2 lavatórios – 6,00 m ² ; instalações sanitárias para mulheres com 2 bacias e 2 lavatórios – 6,00m ² .	Instalações sanitárias para funcionários: instalações sanitárias para homens, com 2 bacias, 2 mictórios e 2 lavatórios – 6,00m ² ; instalações sanitárias para mulheres, com 2 bacias e 2 lavatórios – 6,00m ² .
Resumo: área útil total – 820,00m ² ; área para circulação (15%) – 123,00m ² ; área para paredes (10%) – 82,00m ² ; área total construída – 1.025,00m ² .	
FÓRUM DE 2.^a ENTRÂNCIA – TIPO A – ANDAR TÉRREO	
Cartório de Notas e Ofícios de Justiça: sala para Cartório e Tabelionato do 1. ^o Ofício – 35,00 m ² ; sala para arquivo – 20,00 m ² ; sala para cartório e Tabelionato do 2. ^o Ofício – 35,00 m ² ; sala para arquivo – 20,00 m ² ; sala para cartório e Tabelionato do 3. ^o Ofício – 35,00 m ² ; sala para arquivo com 20,00m ² .	Cartório de Registro de Imóveis e Anexos: sala para cartório – 35,00 m ² ; sala para arquivo – 20,00 m ² .
Cartório do Distribuidor, Partidor, Contador e Anexos: sala para Cartório – 20,00 m ² .	Cartório e Comissariado de Menores: sala para Cartório – 25,00 m ² ; sala de espera – 10,00 m ² ; sala para Comissário de Menores – 15,00 m ² ; instalação sanitária privativa – 4,00 m ² . Este Cartório deverá ter também entrada independente.

Cartório do Registro Civil: sala para Cartório – 30,00 m²; sala para arquivo – 18,00 m²; sala para casamentos – 30,00 m²; instalações sanitárias para homens – 4,00 m²; instalações sanitárias para mulheres – 4,00 m². Obs.: Este Cartório deverá ter também entrada independente.	Cartório de Colocação Familiar: sala para Cartório – 20,00 m²; sala para expediente – 15,00 m²; sala de espera – 10,00 m²; instalação sanitária privativa – 4,00 m². Obs.: Este Cartório deverá ter também entrada independente, podendo estar contíguo ao Cartório de Menores.
Cartório Eleitoral: sala para Cartório – 30,00 m². Obs.: Este Cartório deverá ficar próximo da entrada.	Instalações Sanitárias para Público: instalações sanitária para homens, com 2 bacias, 2 mictórios e 2 lavatórios – 6,00 m²; instalações sanitárias para mulheres, com 2 bacias, e 2 lavatórios – 6,00 m².
Instalações sanitárias para Funcionários: instalações sanitárias para homens, com 2 bacias, 2 mictórios e 2 lavatórios – 6,00 m²; instalações sanitárias para mulheres, com 2 bacias, e 2 lavatórios – 6,00 m².	Dependências: sala para depósito -12,00 m².
Apartamento para Juiz: quarto – 12,00 m²; passagem – 4,00 m²; instalação sanitária e chuveiro – 6,00 m². Obs.: Este apartamento deverá ter entrada independente.	
ANDAR SUPERIOR.	
Tribunal do Júri: salão do júri – 90,00 m²; sala secreta anexa – 20,00 m²; instalação sanitária anexa – 6,00 m²; sala vara testemunhas de defesa – 8,00 m²; sala vara testemunhas de acusação – 8,00 m²; cela para preso – 6,00 m²; sala para guarda anexa – 6,00 m².	
Varas Cíveis ou Criminais	
Gabinete para Juiz da 1.ª Vara – 20,00 m²; instalação sanitária privativa – 4,00 m².	Gabinete para Promotor da 1.ª Vara – 20,00 m²; instalação sanitária privativa – 4,00 m².
sala para audiências da 1.ª Vara – 30,00 m²	
Gabinete para Juiz da 2.ª Vara – 20,00 m²; instalação sanitária privativa – 4,00 m².	Gabinete para Promotor da 2.ª Vara – 20,00 m²; instalação sanitária privativa – 4,00 m².
sala para audiências da 2ª Vara – 30,00m²	
Cartório do Júri e Corregedoria Permanente: sala para Cartório 20,00m²	Ordem dos Advogados: sala para advogados – 20,00m²; instalação sanitária privativa – 4,00m².
Oficiais de Justiça: sala 20,00m².	Dependências: Sala para copa – 10,00m²; sala para lanche – 20,00m²; sala para depósito – 10,00m².
Instalações sanitárias para público: instalações sanitárias para homens, com 2 bacias, 2 mictórios e 2 lavatórios – 6,00 m²; instalação sanitária para mulheres, com 2 bacias e 2 lavatórios – 6,00 m².	Instalações sanitárias para funcionários: instalações sanitárias para homens, com 2 bacias, 2 mictórios e 2 lavatórios – 6,00 m²; instalações sanitárias para mulheres, com 2 bacias e 2 lavatórios – 6,00 m².
Resumo: área útil total – 945,00 m²; área para circulação (15%) – 142,00 m²; área para paredes (10%) – 95,00 m². área total construída – 1.182,00 m².	

FÓRUM DE 3.ª ENTRÂNCIA – TIPO PADRÃO – ANDAR TÉRREO

Cartórios de Notas e Ofícios de Justiça: sala para Cartório e Tabelionato do 1.º Ofício – 35,00 m²; sala para arquivo – 20,00 m²; sala para Cartório e Tabelionato do 2.º Ofício – 35,00 m²; sala para arquivo – 20,00 m²; sala para Cartório e Tabelionato do 3.º Ofício – 35,00 m²; sala para arquivo – 20,00 m².	Cartório de Registro de Imóveis e Anexos: sala para Cartório – 24,00 m²; sala para arquivo – 2000 m²; sala para Cartório – 2400 m²; sala para arquivo – 20,00 m².
Cartório do Distribuidor, Partidor, Contador e Anexos: - sala para Cartório – 20,00 m².	Cartório e Comissariado de Menores: sala para cartório – 20,00 m²; sala de espera – 15,00 m²; sala para Comissário de Menores – 15,00 m²; sala para expediente – 12,00m²; instalação sanitária – 4,00 m². Obs.: Este cartório deverá ter também entrada independente.
Cartório do Registro Civil: sala para cartório – 35,00 m²; sala para arquivo -18,00 m²; sala para casamentos – 20,00 m²; instalações sanitárias para homens – 4,00 m²; instalações sanitárias para mulheres – 4,00 m². Obs.: Este cartório deverá ter também entrada independente.	Cartório de Colocação Familiar: sala para Cartório – 20,00 m²; - sala para expediente – 12,00 m²; sala de espera – 15,00 m²; instalação sanitária privativa – 4,00 m². Obs.: Este cartório deverá ter também entrada independente, podendo estar contíguo ao cartório de Menores.
Cartório Eleitoral: sala para Cartório – 20,00 m²; sala para arquivo – 15,00 m²; sala para Cartório – 20,00 m²; sala para arquivo – 15,00 m². Obs.: Este cartório deverá ficar próximo da entrada.	Secretaria do Fórum: - sala da Secretaria – 15,00 m².
Instalações sanitárias para público: instalações sanitárias para homens, com 3 privadas, 3 mictórios e 3 lavatórios – 8,00 m²; instalações sanitárias para mulheres, com 3 privadas e 3 lavatórios – 8,00 m².	Instalações sanitárias para funcionários: instalações sanitárias para homens, com 3 privadas, 3 mictórios e 3 lavatórios – 8,00 m²; instalações sanitárias para mulheres com 3 privadas e 3 lavatórios – 8,00 m².
Dependências: sala para almoxarifado – 15,00 m².	Apartamento para Juiz: quarto – 12,00 m²; passagem – 4,00 m²; instalação sanitária e chuveiro – 6,00 m². Obs.: Este apartamento deverá ter entrada independente.

ANDAR SUPERIOR

Tribunal do Júri: salão do júri – 90,00 m²; sala secreta anexa – 20,00 m²; instalação sanitária anexa – 4,00 m²; sala para testemunhas de defesa – 10,00 m²; sala para testemunhas da acusação – 10,00 m²; cela para réu com privada – 6,00 m²; sala para guarda – 6,00 m².	
---	--

VARAS CÍVEIS E CRIMINAIS

Gabinete para Juiz da 1.ª Vara – 20,00 m²; instalação sanitária privativa – 4.00 m²	Gabinete para Promotor da 1.ª Vara – 20,00 m²; instalação sanitária privativa – 4,00 m²
Sala para audiências entre os dois Gabinetes – 25,00 m²	Sala para testemunhas – 10,00 m²

Gabinete para Juiz da 2. ^a Vara 20,00 m ² ; instalação sanitária privativa – 4,00 m ²	Gabinete para Promotor da 2. ^a Vara – 20,00 m ² ; instalação sanitária privativa – 4,00m ²
sala para audiências entre os 2 Gabinetes; - 25,00m ²	Sala para testemunhas – 10,00 m ²
Gabinete para Juiz da 3. ^a Vara – 20,00 m ² ; instalação sanitária privativa – 4,00 m ² .	Gabinete para Promotor da 3. ^a Vara – 20,00 m ² ; instalação sanitária privativa – 4,00 m ²
Sala para audiências entre os 2 gabinetes – 25,00 m ²	Sala para testemunhas – 10,00 m ²
Gabinete para juiz substituto – 20,00 m ² ; instalação sanitária privativa – 4,00 m ²	Gabinete para promotor substituto – 20,00 m ² ; instalação sanitária privativa – 4,00 m ²
Sala para audiências entre os 2 gabinetes – 25,00 m ² .	
Cartório do Júri e Corregedoria Permanente: Sala para Cartório – 20,00 m ²	Ordem dos Advogados: sala para advogados – 18,00 m ² ; sala de espera – 8,00 m ² ; instalação sanitária privativa – 6,00 m ² .
Oficiais de Justiça – sala 20,00 m ² .	Dependências – sala para depósitos – 15,00 m ² ; sala para copa – 10,00 m ² ; sala para lanche – 15,00 m ² .
Instalações sanitárias para público: instalações sanitárias para homens, com 3 bacias, 3 mictórios e 3 lavatórios – 8,00 m ² ; instalações sanitárias para mulheres com 3 bacias e 3 lavatórios – 8,00 m ² .	Instalações sanitárias para funcionários: instalações sanitárias para homens, com 3 bacias, 3 mictórios e 3 lavatórios – 8,00 m ² ; instalações sanitárias para mulheres, com 3 bacias e 3 lavatórios – 8,00 m ² .
Parte externa: garagem para 6 autos – 80,00 m ² ; sala para vestiário com instalação sanitária anexa – 12,00 m ² ; sala para depósito -10,00 m ² .	Apartamento para zelador – quarto 12,00m ² : - 8,00m ² ; cozinha – 8,00 m ² ; instalações sanitárias e chuveiro – 6,00 m ² .
Resumo: área útil total- 1.237,00 m ² ; área para circulação (15%) – 186,00 m ² ; área para paredes (10%) – 124,00m ² ; área total construída (prédio) – 1.547,00 m ² ; externamente – 136,00m ² .	

Ainda constam no decreto, diretrizes gerais para o júri, sala de testemunhas, gabinetes e outros equipamentos do fórum de acordo com suas especificidades. Tais como, independência de acesso, comunicabilidade, iluminação, etc. Determina também que todos os projetos para os diversos tipos de fóruns deveriam ser “uniformizados”, observando-se o mesmo padrão de acabamento e que sob o ponto de vista de sua estrutura os projetos deviam obedecer a uma modulação que possibilitasse futuras ampliações, “sem prejuízo dos trabalhos forenses, localizando paredes sobre paredes, visando à obtenção de estruturas simples e econômicas” ³⁶.

Quanto aos acabamentos adotados, a norma recomendava “o emprego de materiais que protejam e conservem a construção, eliminando-se o emprego daqueles que visam apenas dar suntuosidade”, assim as obras deveriam ser

³⁶ Dec. 52.430, de 1 de abril de 1970, item 4.4

“apenas condizentes com sua importância”³⁷. Também faz parte do decreto a ressalva de que os materiais empregados nas obras deveriam ser preferencialmente aqueles cuja fonte de fornecimento estivesse mais próxima da obra, sendo que o acabamento ficava a critério do arquiteto³⁸.

Como decorrência desse procedimento foi elaborada a lei 10.395, de 17 de dezembro de 1970, que padronizou todas as atividades que envolviam obras públicas, tais como: compra de materiais, de equipamentos, serviços de manutenção, etc. Esta lei serviu de base para as atuais modalidades de licitações adotadas pelo Estado (articulada às mudanças na legislação federal com a lei nº 8.666, de junho 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública).

Defendendo o ponto de vista da economia, ao adotar a padronização para projetos, citou Araújo:

Para termos uma ideia da economia que esse sistema traz, citemos apenas o caso da preparação do anteprojeto e projeto arquitetônico, somado ao valor dado para os projetos complementares (incluindo BDI), é da ordem de cinco por cento sobre o valor da obra, fixado pelo Instituto dos Arquitetos. Dessa forma, com a padronização e a economia dessa taxa, para cada 20 obras executadas, o Estado fará uma somente com o dinheiro economizado nos projetos³⁹.

Essa avaliação econômica, segundo o DOP, não implicava em um rebaixamento da qualidade arquitetônica e, sim um ajuste às obras cujas “diversificações inúteis, nas quais, muitas vezes, o espírito da novidade desprezava a funcionalidade, e a substituía pela plástica da fachada, pela grandiosidade, sem nenhuma vantagem para a administração ou para os usuários”⁴⁰. Novamente aqui, em que pese algumas considerações arquitetônicas (discutíveis), evidencia-se que foi a normatização administrativa e técnica do órgão que determinou a padronização arquitetônica.

Para os fóruns as conformações necessárias tiveram o seu enquadramento, de acordo com os números de feitos (processos) das comarcas, sendo para isso elaborado três tipos de projetos: 1ª Instância, até mil feitos; 2ª Instância de 1.001 a 4.000 feitos e 3ª Instância de 4.001 a 6.000 feitos.

Do mesmo modo de acordo com o método de pesquisa adotado pelo Departamento, foram entrevistados juízes e assessores da justiça para compor junto aos técnicos o programa de necessidades que resultou em um bloco de dois pavimentos com as seguintes áreas:

³⁷ Idem, item 6.1

³⁸ Idem, item 6.2. Aqui há um problema, pois a compra dos materiais de acabamento estava rigidamente vinculada ao material comprado pelo Departamento de forma também padronizada o que limitava o campo de “escolha” para o arquiteto.

³⁹ ARAÚJO, op.cit., p.15.

⁴⁰ Idem, p.15.

- 1.130,00m² para o tipo F-1 com terreno que possibilite a inscrição de um retângulo de 45,00 x 44,00;
- 1.399,00m² para o tipo F-2 com terreno que possibilite a inscrição de 55,00 x 49,00;
- 2.234,00m² para o tipo F-3 com terreno que possibilite a inscrição de um retângulo de 60,00 x 50,00, além é claro, do projeto especial, não especificado, mas também prescrito em lei. O tipo de 3ª Entrância tem ainda uma edícula do zelador, vestiários para funcionários e depósito⁴¹.

Figura 12: Fórum. Fonte: ARAÚJO, op. cit, p.16.

O bloco principal do edifício possuía duas fachadas cegas e duas opostas protegidas “por quebra-sol de elementos vazados” para que “além do valor arquitetônico” pudesse criar unidade à fachada e proporcionar “total liberdade na implantação do prédio”. Isto significava que nesta configuração era permitido rotacionar o bloco quando implantado no terreno, ajustando-o de acordo com a insolação recebida nas fachadas.

Para manter os espaços internos e externos “condizentes com a importância de um fórum”, segundo Araújo, foram adotados no seu acabamento materiais como taco, mármore, cerâmica, granilite, entre outros.

⁴¹ Idem, p.17. O autor do projeto, Vaccari, em entrevista à autora esclareceu que os três tipos consistiam em derivações de um primeiro experimento do projeto: o tipo F. Esse, entretanto, não permitia ampliações, por tal razão passou por reelaboração e desmembramento.

Na publicação, o Supervisor também abordou as experiências com penitenciárias, sendo que três na época estavam em construção (Sorocaba, Itirapina e São Vicente) e sobre pontes, “serviço mais especializado do Departamento”.⁴²

5.1.2.1. DOP: “benefícios da padronização”

Ao término da palestra de 1970, são numeradas pelo Superintendente as vantagens desse método de trabalho – o que igualmente é publicado no *Manual Técnico do DOP*, de 1976. Nesse último foi defendido o procedimento da padronização como “sucesso comprovado” e a resposta ideal para que o Departamento pudesse atender de forma rápida as necessidades pretendidas em cada equipamento público e “com alto padrão de qualidade”. Reafirma o manual que:

A economia conseguida com a padronização foi tão acentuada que possibilitou ao Estado, em cada 20 obras executadas, realizar uma, somente com a economia nos projetos⁴³.

Em que pese à impossibilidade de comprovar a afirmação, mesmo porque o argumento não parece tão coeso, as vantagens em prol da adoção da padronização, no documento como método administrativo projetual, foram assim enumeradas:

- a. Sensível redução dos erros provocada pelo conhecimento maior dos problemas de cada obra; conseqüentemente, melhoria da qualidade, decorrente da repetição do serviço e eliminação dos possíveis defeitos;
- b. Maior equilíbrio de segurança no programa de obras;
- c. Maior garantia na elaboração de orçamentos, com melhor aproveitamento das verbas; além disso, redução no valor da obra, pois o prédio é feito através de projeto já conhecido, com materiais padronizados, utilizados em grande escala;
- d. Prazos menores para a execução dos projetos, a começar pela própria licitação e incluindo a construção em si;
- e. Melhoria no acabamento da obra, com bases nas experiências anteriores;
- f. Possibilidade de empreitar por preço global, com eliminação das medições e possível substituição do controle quantitativo pelo qualitativo⁴⁴.

Para comprovar a “eficiência metodológica” proposta pelo DOP, o documento aponta dados estatísticos sobre o seu sucesso nas construções de pontes e viadutos que reduzidos a “cinco projetos padrões” também admitiram “obras especiais” e finaliza,

⁴² Sobre padronização de pontes ver: DOP, op. cit., p. 19

⁴³ Idem, p.15. Ainda que justifique a economia de projetos, conforme nota de nº 147, não se pode conferir somente a esse item a economia na realização de uma obra. Há uma completude de fatores (macro ao micro) que a envolvem: a organização do canteiro, controle e desempenho de materiais, conservação e manutenção de uma operação, entre outros. Assim a credibilidade dessa questão, sem acesso a todas as informações sobre a execução da obra (que foi impedida para a pesquisa) fica restrita.

⁴⁴ Idem.

A experiência pioneira do DOP já foi adotada por outros Estados com grande sucesso. Em breve, o êxito alcançado pela padronização poderá beneficiar outros setores da engenharia civil, tanto na área da administração pública como privada.⁴⁵

Sobre o entendimento de modulação, o *Manual Técnico* confirma a ideia de que, partindo das necessidades de ampliação dos edifícios, “o projeto modular deve ser capaz de responder à multiplicidade de situações propostas: as vantagens da modulação residem na utilização dos mesmos elementos básicos para o maior número possível de elementos”⁴⁶. Os elementos básicos, entretanto, não são conferidos claramente aos componentes e a única associação plausível, através do material analisado, foi de que para articular os módulos eram utilizados – como já comentado – o módulo reticular e as dimensões mínimas dos ambientes de acomodação dos programas, ou seja, o edifício poderia aumentar até a capacidade do terreno dentro das limitações do quadro de áreas. Além disso, a variedade não significava liberdade formal e construtiva a partir de determinados elementos padronizados e sim sua uniformidade em todos os seus aspectos, pois o projeto era padronizado⁴⁷.

A fim de garantir a ampliação dos edifícios da justiça sem desconfigurar o projeto original, que segundo as normas do DOP, permitia-se “(...) se desenvolver até atingir um máximo, com a mesma linguagem arquitetônica e idênticas qualidades funcionais e estéticas”, o procedimento para ampliação de fóruns também foi regulamentado por decreto⁴⁸.

Há uma passagem-chave para a definição desse processo: na pesquisa com relatos e depoimentos colhidos, obtivemos a informação que somente os projetos eram padronizados. As obras eram feitas em alvenaria tradicional por empreiteiros locais, segundo suas práticas anteriores, ou seja, não havia por parte do DOP um trabalho de coordenar as obras de forma a possibilitar que as experiências de cada obra fossem transmitidas a outras – mesmo porque as obras eram realizadas por empreiteiros diversos que não seguiam qualquer normatização de execução de obra que não fosse semelhante a que realizavam para outros edifícios quaisquer, sem nenhuma padronização projetual. É importante lembrar que naquele período não havia a modalidade de licitação técnica e de preço (que poderia selecionar construtoras do ponto de vista técnico), era apenas de preço e, nos processos analisados não foi verificada qualquer menção sobre proposta técnicas, apesar disso o *Manual* anunciava:

⁴⁵ Idem, p.16

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ A padronização para projetos de fóruns foi oficializada através do decreto nº 52.520, de 26/08/1970.

⁴⁸ Decreto nº 5.784, de 5 de março de 1975, aprova normas técnicas e administrativas, objetivando a padronização da construção de fóruns da Secretaria da Justiça e dá outras providências.

Com o necessário desenvolvimento da indústria da construção, os projetos modulares deverão utilizar, de forma crescente, materiais pré-moldados, projetados de forma a atender às necessidades de programas dos mais simples aos mais complexos⁴⁹.

Isto é, a pré-fabricação menos até do que pensada como perspectiva e não como realidade, fundamentalmente era um item de propaganda, pois não incorriam iniciativas claras de estruturar a partir do órgão tal perspectiva. Isto não quer dizer que a pré-fabricação não estivesse presente como ideia (ou desejo), por parte de alguns segmentos do DOP sensíveis ao tema, a sua menção certamente atende a algum anseio, mas em termos efetivos, ela não foi configurada pelo órgão.

Para que ocorresse uma mudança rumo a pré-fabricação ou uma mudança qualquer de cultura arquitetônica e construtiva no órgão, era de se esperar que sua parte técnica fosse estruturada para tanto.

Foi visto como o Plano de Ação procurou intervir na reestruturação do órgão. O que foi documentado pelo próprio DOP,

O órgão estava prestes a ganhar roupa nova. O Governador Carlos Alberto Carvalho Pinto, depois dos resultados de importante estudo, enviou a Assembleia Legislativa um projeto de lei reformulando a sua estrutura. Ele transformava-se em Departamento, adquiria consistência condizente com as necessidades de suas obrigações e encargos. Foi no dia 22 de outubro de 1962, que o órgão, transformado em Departamento de Obras Públicas, ganhou estrutura moderna, dinâmica, perfeitamente integrada no esforço desenvolvimentista do Estado⁵⁰.

Essa questão é interessante porque aponta para uma ação modernizadora dentro do DOP, por intermédio do PAGE, além da contratação de arquitetos não funcionários adeptos dos conceitos da arquitetura moderna, através de ajustes internos no órgão que na época contava com grande corpo técnico, cujos procedimentos projetuais eram (e se mantiveram) pouco inovadores⁵¹.

Segundo o arquiteto Francisco Withaker, responsável pelo Departamento na época:

O DOP trabalhava com procedimentos antigos tinha setores separados para arquitetura, hidráulica, elétrica, etc. Quando entrava um projeto cada setor desenvolvia isoladamente sua tarefa e ficava circulando entre eles separadamente, sem noção de conjunto perdendo muito tempo no projeto. Então veio a ideia, por influência do padre Lebrete que tinha ideias de interdisciplinaridade, do DOP fazer ateliês para desenvolver o trabalho completo. Quer dizer nos ateliês, que tinham outro nome na época, tinha o arquiteto, o hidráulico, todos os técnicos das diversas fases da obra. Eles pegavam o projeto e tinham que resolver integralmente⁵².

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem, p.12.

⁵¹ Como visto no segundo capítulo, projetos padronizados “construções em série” constaram dos procedimentos metodológicos do Departamento desde a era Vargas (1930/1945) e foram retomadas após reformulações propostas pelo PAGE.

⁵² Entrevista Francisco Withaker Ferreira ao *Grupo de Pesquisa: Arte e Arquitetura Brasil: Diálogos na Cidade Moderna e Contemporânea*, em 16 de abril de 2007, em São Paulo.

As dificuldades e resistências às mudanças internas do Departamento podem ser observadas através dos depoimentos colhidos com os arquitetos Ivan Castaldi, integrante do DOP desde 1957, trabalhando na Divisão de Projetos e com as arquitetas Maria Mércia Barboza e Maria Giselda Viscondi que ingressaram em 1960, durante a vigência do PAGE.

Segundo afirmou o arquiteto Ivan Castaldi:

Logo de início nós fomos para a Divisão de Arquitetura, e fomos trabalhar em uma sala que tinha mais ou menos uns dez arquitetos. E os projetos vinham e tínhamos que fazer. Com o correr do tempo a dinâmica de entrar projeto e a dinâmica política de se fazer um plano do governo abrangia o que queria, para mostrar a população o que se fazia e dizia que se fazia, foram criados equipes dentro do DOP, para que a coisa fosse dinamizada. Então se formaram equipes de arquiteto e desenhistas. Mais tarde foram formados equipes de desenhistas, arquitetos e engenheiros que faziam a cubagem dos projetos para que depois fossem colocados orçamentos e dali, fossem colocados em concorrências para ver quem ia fazer o projeto⁵³.

Sobre as normas projetuais do período afirmou o arquiteto,

A Divisão tinha alguns programas. Tinha um tipo de grupo escolar, tinha um tipo de escola normal, grupo, ginásio. Cada tipo de estabelecimento de ensino que tinha um nome tinha seu programa. Então conforme os processos chegavam à nossa mesa, tinha já o processo com o programa determinado. E era distribuído para um arquiteto para outro, para outro, cada um fazia o seu. E era sempre projeto individual⁵⁴.

A parte individual, o projeto, na verdade, estava condicionada aos limites de adaptações de um determinado projeto para seu assentado no terreno, pois na prática, segundo o arquiteto,

Não se pensava em determinados acabamentos jamais. Era “arroz e feijão”, talvez um “bife a cavalo”, de vez em quando. “Arroz feijão” sempre! E com isso a gente tinha um determinado padrão para determinada obras, por exemplo, o Centro de Saúde já tinha um determinado tipo de Centro de Saúde, onde a gente fazia apenas a locação. E isto era... como diziam da Ford era... projeto-padrão em linha de montagem. A gente via o terreno, e via onde você pegava, tinha seu gabarito... Não era muito bonito, mas era como a gente fazia e tinha que fazer assim... Pegava o gabarito colocava no terreno dentro do que era possível e dentro do possível da topografia você tinha que fazer mais ou menos cortes e colocava, dependendo do acesso principal, então saía isso da linha de montagem e era assim...⁵⁵

A justificativa para essa forma de trabalho se assentava nas condições nas quais administração pública divulgava e ainda anuncia continuamente, como

⁵³ Entrevista Ivan Gilberto Castaldi ao ao *Grupo de Pesquisa: Arte e Arquitetura Brasil: Diálogos na Cidade Moderna e Contemporânea*, em 09 de março de 2007. O arquiteto que entrou no DOP, em 1957, exerceu diversos cargos de coordenação e chefia na equipe técnica de arquitetura, permanecendo no Departamento até o ano de 1989.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem.

uma prática viável que se qualifica em nome do “rigor e da eficiência do uso dinheiro público”,

(...) a gente era arquiteto do Estado, ninguém podia se atrever a fazer alguma coisa muito diferente. Então tinha que ser uma coisa dentro de certo padrão que o Estado pudesse pagar, fazendo o maior número de obras e que depois que a manutenção pudesse ser a mais barata possível⁵⁶.

Vale lembrar que durante a pesquisa foram localizados edifícios-padrões “racionalista/ecléticos”, cujos modelos se dividiam em A, B, e C, conforme sua capacidade de varas, sendo construídos até o início da implantação do PAGE. Castaldi afirmou ainda que para os arquitetos não-funcionários era permitido um grau maior de liberdade projetual, estabelecendo uma crítica ao critério de trabalho adotado pelo Departamento,

(...) porque quando a pessoa é dona do próprio nariz, desde que tivesse uma diretriz, é lógico, porque senão é loucura, então alguma coisa melhorzinha eu acredito que tenha saído pelo pessoal que não trabalhava no DOP. Não que o pessoal do DOP não tivesse capacidade – diga-se de passagem⁵⁷.

O depoimento Castaldi reflete o quanto ação política limitou as questões técnicas do Departamento.

Sobre os procedimentos projetuais dos anos 1960 as arquitetas Maria Mércia Barboza e Maria Giselda Viscondi, contestando em parte as lembranças de Castaldi, ponderaram em seus depoimentos:

Quando nós entramos fazíamos anteprojeto e íamos embora para concorrência. Daí, fizemos digamos assim, um pequeno movimento para que se desenvolvesse o projeto e conseguimos creio que até isso foi uma coisa boa, não fazer a obra só com o anteprojeto e sim com o projeto executivo⁵⁸.

As arquitetas atuaram no Departamento no período em que o órgão se desvinculava de procedimentos de trabalho anteriores, durante e após o PAGE, quando se buscava reformular questões, antes de reativar a padronização de projeto. Ainda que dentro dos critérios de agilidade e economia estabelecidos pelo órgão, ali desenvolveram projetos das mais diversas tipologias, desde veículos públicos, matadouros, centros de saúde, fóruns, praças, etc.⁵⁹. Segundo

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Entrevistas Maria Giselda Cardoso e Maria Mércia Barboza Visconti cedidas à autora, 24 de fevereiro de 2001.

⁵⁹ As arquitetas pertenceram ao Departamento de 1960 até sua extinção em 1991. Porém, em grande parte desse período, elas estiveram comissionadas em outros órgãos públicos. Giselda foi trabalhar no CECAP – Caixa Estadual de Casa para o Povo, no projeto do Conjunto Zezinho Magalhães e Mércia foi para a Secretaria da Saúde. A informação indicou que os conceitos de padronização no DOP não foram unânimes ainda que fosse procedimento da maioria das obras executadas pelo órgão, como ficou

Mércia, o trabalho no DOP “foi uma escola muito livre. Você aprendia sozinha, outras vezes com seu chefe imediato quando ele queria ensinar.”

Segundo as arquitetas, o sistema de padronização vinha desde o tempo de “Ramos de Azevedo”, relatou Mércia,

Tudo era padrão fóruns, cadeias. E depois, continuou até as escolas eram padrão, os centros de saúde eram padrão. Demorou muito para deixar de ser padrão e a gente brigou muito por causa disso⁶⁰.

Há certa imprecisão própria do registro da lembrança, da memória pessoal, tanto em Mércia, como em Giselda, além evidentemente de Cascaldi. Se até o PAGE esta claro que havia apenas projetos padrão, após, houve alguma abertura, que concorria com a volta da padronização (como visto a partir da citação de Araújo, em *O DOP e a Padronização de Projetos para Obras Públicas*), ou mesmo a sua continuidade em alguns casos.

Segundo as arquitetas, antes do “retorno ao processo de padronização de projetos”, desenvolveram programas projetuais que “ninguém tinha feito isso antes” e assim puderam estabelecer outras apropriações dos espaços construídos em seus territórios como narram a respeito do fórum do município de Ribeirão Bonito, projeto de Mércia Barboza,

Fiz um fórum em Ribeirão Bonito, terra de um radialista apresentador famoso de televisão, era ele e a esposa... Blota Jr e Sonia Ribeiro, ele era de lá e quis fazer um fórum para a cidade. Eu fiz o fórum de lá e passou muito tempo, conheci uma pessoa da cidade e eu disse: Ah! Você é de Ribeirão Bonito? Eu fiz o fórum de lá.

Aquele fórum maravilhoso, ele disse, onde as pessoas vão passar sábado e domingo na sua praça? Eu falei que não sabia que era assim... Mas era aquela coisa não era padronizado⁶¹.

Concluíram as arquitetas que, apesar da importância do DOP para o desenvolvimento do Estado e de permitir uma gama de experiência técnica que abrangia desde o anteprojeto das mais variadas obras aos mecanismos de concorrência pública fazendo dele um completo escritório de engenharia e arquitetura, ele não resistiu ao tempo. O “atraso” do Departamento ajustou-se ao atraso da construção civil no país. E dentro das limitações políticas, serviu de base para novas formulações e desta feita o seu término teve como consequência a interrupção do processo de transmissão de conhecimento, extinção que, para Mércia, se deu face ao descompasso de sua modernização, que considerou lenta, somada à descontinuidade política que promoveu ingerências nas ações do departamento:

comprovado em levantamento de fonte primária nos arquivos do IPESP e do CPOS.

⁶⁰ À Ramos de Azevedo a arquiteta se refere como padrão do estilo eclético predominante na cidade de São Paulo desde o final do século XIX.

⁶¹ VISCONTI e BARBOZA, op.cit.

Não existe uma arquitetura do DOP. Em política tem aquela coisa que um faz outro desfaz e aí, às vezes, fica meio mal feito... O DOP sofreu muito com isso. Tiveram vários prefeitos que tiveram muita influência lá dentro por causa de votos. Eu acho que nós teríamos feito coisas diferentes se tivéssemos mais autonomia⁶².

Para Giselda e Mércia não cabe mais ao Estado a condição de elaborar projetos públicos, “hoje em dia tem vários escritórios especializados”, mas cabe a ele o controle das obras através dos contratos e despesas desvinculando-os dos interesses políticos.

Responsáveis pelo projeto padronizado para fóruns de justiça do DOP a partir dos finais dos anos 1960, ou seja, fruto da normatização, comentada por Araújo (acima), os arquitetos Marcolino Vaccari e Maria Lúcia Novaes de Brito declararam que a padronização de projeto era uma consequência da padronização de programas. Segundo Vaccari,

A padronização do programa é importantíssima! Os programas nesse tempo desses outros arquitetos (PAGE) eram fornecidos pelos juízes, pelo promotor, pelas autoridades dos municípios, então cada um “puxava a sardinha para o seu lado” resultado: às vezes um fórum de primeira Instância custava o dobro do de segunda e era muito mais monumental. Naturalmente elaborado por ótimos arquitetos, nada contra. Mas o que aconteceu, o Hely Lopes Meirelles na ocasião, começou a ver este tipo de coisa, ele argumentou para o Secretário que esses programas tinham que ser padronizados para poder definir bem o custo e ajustes com fórum de segunda Instância é isso, e o de primeira é aquilo⁶³.

Para os arquitetos entrevistados, essa padronização além de atender os objetivos expostos pelo Departamento, também acabava com os excessos efetivados pela política que indevidamente praticava influências para obter “edifícios suntuosos”⁶⁴. Com os ajustes propostos pela normatização e consequente padronização, Vaccari acreditava ser possível coibir “os abusos causados pela diversidade de projetos” que por vezes, eram inadequados ao seu programa. Mesmo que a padronização fosse limitada ao projeto, sem alterar a construção tradicional justificaram os procedimentos da seguinte forma,

⁶² Idem.

⁶³ Entrevista Marcolino Vaccari (DOP) e Maria Lúcia Novaes de Britto Passos (DOP) e da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, Divisão de Engenharia ao *Grupo de Pesquisa: Arte e Arquitetura Brasil: Diálogos na Cidade Moderna e Contemporânea*, em 28 de abril de 2006. Vaccari trabalhou no DOP entre 1961 e 1991, exerceu diversos cargos de coordenação e chefia na Divisão de Projetos, sendo co-responsável por diversas obras públicas. Maria Lúcia-Marluce que igualmente exerceu diversas funções de coordenação e chefia na área de projeto de 1959 a 1990, elaborou principalmente edifícios para penitenciárias, além de outros programas. Deu continuidade ao desenvolvimento de projetos para fóruns na Divisão de Engenharia da Justiça até o ano de 2009. Atualmente é professora da disciplina de Projeto de Arquitetura V, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Fundação Armando Álvares Penteado.

⁶⁴ Para Vaccari o que o jurista Hely Lopes Meirelles classificou como “suntuoso” foi o desajuste de programas, nos quais edifícios da justiça que, na época possuíam a necessidade de uma vara, eram construídos com a capacidade de três varas.

Os edifícios padronizados tiveram um sistema construtivo muito simples, como por exemplo, das delegacias, nos fóruns onde não foi permitido sistema construtivo complexo porque muitas vezes quem ganhava a concorrência era uma empresa do local, por recomendação da justiça. Eu sempre quis partir para o negócio pré-moldado negócio mais industrializado... Mas quem ganhava era uma empresa do local e ele não tinham acesso às novas tecnologias então para levar de São Paulo para o interior do Estado ficava impossível. A ideia era fazer “feijão com arroz”⁶⁵.

Para além de uma justificativa ética para o uso da padronização de projetos em oposição ao clientelismo e gastos abusivos, há que se lembrar de que esse método – a construção condicionada à situação local – era um procedimento anterior ao PAGE e que na prática foi retomado. Além disso, novamente a questão da pré-fabricação é colocada quase no plano ideal, pois frente à realidade se mostraria inviável, pois certamente seria impossível uma única empresa, em uma única obra investir em um sistema de pré-fabricação. Isto é, parece mais plausível que nunca tenha havido uma iniciativa concreta do órgão para efetivá-la, restando sua menção no plano da propaganda ou das ideias, ainda que outras questões no campo administrativo conhecessem avanços como ocorreu, por exemplo, com a regulamentação para procedimentos licitatórios do Estado e serviços de manutenção de obras.

De todo modo, sintetizando a adesão da padronização como adequada para atender a demanda de equipamentos públicos, Araújo na obra já citada explicou:

(...) os motivos para a padronização foram exatamente os mesmos aos que expus no início desta palestra. Falava de programas inadequados, de interesses particulares, de obras suntuosas, de custos elevados e de perda de tempo.

(...) assim, no final daquele mesmo ano, surgiu a lei 10.395, que introduzia o princípio da padronização de modo mais amplo, a todas as obras e serviços rotineiros, que não justificavam diversificações inúteis, nas quais, muitas vezes, o espírito da novidade desprezava a funcionalidade, e a substituía pela plástica da fachada, pela grandiosidade, sem nenhuma vantagem para a administração ou para os usuários⁶⁶.

Não deixa de ser interessante como a produção moderna do PAGE é avaliada nesse contexto. As obras paradigmáticas, para a arquitetura moderna que produziu, são consideradas obras suntuosas, as novas espacialidade que elas procuravam induzir, eram reduzidas a “plástica de fachada”.

Como já visto, a lei abriu outro campo que até então era dispensado: a padronização das compras, pois, conforme o autor não se justificava a diversidade de materiais para os mesmos fins, nas repartições públicas, cujas atividades são idênticas.

A padronização dos materiais, equipamentos e gêneros adquiridos pela administração, traz incontáveis vantagens para o serviço, desde a economia na compra, pelo seu maior

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ ARAÚJO, op.cit. p.15

volume e rotina, até a familiarização do funcionário que utilizará ou operará no desempenho de suas atribuições⁶⁷.

Considerando tratar-se de um discurso oficial para defender a padronização em oposição aos diferentes modelos elaborados para a justiça e outros equipamentos através do PAGE, é possível perceber os objetivos traçados pela adoção dos procedimentos normatizados: esquematizar (padronizar) soluções de projetos; reduzir gradiente de materiais; equipamentos; acabamentos e acessórios; simplificar memoriais e orçamentos; construir de forma rápida, com um projeto simples, podendo ser edificado convencionalmente com a mão-de-obra local, para atender as novas demandas de equipamentos públicos.

Os projetos padrões modulares na prática significaram para além de limitar a especulação da linguagem arquitetônica, mesmo que alguma adesão aos pressupostos modernos, uma questionável redução de custos. Todavia, abreviando questões burocráticas e administrativas, foi possível como ocorreu com a justiça, por exemplo, atender a demanda de aproximadamente 80 edifícios de primeira vara pelo interior do Estado.

Deve se destacar que, mesmo sem preencher os requisitos de uma arquitetura moderna – quer industrializada, quer pautada pela busca de novas espacialidades – os fóruns-padrões não deixaram de ter referência na própria linguagem moderna. Desnecessário lembrar que desde as dificuldades de Gregori Warchavchik, ao introduzir a arquitetura moderna no país e da construção do Hotel de Nova Friburgo por Lúcio Costa, um manifesto do pensamento moderno com materiais convencionais, percebe-se que é possível fazer obra moderna sem as condições técnico-construtivas derivadas da indústria. Fato, que os edifícios do PAGE, para não dizer a maioria das edificações modernas produzidas, atestam.

A questão no caso do DOP é que os fóruns, apesar de todo o discurso de racionalização dos trabalhos, parece se desenvolver a contrapelo do ideário moderno e dos equipamentos modernos construídos anteriormente. Isto porque além de um discurso social moderado, as iniciativas de economia justificam-se pelas necessidades internas do órgão (incluindo o trabalho de projeto), do que visando fundar uma cultura construtiva que oriente a sociedade. Daí pensar-se essa produção como uma forma peculiar de difusão da arquitetura moderna.

5.1.3 Fóruns modulares DOP e o seu “ideário”.

Em São Paulo, o primeiro edifício modular forense criado, em 1970, foi o Módulo Padrão “F” - construído em aproximadamente 80 municípios. Seu projeto,

⁶⁷ Idem.

racional, simples, singular e com elementos modernos, tais como: “brises” para proteção solar, visava suprir o judiciário na sua necessidade de construir muitos fóruns de justiça pelo interior de São Paulo, em tempo ágil para a expansão de seus mecanismos administrativos, (novos cartórios e varas). Esse projeto, porém, possuía um limite de expansão, que por muitas vezes não era compatível com as necessidades da região jurídica, desmentindo a “praticidade” da modulação.

De acordo com o decreto nº 52.430, já comentado, ficaram divididos conforme se vê nas páginas a seguir.

Figura 14: Módulo Padrão F 1- Superior. Fonte: Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania

Figura 16: Módulo Padrão F2- Superior. Fonte: Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania

F3= 3ª Entrância, de quatro mil e um feitos a seis mil feitos.

Térreo: Cartórios, tabelionato, arquivos e apartamento para juízes.

Superior: Tribunal do Júri, sala secreta, testemunha de defesa e acusação, cela, sala da guarda, copa, OAB, oficial de Justiça, gabinete dos juízes e promotor e sala de audiências.

Figura 17: Módulo Padrão F3 – Térreo. Fonte: ARAÚJO. Fonte: Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania.

Figura 18: Módulo Padrão F3 – Térreo. Fonte: ARAÚJO. Fonte: Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania.

Figura 19: Fórum padrão F de Jaboticabal. Imagem do acervo do Museu Histórico de Jaboticabal.

Figura 20: Fórum padrão F de Aparecida do Norte. Imagem da autora

Figura 21: Fórum padrão F de Barra Bonita. Imagem da autora

Figura 22: Fórum padrão F de Franco da Rocha. Imagem da autora.

Figura 23: Fórum padrão F de Itu. Imagem da autora.

Figura 24: Fórum padrão F de Ituverava. Imagem da autora.

Figura 25: Fórum padrão F de Mogi-Mirim. Imagem da autora.

Figura 26: Fórum padrão F de Ribeirão Pires.

Figura 27: Fórum padrão F de São Bento do Sapucaí.

Figura 28: Fórum padrão F de Jardinópolis.

Os edifícios “F” configuram-se em um grande bloco horizontal bipartido e contraposto pelo torreão vertical que abriga escada de acesso para o segundo pavimento, destacado também pela sua pintura original na cor azul. O bloco principal possui duas fachadas opostas que são protegidos por “brises” e duas paredes cegas. É possível rotacioná-lo no lote de acordo com a orientação solar (o que pode trazer uma série de problemas quanto à implantação). Os acabamentos adotados são: pisos de taco, granilite, cerâmica, mármore, paredes de pastilhas cerâmicas e massa fina. O seu acesso principal possui variações de níveis de acordo com o terreno no qual foi implantado.

Como o edifício tinha por objetivo ser construído de forma rápida e simples, aproveitando a mão-de-obra local, além de conter despesas na sua execução e, padronizar (ou facilitar) a compra de materiais, sua solução formal e construtiva, de acordo com os arquitetos, deveria acontecer através de um sistema construtivo muito simples, utilizando alvenaria tradicional não industrializada.

Seu fundamento modular era sustentado nas dimensões “das retículas espacial modular de referência, contidas no quadro de áreas mínimas” – e, como comentado – seguia o número de feitos que fossem trabalhados em média no município, também admitia uma restrita possibilidade de expansão. Posteriormente, outros modelos incluíram a ampliação do edifício como tópico do desenvolvimento do projeto. Sobre a base de modulação explicou Vaccari,

(...) ele (Hely Lopes Meirelles) era do tipo de pessoa acima da média em volume de trabalho. Os critérios eram baseados na sua produção. Então os espaços ficaram um pouco apertados, porque foram elaborados em cima dos volumes de feitos (processos) que se acumulavam⁶⁸.

Os agenciamentos espaciais destes modelos privavam pela funcionalidade para os serviços na justiça, não existindo a aspiração na renovação do uso destes ambientes⁶⁹. No andar superior, estão os serviços mais restritos da justiça, além do salão do júri, que contempla espaços e acessos diferenciados para magistrados, testemunhas e réus, garantindo a segurança e privacidade do andamento das sessões.

Esta produção assimilou de forma restrita as inovações propostas pelos fóruns produzidos através do PAGE. O salão do Júri foi deslocado do centro edifício, ao mesmo tempo, em que deixou de se constituir como seu princípio organizador como ocorreu em parte pela produção PAGE. Entretanto, mesmo que contemplasse acessos e espaços reservados, preservando as necessidades funcionais da justiça, separando acusação e defesa, deixou de ter seu ingresso

⁶⁸ VACCARI, op.cit.

⁶⁹ O salão do júri não admite outro uso pela comunidade local, como proposto por Fábio Penteado em Araras, por exemplo.

franqueado, como foi proposto por parte dos arquitetos envolvidos com as questões modernas, inviabilizando outras formas para seu uso. Outro aspecto que foi considerado em Socorro e Amparo, por exemplo, e também não empregado nesta produção, trata-se de generosos espaços para circulação e distribuição de acessos, onde a população poderia aguardar pelo seu atendimento com certo padrão de conforto (átrios e praças cobertas). Por fim, a maior contraposição se deu na permeabilidade entre o interior e o exterior do edifício, os padronizados se constituíram em grandes blocos fechados, onde seu acesso principal ficou praticamente oculto na fachada localizado ao lado do torreão de escada que compete com a sua visibilidade (em visitas técnicas foi observado que quase sempre este acesso está bloqueado sendo utilizados para entrada do edifício os laterais).

Figura 29: sala do Júri do Fórum de Jaboticabal. Imagem da autora⁷⁰.

No térreo estão acomodados os serviços mais públicos, tais como, protocolo, cartórios, agência bancária, etc.

⁷⁰ Apesar de analisar em detalhe Jaboticabal, onde foi permitido seu acesso interno para registro de imagens, os problemas funcionais nos outros fóruns visitados são semelhantes ou maiores, tais como, precárias ampliações fora do padrão adotado.

Figura 30 e 31: Pavimento Térreo do Fórum de Jaboticabal. Imagem da autora.

As hierarquias tradicionais presentes nos equipamentos da justiça de suas funções figuram no acabamento adotado nos ambientes que são de usos mais restritos. Nos gabinetes os pisos são em madeira e nas áreas mais comuns, em granilite ou cerâmico, ainda que as resistências destes materiais variem de acordo com a intensidade de seu uso, o que deve ter colaborado na sua escolha.

No júri algumas tradições ainda se mantiveram, como o tablado para o juiz e o crucifixo sobre ele. Não são evidentes nestes edifícios as pretensões de constituir uma representação simbólica voltada para a justiça⁷¹.

Os terrenos para sua implantação eram doados ao Estado pelas prefeituras municipais com forte poder político. Inicialmente sem um padrão muito rígido, em função do relevo problemático de muitos terrenos, foi elaborado um decreto para normatizar suas condições⁷².

Para início do trabalho era feito uma visita técnica com o intuito de aprovar ou recusar a doação em função da compatibilidade com as normas técnicas do DOP regimentada por decreto, conforme relatou Vaccari,

Eu conheço 280 cidades de São Paulo, sei chegar e sair porque eu tinha que rodar a cidade para ver o melhor lugar porque em geral esses terrenos eram oferecidos pelo prefeito⁷³.

⁷¹ Para a análise das tradições e conformação dos edifícios do judiciário, ver: CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros, *Arquitetura Forense do Estado de São Paulo - Produção moderna, antecedentes e significados*. São Carlos: EESC USP, 2007 (dissertação de mestrado).

⁷² Doação de terrenos regimentados pelo Decreto Estadual nº 6.510, de 8/08/1975.

⁷³ VACCARI, op.cit.

Figura 32: Detalhe da acomodação do edifício no terreno do Fórum de Jaboticabal. Imagem da autora

Os edifícios que foram visitados durante a pesquisa estão centralizados em lote único, conferindo-lhes uma condição de destaque. Geralmente introduzidos em municípios, onde predominavam a arquitetura eclética e/ou corrente de pouca expressividade, agenciando certo impacto na conformação urbana.

Por serem reproduzidos numerosamente (cerca de 80 vezes) estes edifícios estabeleceram uma forte referência formal, propriedade intrínseca da modulação, tornando-se reconhecíveis como equipamentos da justiça, entretanto, isso não foi uma intenção estabelecida em seu projeto⁷⁴.

Vaccari apontou como dificuldade para continuação da produção padrão F, “a dificuldade enorme para ampliação”, por isso aos finais dos anos de 1970, foram substituídos pelos padrões “MPP” – iniciais do então Secretário da Justiça Manoel Pedro Pimentel – edifícios que previam ampliação por acoplamentos de novos blocos. Esse problema, não deixa de questionar a propriedade com que foi trabalhada a noção de módulo, ou modulação, que em tese deveria prever a ampliação. Problema que se soma aos anteriores quanto ao questionamento das qualidades arquitetônicas dessa produção.

5.1.4 Rebatimentos da produção anterior “PAGE”

Ainda que a produção do DOP tivesse conhecido uma inflexão, com a reorganização dirigida por Francisco Whitaker, (num momento anterior ao das obras

⁷⁴ Em recente conversa telefônica, em 2012, Vaccari relatou que a identidade formal era uma pretensão de Meirelles, questão que não pode ser comprovada.

acima comentadas), o seu ritmo não se adequava aos objetivos e prazos do plano. Para Plínio de Arruda Sampaio que dialogava com vários arquitetos modernos, seus amigos, (conforme observação da nota 128) os “projetos padrão” desenvolvidos pelo DOP, sobretudo, não atendiam as qualidades pretendidas, em termos de aproveitamento, desempenho e funcionalidade:

(...) O que se gasta para preencher o terreno ou tirar o terreno, você gasta num bom projeto que rompia o padrão, aproveita o terreno e faz algo muito melhor, com a insolação bem feita, etc.⁷⁵

Observa-se, porém que, no caso dos fóruns, os padrões a que Sampaio se refere foram os projetos tipos A, B, C e D (divisões as quais obedeciam à capacidade de acomodação do número de cartórios e varas no edifício), elaborados pela DOP, após o desmembramento da função cadeia e fórum, provavelmente, a partir da segunda década do século XX⁷⁶. Esses edifícios seguiam os padrões tradicionalistas para o programa de necessidades dos edifícios da justiça, acomodado no andar superior estão os serviços mais restritos e no térreo de acesso menos restrito. De padrão eclético foram construídos (ou terminados) até os meados dos anos de 1960. Foram elaborados com aproximação ao simbolismo da justiça. Carregados dessa simbologia solicitavam uma correspondência na organização espacial, como instituição social que formula uma liturgia própria. Assim, foram materializados em uma hierarquia espacial com volumetria distribuída em dois pavimentos e com elementos ‘historicistas’, em geral neoclássicos⁷⁷.

A decisão do PAGE de contratar projetos elaborados por arquitetos não-funcionários trouxe grandes questionamentos por parte dos profissionais do DOP. Assim, essa opção atendia aos aspectos de renovação e enfrentamento simbólico, permitindo aos arquitetos, ou pelo menos parte deles, explorarem “invenções de soluções” dos equipamentos, como agentes políticos, nos termos expostos no início desse Plano.

Para Fábio Penteado, autor do Fórum de Araras, essa solução se assentava em romper as tradicionais hierarquias desse edifício, transformando e ajustando sua realidade:

O Fórum foi o seguinte. Eu tenho uma linha de projetos, todos são da mesma linha. Também como professor que fui. O que é um Fórum? Você pode pegar a história para enriquecer, aumentar o livro, história antiga, etc. Aí vem a realidade se aproximando da realidade, onde ele é: para quem que ele vai atender? Então, Araras deveria ter... Não tinha trinta mil habitantes de jeito algum, vinte mil, quinze mil... Também fui dentro do limite

⁷⁵ SAMPAIO, op.cit.

⁷⁶ Não foram encontradas na pesquisa fontes documentais que comprovassem a data de criação dos projetos padrões “ecléticos”. Sendo possível fazer somente uma aproximação temporal através de cruzamentos de dados e relatos.

⁷⁷ CORDIDO, op.cit., p.p. 79-113.

Figura 33: Fórum de Dracena “padrão DOP – Eclético”, segundo processo, “Tipo - A” em construção, concluído em 1957. Fonte: IPESP

precário, ver o que era um Fórum e tinha um padrão geral, assim era descrição que vi na época. Um padrão dentro daquela linha dos juízes, do comando não sabe da onde um prédio Vetusto. E acomodava no terreno, conforme vinha uma escada, com pé direito duplo na entrada na porta, uma réplica de salas dos passos perdidos que as pessoas se dirigiam. Como eu coloquei na época você pega uma cidade parada, população rural, pouca coisa fulminante que escapa ao arquiteto porque ele é obrigado a seguir uma linha ditada pelo programa daquele juiz, daquele promotor. O Fórum não é Fórum de Justiça, ele tem lá o registro imobiliário, os cartórios, então o cidadão nasce um filho vai registrar, morreu alguém ele tem que fazer inventário. Ai entra todo o aspecto da realidade. O cidadão comum ao se aproximar já tem dúvida, já tem medo é ancestral. Na porta daquele prédio tem um cidadão que é guarda ele pode não fazer nada, está lá relaxado já maltratando pelo princípio de ser autoridade. E ele indica ao cidadão que veio a pé da terra, tem um cartório, tem um garoto que atende no cartório que carimba o papel que também não está. Manda-o ele vir no dia seguinte que já vai fechar de tarde. Essa é a visão de Fórum. Então eu propus um Fórum que não tivesse porta, a área era uma praça, grande tinha espaço. Então a ideia em princípio foi de usar um espaço onde chamaria de Fórum, ele gerava uma sombra na pracinha onde o cidadão aguardava na sombra (...) ⁷⁸.

Para o arquiteto, o significado do espaço franqueado no projeto também operacionalizava a relação espacial desejada para o Fórum:

Não tinha porta. Embaixo você teria uma galeria aberta que seriam os cartórios etc. Coloquei sanitário público. Aí tinha uma escada que levava a esta galeria que também era

⁷⁸ PENTEADO, Fábio, *Fábio Penteado: Ensaio de Arquitetura*. São Paulo: Empresa das Artes, 1998.

Figura 34: Fórum de Araras (1959). Arquiteto Fábio Pentead. Perspectiva do pátio coberto, onde se observa o torreão de escada, painel de azulejo na parede do júri e espelho d' água com cascata. Fonte: PENTEADO, Fábio, Fábio Pentead: Ensaio de Arquitetura. São Paulo: Empresa das Artes, 1998.

aberta onde tinha as salas dos juízes, dos promotores, dos advogados, sempre visível. E para a sala de espetáculo, que eu apresentei um painel do pintor Mário Gruber, nós convívamos juntos, tinha conseguido a autorização de uso na Secretaria da Justiça, porque o júri não era muito usado. Era para julgar pessoas, mas era uma média de uma vez por ano porque não havia muitos julgamentos. Então eu a pedi para uma pequena sala de música para a comunidade ou de reunião pequena. Essa foi a ideia. Uma coisa absolutamente contrária a visão que era dos fóruns que eu conhecia ⁷⁹.

Questionado ainda se pretendia ir contra a hierarquia processual com o projeto, Pentead concordou ratificando: era contra mesmo. Ainda que retiradas de um único projeto, essas questões refletiam uma postura arquitetônica muito cara à formação da arquitetura moderna brasileira, passível de ser estendida a outros projetos daquele período.

Os projetos padrão formulados pelo DOP, após a produção PAGE, guardada a dimensão formal em que se reformularam, pouco absorveram da produção anterior. Pode-se afirmar que os torreões que comportam as escadas de acesso de nível dos padrões “F” e presente no projeto de Araras é uma dessas. Na sua distribuição interna estritamente funcionalizada em relação ao programa dos equipamentos da justiça, conservaram a mesma composição dos edifícios anteriores ao PAGE, quando suas funções eram hierarquizadas através de valores simbólicos tradicionalistas para esses equipamentos, neste caso substituídos por funcionalidade estrita.

Outra questão que também não foi contemplada pelos edifícios-padrões presentes em Araras e em Avaré, obras de Paulo Mendes da Rocha, foi o resultado obtido com articulação de seus acessos através de uma “praça coberta”, criada pela elevação do corpo principal do edifício. Condição que ao mesmo tempo em

⁷⁹ Entrevista Fábio Moura Pentead ao Grupo de Pesquisa: Arte e Arquitetura Brasil: Diálogos na Cidade Moderna e Contemporânea, em 09 de abril de 2007, em São Paulo.

que desembaraçou a relação entre o interior e o exterior do edifício, disponibilizou mais prontamente os serviços gerais do fórum tais como protocolo e cartórios localizados no nível da praça.

A configuração utilizada nos “F”, blocos fechados arrematados por brises (elementos vazados de concreto), se aproximam formalmente das soluções de Botti e Rubin, em Porto Feliz, e de Oswaldo Arthur Bratke, em Amparo. Os edifícios F não utilizaram elementos pré-moldados e não se organizaram em torno de um pátio central por onde se distribui os acessos, como foi utilizado por esses arquitetos para os fóruns do PAGE.⁸⁰

Figura 35: Fórum de Porto Feliz. Imagem da autora.

⁸⁰ Bratke, segundo Segawa, tinha na sua formação uma aproximação intensa com as novas possibilidades construtivas que se revelavam através da introdução de novas técnicas e novos materiais. Esse campo experimental levou o arquiteto a ser permanentemente procurado por indústrias da área da construção civil para avaliar seus novos produtos oferecidos ao mercado. Era profundamente aberto às novas experiências: “Em sua vida profissional, Bratke acompanhou a introdução e o desenvolvimento das novas técnicas e dos novos materiais de construção no país.” SEGAWA, op. cit., p. 31. Entretanto, longe de limitá-lo a um profissional de mercado sua atuação no campo social, distante de uma amplitude “revolucionária”, é profundamente experimentada com os projetos urbanísticos para a Vila Serra do Navio e Vila Amazonas, ambas contratadas em 1955 e projeto finalizado em 1960. O Fórum de Amparo reflete esse modo de produção recorrente pelo arquiteto, onde seu resultado formal se compõe com os demais edifícios residenciais produzidos por ele no período. Aliás, isto é uma formulação moderna que se repete também em outros edifícios forenses por seus autores, mas, no caso de Bratke, fica mais evidente por sua adesão ao sistema de pré-fabricação, no qual a semelhança é intrínseca a esse sistema construtivo.

Figura 36: Fórum de Amparo. Imagem da autora.

A articulação da distribuição de acessos em torno de um pátio também foi utilizada por Vilanova Artigas em Promissão, e Joaquim Guedes em Itapira, substituindo, porém o pátio por um jardim aberto, mantendo a permeabilidade e quebra da hierarquia tradicional do edifício.

5.1.5 Análises comparativas da produção de edifícios da Justiça

Para elaborar o campo de análise da produção de fóruns de justiça foram utilizados critérios analisados pelos seguintes autores/arquitetos: Bruno Zevi, em *Saber Ver a Arquitetura*; Leonardo Benévolo, com *História da Arquitetura Moderna* e Aldo Rossi, *A Arquitetura da Cidade*. Ainda que os objetivos e discussões dessas obras sejam diferenciados, elas possibilitaram a extração dos seguintes elementos de avaliação⁸¹:

⁸¹ Há ainda outros autores que informam as leituras, a saber: José Ramón Alonso Pereira, *A Introdução à História da Arquitetura: Das origens ao século XX*; Steen Eiler Rasmussen, *Arquitetura Vivenciada*, também com abordagens distintas, o primeiro fornecendo um panorama de como alguns dos itens elencados aparecem na arquitetura em vários momentos e o segundo pensando a recepção e utilização das obras. Os autores italianos citados constituem, no caso de Benévolo, uma referência aos valores modernos, no caso de Zevi, uma forte inclinação para perceber a relação entre os elementos e ética arquitetônica e construtiva e em Rossi, buscou-se, além das questões presentes na discussão de tipo, referências quanto à hierarquia espacial. Le Corbusier constitui-se um parâmetro para confrontação de alguns elementos frente ao ideário moderno, sendo os livros *Por uma Arquitetura* e *Os Três Estabelecimentos Humanos* amplamente utilizados.

1 HIERARQUIA ESPACIAL

O elemento que organiza o objeto arquitetônico (ex. um espaço simbólico; eixos de simetria; etc.)

2 HIERARQUIA FUNCIONAL

Como os espaços estão distribuídos e organizados e como se relaciona com seu entorno.

3 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Como o projeto (planta) se organiza

4 AGENCIAMENTO DOS ESPAÇOS INTERNOS

Qual o princípio de agenciamento (ex.: funcionalista)

5 ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Como se articulam os acessos e distribuição do edifício.

6 COMPOSIÇÕES DA FACHADA

Estrutura formal e linguagem arquitetônica.

7 MATERIAIS

Materiais construtivos e de acabamento do edifício

8 ELEMENTOS: ORNAMENTAIS *versus* DETALHES CONSTRUTIVOS

Neste caso trabalha-se a dualidade entre a permanência de elementos ornamentais, presentes no ecletismo, nas manifestações acadêmicas ou historicistas, *versus* a contraposição moderna programática, ou de manifestações que lhe são tributárias ao considerar o ornamento um elemento superficial e, portanto, descartável, elegendo, em geral, o detalhe construtivo como elemento de enriquecimento arquitetônico.

Como o objetivo proposto pelo estudo é o de avaliar o processo de padronização de projetos do DOP, que ocorreu nos finais dos anos de 1960, foram analisados os fóruns de justiça, de acordo com a seguinte cronologia:

1. Os projetos padrões “ecleticos” DOP – elaborados após a separação dos programas cadeia e fórum, provavelmente a partir do final da segunda década do século XX, utilizados até o início dos anos de 1960⁸².
2. Os projetos de filiação moderna financiados pelo IPESP e viabilizados pelo PAGE (1959-1963)
3. Os projetos padronizados DOP: F1, F2, F3, desenvolvidos nos finais dos anos de 1960.

5.1.5.1. DOP: Projeto Padrão-Eclético

Os DOP estavam divididos em quatro categorias: padrão A, B, C e D, divisões que obedeciam à capacidade de acomodação do número de cartórios e varas no

⁸² Não há precisão nestas datas, pois no judiciário ocorria (e ainda ocorre) uma sobreposição de projetos distintos executados no mesmo período. Alguns fatos indicam o recorte temporal suposto: a inauguração da Penitenciária do Estado de São Paulo, em 1920, assinalando a separação das antigas funções cadeia e fórum; a morte de Ramos de Azevedo, em 1928, responsável por diversas obras públicas, como a Penitenciária e o Palácio da Justiça de São Paulo, inaugurado em 1932, contribuindo para que os projetos do DOP fossem desenvolvidos por arquitetos-funcionários. CORDIDO, op. cit., p.p.79-113.

edifício. Fundaram-se na relação problemática ou sutil entre ecletismo arquitetônico com alguns traços funcionalistas e resoluções formalistas de composição arquitetônica, ou ainda mesclando (ecleticamente) essas formulações⁸³.

Figura 37: Cruzeiro- Tipo A. Fonte: IPESP

⁸³ Além do DOP em São Paulo, no restante do país também absorve-se essas concepções a produção do Governo Federal (particularmente com a produção dos Correios e Telégrafos) e do Distrito Federal (no seu Departamento de Educação). SEGAWA, op.cit., p.p 66-76.

Figura 38: Itu- Tipo C. Fonte: IPESP

Figura 39: Batatais- Tipo B. Fonte: IPESP

1 HIERARQUIA ESPACIAL

De cunho racionalista, o elemento que articula de forma simétrica o corpo do edifício é o Salão do Júri.

2 HIERARQUIA FUNCIONAL

O edifício está distribuído em dois níveis sendo que no térreo estão os serviços de maior acesso ao público tais como cartórios, arquivos, registros civis, juizados de menores. No 1º andar localizam-se os serviços mais estritos da justiça: o salão do júri, gabinetes, sala secreta, promotoria, advogados, testemunhas, sala de audiência e cela para o réu.

A hierarquia funcional do fórum remete a concepção tradicional do judiciário, onde as funções menos restritas se localizam no térreo e as mais específicas no 1º andar.¹

3 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

A planta é concebida de forma simétrica a partir de um eixo central.

4 AGENCIAMENTO DE ESPAÇOS INTERNOS

Os espaços internos são organizados por princípios funcionalistas e priorizam sua organização em função das especificidades da Justiça.

5 ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO

O átrio articula a distribuição e acesso conduzindo a uma ampla escadaria.

6 COMPOSIÇÃO DA FACHADA

A fachada, por vezes, utiliza elementos com referência aos modelos neoclássicos, porém estilizados, tais como o pórtico de entrada ladeado por colunatas. As platibandas recobrem uma tradicional cobertura de telhas cerâmicas, geralmente de quatro águas.

7 MATERIAIS

Os materiais de acabamento são distintos, o nível inferior é mais despojado de ornamentos. Os pisos são frios (geralmente ladrilhos hidráulicos), as janelas basculantes simples e as paredes acabadas só em pinturas, entre outros. No andar superior são utilizados vitrais, mármore, pisos e revestimentos em madeira.

8 ELEMENTOS: ORNAMENTAIS *versus* DETALHES CONSTRUTIVOS

A estrutura não é aparente. E as fachadas possuem elementos ornamentais com referências neoclássicas, tais como arremates com frisos, colunatas, etc. Remetendo ao simbolismo recorrente da arquitetura judiciária no período.

5.1.5.2 PAGE: Amparo – Arquiteto Oswaldo Bratke

Superior

Térreo

Figura 40: Elevação frontal. Fonte: Prefeitura de Amparo.

1 HIERARQUIA ESPACIAL

O elemento que organiza o objeto arquitetônico é um pátio central interno por onde se distribuem suas funções e serviços.

2 HIERARQUIA FUNCIONAL

O térreo foi destinado para um grande hall aberto, um átrio de distribuição de acessos, com pé-direito duplo, ladeado pelos cartórios, arquivos e ambientes de maior fluxo público, além da cela. O pavimento superior abriga gabinete dos juízes e promotores, salas de audiência, comissário de menores, advogados, oficiais de justiça e salão do júri, locais de uso mais restritos da justiça. O edifício renova a distribuição hierárquica deste equipamento na medida em que há um deslocamento do júri em função dos espaços franqueados.

3 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

O edifício configura-se em um único corpo de contorno retangular. Possui uma abertura central para um átrio de distribuição de acessos.

4 AGENCIAMENTO DOS ESPAÇOS INTERNOS

São ajustados pelo princípio de espaços franqueados. A comunicação e relação entre o interior e exterior do edifício acontece através de seu amplo hall de entrada, que, na sua concepção original, era vazado. A apropriação pública dos espaços administrados ocorre com aparente introspecção, na medida em que o átrio (atualmente fechado) se interpõe na entrada do edifício como um leve obstáculo.

5 ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Os acessos internos e externos são articulados através de um pátio central coberto de distribuição de funções e serviços.

6 COMPOSIÇÃO DA FACHADA

A fachada tem uma composição tripartida, duas alvenarias cegas, com placas de arenito aparelhadas na tonalidade amarela e elementos vazados de concreto e uma com pele de vidro (entrada) ao centro. Lembrando certa organização tradicional, na qual a exposição dos pilares alinhados em sua fachada sugere no conjunto da obra uma analogia com as pilastras greco-romanas, além de indicar as novas tendências dos materiais.

7 MATERIAIS

As estruturas componentes pré-moldados em concreto são aparentes e as vedações de placas de arenito aparelhadas na tonalidade amarela alternado com elementos vazados de concreto.

As janelas têm suas bases arremates com vidros aramado.

Os pisos em geral são frios, distinguem-se para os gabinetes e júri que são de madeira. O júri ainda possui as paredes revestidas em cerejeiras e suas portas são almofadadas em couro.

8 ELEMENTOS: ORNAMENTAIS *versus* DETALHES CONSTRUTIVOS

O edifício de elementos pré-moldados em concreto possui simplicidade formal, remetendo-o a uma arquitetura funcional, propriedade intrínseca de seu sistema construtivo.

A estrutura é aparente, destacando apoios e travamentos, marca a volumetria horizontal e revela também o assentamento da base, onde se solta do solo com vigas aparentes e nivelamento pela laje do piso.

5.1.5.3 PAGE: Araras – Arquiteto Fábio Moura Penteado

Superior

Térreo

Figura 41: Maquete. Fonte: PENTEADO, op.cit.

1 HIERARQUIA ESPACIAL

O princípio organizador do projeto é o pátio coberto por onde se acomodam com estruturas construtivas independentes suas funções.

2 HIERARQUIA FUNCIONAL

O fórum como pátio coberto, segundo seu arquiteto Fábio Penteado foi concebido para desvendar o seu funcionamento, adequar o ambiente às condições do usuário e romper a fórmula tradicionalmente adotada pelos edifícios da justiça que imitavam as construções greco-romanas. No piso inferior estão os serviços de acesso público menos restrito, tais como cartórios, setor administrativo, além do Salão do Júri, o qual possui entrada independente, para que pudesse ser utilizado pela população local em diversas atividades, além das exclusivas da justiça. No piso superior estão os gabinetes e sala de audiência.

O salão do júri, extraído do corpo principal do edifício, privilegiando o seu múltiplo uso para serviços da justiça. Possui somente único acesso, por onde entram indistintamente o réu, júri, testemunhas, acusação e defesa, além do juiz, comprometendo a proteção e privacidade entre as partes, acusação e defesa.

Não contempla cela para aguardo do réu.

3 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

O Fórum configura-se em blocos distintos, abrigado sob uma grande laje de concreto, que possui aberturas zenitais, apoiada em quatro pilares principais. Sob o vão livre, acomodam-se as funções independentes da estrutura e em blocos recuados e distintos, articulados por um pátio coberto de dimensão generosa, uma “praça coberta”, onde os espaços são franqueados e fluídos.

4 AGENCIAMENTO DE ESPAÇOS INTERNOS

Trata-se de um edifício sem porta nem saguão, extinguindo o solene e austero átrio que antecede o Júri, “Passos Perdidos”. Recuando os blocos sob a laje, conformou-se uma grande “praça coberta”, onde as pessoas poderiam se socializar, permitindo uma apropriação pública dos espaços administrados.

5 ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Além do pátio coberto aberto e fluído sobre uma grande laje, ele possui um torreão que abriga a caixa de escada e serve para a comunicação entre aos serviços mais intensos do fórum.

6 COMPOSIÇÃO DA FACHADA

Localizado no centro de uma praça a grande laje de concreto foi integrada com o espaço urbano através de um paisagismo com espelho d’água e cascata ornamental. Foi previsto no projeto um painel de azulejos desenhado com balanças estilizadas de autoria do artista plástico Mário Gruber, como referência a “síntese das artes” que não foi construído.

7 MATERIAIS

A grande laje é de concreto, e os blocos vedados em alvenaria tradicional.

Possui distinção nos acabamentos internos somente no júri e nos gabinetes onde os pisos são de madeira. Nos ambientes menos restritos os pisos são de mármore

As paredes são revestidas com pastilhas até a metade de suas alturas. O torreão de escada possui iluminação zenital e revestimento de pastilhas. O júri possui iluminação zenital e jogo de coberturas.

8 ELEMENTOS: ORNAMENTAIS *versus* DETALHES CONSTRUTIVOS

O corpo do edifício está sob uma grande laje de concreto apoiada em quatro pilares principais, cujos aspectos formais remetem a uma balança, símbolo da justiça, ainda que seu autor não confirme esta intenção.

O torreão de escada destaca-se na totalidade da obra, rompendo a horizontalidade do seu conjunto.

5.1.5.4 PAGE: Avaré – Arquiteto Paulo Mendes Da Rocha

Térreo

Superior

Figura 42: Elevação frontal- Imagem da autora

1 HIERARQUIA ESPACIAL

O edifício rompe com os padrões recursivos adotados para estes edifícios, inclusive na sua representação e hierarquia acomodando no nível da praça, com acesso direto para o público em geral, o Salão do Júri. Contempla, além da entrada independente para o auditório, que elimina a necessidade de transitar pelo corpo principal do edifício, entrada privativa para o magistrados, júri, réu e testemunhas, bem como sala reservada para testemunhas e de reunião dos jurados (sala secreta), garantindo a operacionalidade dos serviços da justiça. O Júri também traz outra inovação nos seus equipamentos; para o assento do público foram executados bancos de alvenaria, conferindo um aspecto de despojamento e quebra da sobriedade excessiva.

2 HIERARQUIA FUNCIONAL

O elemento organizador cuja singularidade dá o sentido ao conjunto do edifício é o grande pátio coberto, integrado com um espaço aberto e fluído. Espaços franqueados que possibilita uma apropriação pública dos espaços administrados de acesso restrito e que ainda, integra seu exterior com o espaço urbano. No pavimento superior, dividem-se duas grandes galerias (abertas e rebatidas na caixa), que também possuem circulações e entradas distintas. Em um dos blocos com acesso público mais controlado, estão: o gabinete do juiz, promotoria, advogados e audiên-

cia; no rebatido, com maior movimentação do público, localizam-se os cartórios e, ainda acima deles, os mezaninos para arquivos.

3 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Configura-se em um único corpo de concreto armado com paredes de “carga” recebendo as lajes, com aberturas de vãos e balanços para iluminação zenital. Sua conformação espacial remete a uma “praça coberta”, solução também adotada por Fábio Penteado em Araras. O Júri na sua laje de cobertura possui um aprimorado jogo de inclinação e aberturas para iluminação zenital focada no seu tablado, colaborando para a formação de um espaço cênico, onde se desloca o eixo da lógica de seus participantes, introduzindo-os numa ambientação reflexiva e introspectiva.

4 AGENCIAMENTO DOS ESPAÇOS INTERNOS

Os espaços internos não priorizam sua organização em função das especificidades da Justiça, mas pela acomodação de seus usuários sem prejuízo de suas especificidades. A tensão interna e externa entre o edifício e seu entorno é diluída através da comunicação e articulação entre os blocos de serviços. Os níveis para sua acomodação seguem a mesma configuração do terreno que ocupa, suavizando a relação do espaço construído com seu território. Existe uma grande permeabilidade entre o seu interior e exterior.

5 ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO

O Júri é o ponto central de articulação do edifício, possui entrada independente e acesso para as áreas de trabalho distribuídas em níveis e articuladas através de rampas e escadarias. Assim, o desnível do terreno é aproveitado para distribuir os acessos e distinguir funções, agenciado a sua divisão de categorias, de espaços mais ou menos restritos.

6 COMPOSIÇÕES DA FACHADA

Trata-se de uma construção que explora a economia de meios, tão cara ao modernismo da “escola paulista”, no sentido do uso dos materiais, predominando o concreto bruto aparente, da precisão das soluções espaciais e dos dispositivos (como o brise).²

7 MATERIAIS

O edifício é de concreto aparente, não possui distinção nos acabamentos internos. As vedações das paredes externas são de “panos de vidro”, corroborando também para a permeabilidade visual do edifício. Elas também são recuadas sob a laje de cobertura, ladeadas por brises verticais na sua fachada frontal e aos fundos. Um pergolado completa a proteção climática dos ambientes.

8 ELEMENTOS: ORNAMENTAIS *versus* DETALHES CONSTRUTIVOS

O edifício possui um complexo jogo de blocos, vãos, desníveis, aberturas com iluminações zenitais que exploram sua cenografia em função da ideia da criação de um “abrigo natural”. Concepção que segundo seu arquiteto Paulo Mendes da Rocha é fundamental “para a região, muito quente, o espaço, assim organizado, cria um clima interno bastante adequado, com luz natural controlada e atmosfera de sombra desejada.” (ROCHA, 1996, p. 26).

5.1.5.5 PAGE: Itapira – Arquiteto Joaquim Guedes

Térreo

Superior

Figura 43: Elevação frontal. Imagem da autora.

1 HIERARQUIA ESPACIAL

O elemento organizador cuja singularidade dá o sentido ao conjunto do edifício é um grande espaço central aberto (como uma praça), por onde convergem as áreas de trabalho ao mesmo tempo em que facilita o atendimento ao público e ainda, integra seu exterior com o espaço urbano.

2 HIERARQUIA FUNCIONAL

O edifício está Implantado no topo de uma praça com acentuado acento, enfatizando sua imponência e volumetria. Sua entrada principal é destacada por uma escada de acesso, para o primeiro nível, onde se situam os cartórios, serviços de uso públicos mais intensos, voltados para um jardim (pátio aberto) e arranjados sequencialmente em um corredor, protegidos pelo recuo do bloco, sob a laje do nível superior. No nível abaixo (da praça), estão as celas, depósito, bar e cozinha. O andar superior, por onde se acessa por duas escadas distintas, sendo uma delas privativa, estão os serviços mais restritos da justiça tais como: gabinetes do juiz e promotor, sala de audiência, além de um majestoso salão do júri. O júri contempla dois acessos, um único privativo para réu, magistrados, jurados e testemunhas, não separando acusação e defesa e outro para o público em geral, ante uma grande varanda, com campo focal voltado para a praça, ligada a uma escada com acesso independente do corpo do edifício, permitindo seu uso para múltiplas atividades.

3 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

O Fórum de Itapira conforma-se em um arranjo de blocos distintos, organizados em diversos níveis, dividindo e articulando suas funções em torno de um jardim central (praça).

4 AGENCIAMENTO DE ESPAÇOS INTERNOS

A tensão interna e externa entre o edifício e seu entorno é diluída através da comunicação e articulação entre os blocos e o jardim central interno. A permeabilidade do campo visual do conjunto da obra ultrapassa os seus limites físicos, enfrentado o desnível do terreno ao mesmo tempo em que o integra ao espaço urbano.

5 ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Os níveis são articulados através de um jardim central, por onde se entra ao edifício, e se articulam as escadarias que conduzem as áreas de trabalho. Assim, o desnível do terreno é aproveitado para distribuir os acessos e distinguir funções, agenciado a sua divisão de categorias, de espaços mais ou menos restritos.

6 COMPOSIÇÃO DA FACHADA

O desenho dos volumes é valorizado pelo contraste entre tijolo e concreto aparente usados nas superfícies e pelo número reduzido de aberturas, com formas e posições variadas, o que ajuda a enfatizar a liberdade na exploração dos materiais e na composição desse projeto.³ O uso das novas tecnologias e materiais nas soluções arquitetônicas adotadas, além da singularidade do conjunto da obra, inova o habitual cenário urbano onde predominam construções ecléticas, firmando uma forte presença na cidade.

7 MATERIAIS

O edifício é dotado de uma plástica suntuosa, valorizado pelo contraste, dos materiais de acabamento adotados, como o concreto aparente e o tijolo, observados por Mônica Camargo de Junqueira como “um componente da exploração plástica de seu conjunto”.

8 ELEMENTOS: ORNAMENTAIS *versus* DETALHES CONSTRUTIVOS

O tratamento estrutural do edifício enfatiza as novas possibilidades construtivas, através de um esbelto pilar adotado na estrutura aparente que parece “desafiar a estabilidade do corpo que acomoda”⁴ opondo-se as robustas colunas greco-romanas. Desta forma, constitui um denotativo crítico às rupturas dos paradigmas adotados para os edifícios da justiça anteriormente. A exposição da independência estrutural, nesta obra também é destacada, percebida nas reentrâncias das paredes de vedação, onde o pilar se separa delas e por vezes, como no Júri, torna-se um ponto focal do ambiente construído, diluindo a tensão do ato que ali se processa. O edifício também possui uma distinção construtiva que valoriza a imponência do salão do júri através do caimento das lajes de coberturas adotada, intercalando sua amarração, com aberturas de iluminação zenital.

5.1.5.6 PAGE: Orlândia – Arquiteto Jorge Wilhelm

Superior

Térreo

Figura 44 e 45: Vista frontal e articulação de níveis- Imagem da autora

1 HIERARQUIA ESPACIAL

Os elementos organizadores cuja singularidade dá o sentido que articula o corpo do edifício são a distinção de níveis do terreno e a distribuição de acessos que organizam de forma hierárquica os ambientes, ao mesmo tempo em que promovem a integração dos espaços internos ao Salão do Júri.

2 HIERARQUIA FUNCIONAL

O programa está acomodado em dois pavimentos: no subsolo estão o Salão do Júri, que está dentro do corpo principal do edifício; as salas de uso mais restrito da justiça como sala secreta, testemunhas, réus, promotoria, gabinete do juiz e audiência que têm acessos privativos para o júri, separados por um corredor interno.

O pavimento superior é destinado aos serviços menos reservados da Justiça, sendo ele ocupado pelos cartórios, sala para OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e, atualmente, pela promotoria.

3 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

O edifício configura-se em um corpo único, com volumetria retangular. Consistindo em uma caixa vedada com panos de vidros na fachada frontal e do fundo, recuada em relação à cobertura, sob uma grande laje, na qual se arranja todo o programa abrigando os ambientes, distribuídos em dois níveis, intermediados por outro de distribuição de acessos, ao nível da rua.

4 AGENCIAMENTO DE ESPAÇOS INTERNOS

A tensão interna e externa entre o edifício e seu entorno é diluída através do uso de vedação das paredes em panos de vidro. A transparência corrobora para a permeabilidade do campo visual do conjunto da obra, ultrapassando os seus limites físicos ao mesmo tempo em que se integra ao espaço urbano.

5 ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Os níveis são articulados através do patamar central, por onde se entra ao edifício, e possui uma escada orientada em dois sentidos que conduz ao átrio superior e inferior. O desnível do terreno é aproveitado para distribuir os acessos e distinguir funções, agenciado a sua divisão de categorias, de espaços mais ou menos restritos.

6 COMPOSIÇÃO DA FACHADA

O edifício também rompe formalmente e conceitualmente com a resistência aos paradigmas greco-romanos adotados para os edifícios da justiça. O bloco de concreto aparente é vedado por panos de vidro onde as caixilharias assinalam sua independência construtiva.

7 MATERIAIS

Os materiais e a resolução formal e estética adotados na obra revelam que embora aparente no seu conjunto formal uma solução simples e “espartana”, essa técnica em desenvolvimento no período, tratava-se de fato um complexo sistema construtivo. O caixão perdido encontrado em loco aponta uma dessas dificuldades, inutilizando uma grande quantidade de madeira.

No geral acabamentos internos não possuem distinção; os pisos dos gabinetes e júri são de madeira os demais ambientes são em pisos frios.

8 ELEMENTOS: ORNAMENTAIS *versus* DETALHES CONSTRUTIVOS

A grande laje de cobertura do corpo do edifício, a vedação em panos de vidros e os espaços franqueados utilizados no edifício são elementos construtivos presentes no repertório da arquitetura moderna.

5.1.5.7 PAGE: Piracicaba – Arquiteto Affonso Eduardo Reidy

Figura 46: Maquete. Fonte: ARQUITETURA, Guanabara: Ed. Artenova Ltda. n° 30, A obra de A. E. Reidy – Fórum de Piracicaba, 1964.

1 HIERARQUIA ESPACIAL

Os espaços e volumes gerados a partir das configurações geométricas que enfatizam seu sistema construtivo configuram-se no princípio organizador do conjunto da obra.

2 HIERARQUIA FUNCIONAL

Seu programa foi desenvolvido para acomodar três varas (cível, criminal e de menores), tribunal do júri, sete cartórios e três tabelionatos. Para “acomodá-lo no terreno de dimensões reduzidas”, o arquiteto elaborou uma solução compacta, distribuindo o edifício em dois pavimentos (superior e térreo) e um semienterrado. No 1º pavimento estão o Júri e suas dependências (sala para testemunhas, sala secreta), os serviços de maior frequência de público como os cartórios de registro de imóveis e os tabelionatos. O salão do júri possui pé-direito duplo, que é aproveitado por um mezanino de acesso pelo 2º andar. As varas, compreendendo salas para juízes, promotores, testemunhas, audiências e respectivos cartórios, foram localizadas no 2º pavimento para garantir sua privacidade e segurança.

Os arquivos dos cartórios e dos tabelionatos, bem como almoxarifado, celas para presos, depósitos e instalações diversas foram dispostos no pavimento semienterrado. As celas possuem entrada independente do edifício e acesso exclusivo para o salão do júri.

3 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Configura-se em uma grande “caixa cúbica” elevada, marcada pela repetição vertical dos brises de concreto, que desempenham também função estrutural.

4 AGENCIAMENTO DE ESPAÇOS INTERNOS

Apesar da adoção geométrica aparentemente “simples” do cubo, ele contém elaborado sistema construtivo, em cada detalhe havendo uma ousadia conceitual.

O centro do edifício é marcado pelo átrio de distribuição de acessos e pelo salão do júri. Ao redor desses elementos estão os demais serviços do fórum distribuídos em dois níveis acima do solo e outro no subsolo.

5 ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO

O átrio de entrada localizado ao centro do edifício, solenizado por uma escada que o antecede, de pé-direito duplo, é o centro da distribuição dos acessos e indica a comunicação e organização dos serviços do fórum. A escada de acesso ao pavimento superior ramifica-se em dois lanços em balanço, engastadas no hall superior, ainda que os espelhos não sejam vazados, possui uma leveza estrutural acentuada que se articula ao princípio arquitetônico da obra.

A comunicação entre o interior e exterior do edifício se dá através da percepção do bloco que “flutua”, não toca o solo e onde seu “espectador” é convidado para adentrá-lo através da escadaria modulada pela divisão tripartida da fachada. Portanto ela não é fluída automaticamente requer uma pausa reflexiva para a apreensão do seu conjunto.

6 COMPOSIÇÃO DA FACHADA

A fachada principal tripartida com vedação em cerâmica e panos de vidro tem suas laterais enfatizadas pela marcação vertical dos brises que reforça o desafio arquitetônico proposto da caixa, grande volume, que não toca o solo de forma direta.

O edifício possui possibilidades plásticas exploradas pelo partido conceitual da obra na criação do “espaço da modernidade arquitetônica”, conforme explicou Roberto Conduru:

“[...] No Fórum de Piracicaba e nos pavilhões do Parque Flamengo, de 1962, predominam espaços e volumes gerados a partir de retângulos, quadrados, círculos e triângulos. Ao final, o arquiteto continua a enfatizar o sistema, portanto, na configuração geométrica, mas concentra-se em formas puras e simples”.⁵

7 MATERIAIS

A estrutura do edifício é de concreto armado. Os acabamentos internos adotados possuem distinção seguindo a hierarquia das funções: os cartórios e gabinetes têm piso de madeira; enquanto o primeiro é de tacos, o segundo, taboado.

As portas dos cartórios possuem janelas pivotantes (novidade no período) em suas bandeiras e as janelas externas são basculantes ao rés do piso, acima delas até o teto, de guilhotina, e as paredes, revestidas em cerâmica.

A escada de acesso ao pavimento superior ramifica-se em dois lanços em balanço, engastadas no hall superior, ainda que os espelhos não sejam vazados, tendo uma leveza estrutural acentuada, com acabamento em piso de mármore.

A cobertura do edifício é do tipo shed, permitindo iluminação zenital em toda extensão. O formato adotado, em ondas, cria movimento e leveza aos ambientes.

No lado externo, observa-se a estrutura de apoio do grande bloco em seus vértices, de formato trapezoidal, que enfatizam o desafio arquitetônico proposto: “a grande caixa que flutua”.

8 ELEMENTOS: ORNAMENTAIS *versus* DETALHES CONSTRUTIVOS

O corpo do edifício é expresso através de uma caixa cúbica elevada e expandida pelo seu volume, acentuando a ação espacial no seu entorno.

Baseado na sua funcionalidade, serviços de acesso público mais intenso foram dispostos nas extensões mais largas do edifício. Por estarem nas faces que recebem maior incidência do sol, suas janelas foram protegidas por brise-soleils para manter seu conforto térmico. As lâminas verticais dos brises também funcionam estruturalmente como pilares, descarregando o peso da parte superior do edifício em fortes vigas longitudinais com apoios articulados e espaçados.

5.1.5.8 PAGE: PORTO FELIZ – Arquitetos Alberto Botti e Marc Rubin

Figura 47 e 48: Vista formal e detalhe dos brises. Imagem da autora.

1 HIERARQUIA ESPACIAL

O eixo de sua lógica valoriza os espaçamentos modulados pela necessidade do programa e das possibilidades construtivas. Existe um pensamento de uma racionalização a partir dos elementos estruturais e da composição dos ambientes.

O júri possui um dimensionamento ampliado no conjunto da obra conferindo-lhe um destaque ainda que ele não se constitua no fundamento da coordenação compositiva do objeto arquitetônico.

2 HIERARQUIA FUNCIONAL

Está dividido em dois pavimentos: no térreo, os cartórios (que possuem escadas de acesso para o depósito), serviços de uso público mais intenso, ladeando o átrio de distribuição de acesso e, na mesma direção da entrada principal, há uma área reservada para uma pequena lanchonete. No segundo pavimento, os serviços mais restritos da justiça, gabinetes, salas para audiência, além do Salão do Júri. O júri possui acessos e salas anexas para usos específicos da justiça bem distribuídos. A sala secreta, testemunhas, magistrados e réu não se comunicam entre si e

possuem entradas separadas. O réu entra pelos fundos do edifício, com escada direta da rua para a cela, onde aguarda a sessão do júri. As testemunhas, jurados e magistrados (acusação e defesa) são acomodados em salas distintas e afastados, com acessos privativos.

3 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

O edifício configura-se em um único bloco, um cubo tripartido de elementos pré-moldados com vigas e pilares de concreto, protegido por uma cortina de elementos vazados em “neo-rex”, onde a base de sua modulação acompanha os espaçamentos da utilizada no edifício.

4 AGENCIAMENTO DE ESPAÇOS INTERNOS

O centro do edifício é marcado pelo átrio de distribuição de acessos por onde os serviços do fórum são distribuídos em dois níveis.

As distribuições internas dos ambientes não trazem inovações ou rupturas, porém possuem qualidade organizacional, na qual a privacidade e segurança são contemplados de forma adequada para atendimento da justiça.

O impacto de seu conjunto está diluído na sua dimensão. O município de Porto Feliz, de formação colonial, com relevo acentuado, tem seu crescimento comprometido pelos seus limites e grande densidade urbana, com ruas estreitas e terrenos pequenos, quase não tendo praças. As inovações apreendidas através de seus materiais e de seu conjunto construtivo finalizam uma composição discreta, representando uma nova proposta para este equipamento da justiça.

5 ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Organiza-se através de um grande átrio de distribuição de acessos, que tem ao centro uma escada de único lance, ingresso para o segundo pavimento. Em balanço, engastada no hall superior, transmite leveza ao mesmo tempo em que se destaca no ambiente.

6 COMPOSIÇÃO DA FACHADA

Sua fachada possui uma composição tripartida, duas alvenarias cegas e uma com pele de vidro (entrada) ao centro, conjugada com a abertura e avanço da cortina de elementos vazados, o que enfatiza seu acesso principal. A tensão plástica deriva dos diferentes recuos da fachada, das vedações alternadas e da elevação da base de apoio.

7 MATERIAIS

Quanto ao seu material de acabamento interno, este fórum manifesta a opção pelo uso de novos materiais, encontrados de forma mais recorrentes no período em diversas obras públicas. As salas dos gabinetes, cartórios e secreta, além do Júri, apresentam piso de assoalho e, nas áreas comuns, pastilhas na cor verde água, distinção que os arquitetos provavelmente escolheram em função da carga de impacto de seu uso. A escada principal tem guarda-corpo com vidro aramado. As janelas, excetuando as da fachada, que são de correr, são basculantes de “persiana”.

A entrada possui portas de enrolar (denotando o uso de um dispositivo que poderia ser definido como vernáculo comercial) para proteção do vidro utilizado, seguido de uma escadaria que vence o desnível do subsolo, aproveitado para acomodar o arquivo.

As portas dos cartórios e entrada principal são de enrolar em aço galvanizado.

8 ELEMENTOS: ORNAMENTAIS *versus* DETALHES CONSTRUTIVOS

A obra trata-se de uma variação da “caixa cúbica elevada”. Dominância ortogonal recorrente no “vernáculo” da arquitetura moderna delineados por formas puras – círculos e trapézios.

A estrutura se alinha com as alvenarias determinando o recinto cúbico e totalmente vazio por onde se distribui as funções.

Sua base é elevada sugerindo um destaque ao volume que se ajusta ao restrito terreno.

5.5.1.9 PAGE: Promissão – Arquitetos Vilanova Artigas E Carlos Cascaldi

Térreo

Figura 49 e 50: Vista frontal e lateral, e rampas de acesso. Imagem da autora.

1 HIERARQUIA ESPACIAL

O elemento organizador cuja singularidade define e articula o corpo do edifício são os espaços franqueados (continuidade e dissolução entre o interior e o exterior do edifício) e a tensão de níveis enfatizando a relação proposta.

2 HIERARQUIA FUNCIONAL

Para atender ao ajustamento proposto e dividir os ambientes de usos públicos mais intensos e mais restritos, o edifício foi dividido em dois pavimentos: no térreo, um pouco acima do nível da rua, estão lotados os serviços mais gerais e de maior fluxo de pessoas, o protocolo, cartórios, secretarias e atualmente, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O pavimento superior foi destinado para os serviços de acessos mais restritos, tais como: o salão do Júri, gabinetes do juiz e da promotoria, além da sala secreta. Ainda no subsolo, aproveitando o desnível natural do terreno, foram alocados o arquivo geral e almoxarifado.

3 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

O edifício conforma-se em um único corpo horizontal sob uma laje de concreto que abriga todo o programa, articulado por rampas e jardim descoberto.

4 AGENCIAMENTO DE ESPAÇOS INTERNOS

Os espaços priorizam a dissolução entre o interior e o exterior do edifício. As rampas de circulação são livres estão no limite do terreno por onde pode se contemplar a cidade ao mesmo tempo em que circunda um jardim interno que propicia uma visibilidade do conjunto dos ambientes, organizando e promovendo integrações visuais de todos os espaços.

5 ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO

O edifício articula seus níveis através de rampas que exploram sua horizontalidade, dinamizam e atribui movimento ao interior da edificação sugerindo a ultrapassagem dos seus limites físicos, cuja dimensão segue a modulação estrutural do conjunto do edifício.

6 COMPOSIÇÃO DA FACHADA

No seu conjunto a caixa de concreto aparente possui aspectos de despojamento. Não foram utilizadas analogias “históricas formalistas”.

Por destacar-se do padrão construtivo do município e ocupar nível elevado em relação à rua, a percepção do seu volume assume aspecto de monumentalidade.

7 MATERIAIS

A solução construtiva é definida por paredes “de carga”, apoiadas em pilares que recebem a laje em concreto armado.

Os materiais e soluções recorrentes como concreto aparente, vedações em “panos de vidro” sustentam a proposta de oposição em relação aos antigos modelos com os novos padrões e uso das novas tecnologias para elaborar os equipamentos da justiça.

Nos acabamentos internos só há distinção quanto aos pisos, os gabinetes e o júri são de madeira, e os demais ambientes em piso frio, devido ao uso mais intenso e recebimento de carga (prateleiras de processos).

8 ELEMENTOS: ORNAMENTAIS *versus* DETALHES CONSTRUTIVOS

Sob uma grande laje acomoda-se todo o programa. As vedações são de panos de vidros. Os níveis estão articulados por rampas vazadas ao redor de um jardim interno, compondo espaços franqueados presentes no repertório da arquitetura moderna.

5.1.5.10 PAGE: Socorro – Arquiteto David Libeskind

1 HIERARQUIA ESPACIAL

O átrio central de distribuição e a matriz geométrica dos espaços enfatizados através das ritmadas repetição das vigas de sustentação formam o princípio organizador deste edifício.

2 HIERARQUIA FUNCIONAL

O edifício está acima do nível da praça em que foi implantado, sobre uma plataforma elevada revestida em pedra. No pavimento térreo, estão alocados os serviços de maior acesso ao público, os cartórios, protocolo e distribuidor, além de entrada distinta para o réu. No pavimento superior, estão os serviços mais restritos do judiciário e o Salão do Júri. Para dividir a ala em que estão locados os gabinetes dos promotores e juizes do saguão de acesso ao júri, foi colocada uma porta, garantindo privacidade e segurança aos magistrados. O subsolo é reservado para arquivos, apoiados no terreno, para não sobrecarregar a estrutura.

3 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

O edifício conforma-se em um bloco horizontal elevado. Um corpo único, dividido em quatro

blocos contrapostos por seis pares de pilares, interligados por vigas que sustentam o edifício. A elevação do bloco acentua a sobriedade do edifício

4 AGENCIAMENTO DE ESPAÇOS INTERNOS

Os blocos internos com princípios geométricos estão articulados em cruz preservando a hierarquia das funções do judiciário.

5 ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO

O átrio de distribuição de acessos assentado sob uma plataforma elevada é o principal elemento de comunicação na composição do edifício. Esta sinaliza e marca a comunicação e relação entre o interior e exterior do espaço construído e urbano de forma distinta por estar elevada, se interpondo na entrada do edifício como um leve obstáculo, impondo uma aparente introspecção a apropriação pública dos espaços administrados.

6 COMPOSIÇÃO DA FACHADA

A fachada principal que faz frente a uma praça está assentada em um platô revestido de pedras. O corpo do edifício está ligado às estruturas aparentes de concreto que estão revestidas em mármore. A vedação das paredes é de panos de vidro

O arquiteto buscou expressividade plástica destacando os elementos construtivos explorando-os em favor da imagem recorrente do equipamento do judiciário.

7 MATERIAIS

A estrutura aparente é de concreto revestido em mármore.

A plataforma de assentamento do edifício é revestida em pedras irregulares assentadas com juntas secas.

Os pisos para o público são de granito cinza (atualmente revestidos por pisos vinílicos) e os gabinetes e salão do júri de madeira.

A vedação das paredes possui panos de vidro que promovem a integração visual entre o interior e o exterior do edifício.

8 ELEMENTOS: ORNAMENTAIS *versus* DETALHES CONSTRUTIVOS

O edifício elaborado com matriz geométrica possui estrutura aparente e acabamentos distintos nos seus elementos construtivos que organizam o projeto e constituem como princípio fundamental desta obra. Os esquemas do racionalismo moderno são utilizados em favor de uma maior expressividade plástica conferindo-lhe sobriedade.

5.5.1.11 DOP: Projeto padrão - F, F1, F2, F3.

Como já visto no subcapítulo anterior, o primeiro padrão modular denominado “F” adotado no final dos anos de 1960, projeto de Marcolino Vaccari, foi elaborado com idealização e orientação do então Secretário da Justiça do Governo Abreu Sodré, Hely Lopes Meirelles. Ele teve sua base modular, composto de três níveis, formulada a partir de uma projeção de atendimento de feitos – “processos” e dos serviços dele derivados. Assim sua malha ficou restrita às dimensões das retículas espacial modular de referência contidas no quadro de áreas mínimas, onde sua base geralmente é de 10 cm, como visto, valor aproximado aos princípios de padronização e coordenação modular geralmente adotados pela indústria da construção civil no país (M de 0,10 cm e multimódulos de 3M, 6M, 12M, 15M, 30M e 60M.)⁸⁴

⁸⁴ O que ao menos denota algum conhecimento sobre o assunto, ver nota 140, capítulo quarto.

A primeira produção modular construída, em aproximadamente 80 municípios, manteve as características constantes do projeto. Eram, dessa forma, derivadas da “padronização do programa”. Construtivamente perseguia uma normatização arquitetônica traduzida como racionalidade, sem utilizar elementos pré-fabricados, resguardando a possibilidade de ser executado em qualquer localidade do Estado, não dependendo de aperfeiçoamentos técnico-construtivos.

O projeto padrão “F” possuía assim três tipos, o F1, F2 e F3:

F1

1ª Entrância, até mil feitos (processos).

Terreno com 1.130,00 m².

Térreo: Cartórios, tabelionato, arquivos e apartamento para juízes.

Superior: Tribunal do Júri, sala secreta, testemunha de defesa e acusação, cela, sala da guarda, copa, OAB, oficial de Justiça, gabinete dos juízes e promotor e sala de audiências.

F2

2ª Entrância, de mil e um a quatro mil feitos.

Terreno com 1.399,00m².

Térreo: Cartórios, tabelionato, arquivos e apartamento para juízes.

Superior: Tribunal do Júri, sala secreta, testemunha de defesa e acusação, cela, sala da guarda, copa, OAB, oficial de Justiça, gabinete dos juízes e promotor e sala de audiências.

F3

3ª Entrância, de quatro mil e um feitos a seis mil feitos.

Térreo: Cartórios, tabelionato, arquivos e apartamento para juízes.

Superior: Tribunal do Júri, sala secreta, testemunha de defesa e acusação, cela, sala da guarda, copa, OAB, oficial de Justiça, gabinete dos juízes e promotor e sala de audiências.

1 HIERARQUIA ESPACIAL

O elemento organizador cuja singularidade dá o sentido que articula o corpo do edifício é o espaço modulado restrito em áreas mínimas agrupados pelos meios de distribuição de acessos.

2 HIERARQUIA FUNCIONAL

O edifício está distribuído em dois níveis sendo que no inferior estão os serviços de maior acesso público tais como cartórios, arquivos, registros civis, juizados de menores. No superior localizam-se os serviços mais estritos da justiça: o salão do júri, gabinetes, sala secreta, promotoria, advogados, testemunhas, sala de audiência e cela para o réu.

3 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Trata-se de um volume retangular fechado, ocupado por espaços modulados que se organizam em alas e distribuídos através de eixos de circulação. O torreão a caixa de escada externo rompe sua horizontalidade.

4 AGENCIAMENTO DE ESPAÇOS INTERNOS

Os espaços internos são movidos de princípios funcionalistas e priorizam sua organização em função das especificidades da Justiça. Seu programa contemplou a distinção ajustada para a justiça de separar acomodações entre defesa e acusação.

5 ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO

O edifício se articula através dos eixos de distribuição de acesso e caixas de escadas externas. Não há permeabilidade entre o interior e exterior do edifício.

6 COMPOSIÇÃO DA FACHADA

A fachada utiliza elementos da arquitetura moderna, como uso de brises e caixa de circulação vertical destacada do corpo do edifício.

Não há adornos com referências neoclássicas.

7 MATERIAIS

Foram utilizados nas fachadas acabamento em pastilhas nas paredes cegas e brises de argila expandida de 40 cm onde existem janelas. Os pisos externos são de pedra amazonas e os internos de mármore. Não há distinção de acabamentos entre os andares com exceção do Júri onde o piso foi acarpetado.

8 ELEMENTOS: ORNAMENTAIS versus DETALHES CONSTRUTIVOS

Foram elaborados com a supressão das recorrências neoclássicas e ecléticas e explorados novos materiais e elementos construtivos, como os brises e a circulação vertical destacada do corpo central do edifício.

Apesar da linguagem, apropriar-se do termo tipo, aqui ele representa a variação dimensional e, certamente, a normatização do órgão criava mais modelos, do que tipos, conforme a conceituação de Quatremère de Quincy, que Moneo e Argan assumiram.

5.1.6 Conclusão da Análise Proposta

As análises demonstraram que os edifícios da justiça padronizados tiveram a acomodação do programa em dois níveis, em sentido mais neutro do que a questões hierárquicas do judiciário, priorizando acessibilidade e necessidade de fluxos⁸⁵.

⁸⁵ Sobre as questões da hierarquia dos edifícios do judiciário ver: CORDIDO, op.cit.

Em relação aos pressupostos modernos, mesmo que não conjugando com os ideais presentes em Araras, Promissão, Avaré de inversão hierárquica para o equipamento, os fóruns padronizados além de uma assimilação formalista do repertório moderno como o uso de brises, destaque na volumetria da caixa de escada externa, absorveu de forma restrita algumas questões sobre o sentido e função da padronização. Ao utilizar parte desse processo, a restrição de padronizar o projeto em função do programa, tendo como base a unidade modular (áreas mínimas), e não permitir flexibilidade tanto no campo construtivo (por vezes foram necessárias adaptações nem sempre adequadas para acomodar a obra no terreno), além de coibir a concepção arquitetônica, a liberdade construtiva em alvenaria tradicional mesmo que contenha todas as indicações técnicas em projeto não alimentaram o avanço desejado pela adoção da padronização do ponto de vista das questões modernas: como parte preparatória para o uso da pré-fabricação na construção civil e seus benefícios propostos como redução de tempo, custo, etc.⁸⁶ A organização espacial e os elementos de comunicação dos edifícios pa-

⁸⁶ Entenda-se que no caso dos fóruns não existiu (ainda que este parâmetro por si só não justifique) uma demanda suficiente para tornar viável uma produção industrializada, o que não isenta a crítica para a adesão ao processo de padronização de projetos. Ônus que o próprio Departamento pagou ao ter que periodicamente elaborar novos modelos para fóruns de justiça. Por volta de 1975, foi elaborado o módulo padrão: “M. P. P”, Módulo Padrão Primeiro, iniciais de Manuel Pedro Pimentel, considerado um dos mentores e defensores da ideia de padronização para atender a imperativa necessidade de expansão dos fóruns de justiça pelo interior do Estado de São Paulo de forma mais rápida. O diferencial destes módulos, em relação ao anterior, é que são previstos em projeto os seus acoplamentos para o seu crescimento. Foram construídos aproximadamente 47 fóruns desse projeto em cidades do interior do Estado. Em 1979, o governo Paulo Salim Maluf, continuou a produção com o modelo “P. S. M”, construindo um Fórum em Piracicaba, São Paulo. O prédio desse município abriga sete varas, mas possui a capacidade de ampliar suas instalações para o limite de quatorze varas. Em 1985, com o governador Franco Montoro, foi construído o modelo “F. A. M”. Este objetivou gerar menor custo de obra e seus acoplamentos garantem que atenda sua expansão em média por 50 anos. Sua capacidade é para até sete varas e o único inteiramente construído encontra-se na cidade de Campinas. Desses modelos incompletos foram construídas aproximadamente vinte e três unidades. Com o fim do DOP, decretado durante o governo de Orestes Quércia, sofrendo o impacto da perda de um órgão coordenador de projetos executados pelo Governo do Estado de São Paulo, capacitado de diversos técnicos, esta produção de projetos padrões modulares para os fóruns de justiça retraiu-se. Mas, ainda que num ritmo menor, foram construídos novos edifícios pelo Centro de Engenharia da Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo. Em 1988, esse Centro de Engenharia construiu os modulares intitulados “22/30”, nome recebido por ser a base de sua modulação. Em 1990, foi desenvolvido o fórum mais ousado e maior destes módulos padrões, o “L.A.F”, Luis Antônio Fleury (Lay Out Flexível). Neste período, porém, os promotores de justiça começam a disputar poderes com os juízes e exigem espaços e infraestrutura maiores. Para esses fóruns foi prevista a capacidade de abrigar sete varas e 30 cartórios. Um verdadeiro “shopping do Judiciário”, segundo a arquiteta Maria Lúcia Britto Passos. Na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo este módulo padrão atinge a área de 16.000 m². Durante a década de 1990 o Poder Judiciário, continuou crescendo e pulverizando seus fóruns pelo interior do Estado de São Paulo, porém, no ano de 2000, na capital do Estado, no bairro da Barra Funda foi feito o maior Fórum Criminal do Estado de São Paulo. Ocupando um prédio destinado inicialmente para uso Hospitalar (Santa Casa de Misericórdia), projetado pelos arquitetos Fábio Penteado, Teru Tamaki, Eduardo de Almeida, Giselda Visconti, Luiz Vallandro Keating, José Borelli Neto, Tito Lívio Frascino e Hércules Merigo, foi adaptado pelo escritório Borelli & Merigo assessorado por Teru Tamaki na adequação do edifício ao novo programa. Este projeto considerado dispendioso por ter utilizado entre outros, os melhores recursos tecnológicos disponíveis na época, fez com que a produção pelo interior se refreasse temporariamente e sua retomada ocorre-se novamente a partir em 2002.

dronizados também se distanciaram das questões modernas, não promoveram espaços de articulações mais dinâmicos que foram substituídos por corredores de interligação e passagens. Também não contemplaram a permeabilidade entre o interior e o exterior do edifício, os blocos foram blindados com paredes.

CONCLUSÃO

“Setenta professores da Universidade de São Paulo (USP) e de várias outras universidades foram involuntariamente aposentados em maio de 1969. Entre eles figuravam mestres internacionalmente conhecidos, como os antropólogos Florestan Fernandes seus antigos alunos (depois professores) Fernando Henrique Cardoso e Otavio Ianni. Outros nomes conhecidos eram os de Isaias Raw, diretor do Departamento de Bioquímica da USP, e José Leite Lopes, professor de física, juntamente com Abelardo Zaluar, professor de belas-artes na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nunca se conheceram as razões dessas punições, embora algumas das vítimas pertencessem ostensivamente à esquerda e muitas outras tivessem defendido a modernização da antiquada estrutura do sistema universitário. Como sempre, ressentimentos pessoais e enormes ambições estiveram presentes na hora da compilação da lista de punidos”¹.

No Brasil podemos afirmar, como em outros países latinos, que questões advindas da assimilação e da difusão da arquitetura moderna – tais como a racionalização, a industrialização, a tecnologia e a ciência da construção – tiveram (e ainda têm) processos de implantação e de desenvolvimento particulares, com dicotomias e contradições. Se por um lado, a arquitetura serviu como instrumento para afirmações nacionalistas pelo Estado, apoiado em planos desenvolvimentistas como o Plano de Metas de Kubistchek e também no seu rebatimento o PAGE em São Paulo, entre os anos de 1950 e de 1960, por outro lado, o setor produtivo da construção civil não se ajustava plenamente ao estágio de uma industrialização completa. O descompasso entre elaboração do produto e produção industrializada implicou por vezes, em interpretações de cunho formalista, nas quais os objetos arquitetônicos agenciaram uma problemática de assimilação dos preceitos arquitetônicos modernos. Desse modo, para compreensão do objeto do estudo foi necessário revisar o entendimento de tipo e modelo.

O conceito de “tipo e modelo” de Quatremère de Quincy, adotada por Argan e Moneo, recoloca o olhar crítico sobre o objeto: fóruns padronizados. Na definição de Quatremère de Quincy, “o modelo, entendido segundo a execução prática

¹ *New York Times*, 6 de maio de 1969; *Christian Science Monitor*, analisados com riqueza de informações em Philippe C. Schmitter, “The Persecution of Political and Social Scientist in Brazil”, *PS*, 11, nº 2 (Primavera de 1970), pp. 123-28. In: SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo*, São Paulo: Paz e Terra, 1988, p.168.

da arte, é um objeto que se deve repetir tal como ele é; o tipo é, pelo contrário, um objeto, segundo qualquer pessoa pode conceber obras que não se assemelharão em nada entre si.” Nesse sentido, os fóruns padronizados longe de se constituírem em tipo, como sinônimo de um resultado de peças prototipadas e intercambiadas, segundo o aporte de um processo industrial ou do “tipo-mãe”, como analisado por Moneo, ou “vago” como avaliado por Argan, que se relaciona com transformação e troca, (os fóruns) se aproximam da ideia de modelo enquanto imobilidade e repetição, respondendo mais a normatização criada pelo DOP como agente estatal do que as proposições arquitetônicas.

A ideia de construção industrializada se confunde e faz meia parede com o procedimento projetual, caracterizado como montagem e que sintetiza os novos processos de fabricação. Isto é muito claro nos textos manifestos dos mestres da Arquitetura Moderna, ou seja, a construção industrializada informaria os aspectos do fazer (projeto) arquitetônico, daí poder-se falar de estética da máquina.

Talvez, haja uma variante do modernismo que permitiu que a ideia de tipo, do homem tipo, objeto tipo, de uma síntese que devesse ser nova, fosse traduzida como um modelo, e a seriação fosse também apenas a sua reprodução. Mas é preciso lembrar, que essa é uma variante pouco densa em relação ao conjunto de conceitos modernos, e que o fórum-tipo produzido pelo DOP pouco tinha em comum com a produção seriada, correspondendo a uma ação normativa do Estado.

O método de padronização/normatização de projetos, adotado pelo DOP, fundamentou-se com elementos poucos consistentes para atender os objetivos de uma construção industrializada de equipamentos em rede, ou seja, serviu à eficiência econômica através da eliminação da concorrência de projetos e dos serviços de orientação técnico-construtivos propriamente ditos em detrimento das questões arquitetônicas e produtivas.

Há uma propaganda de eficiência e economia que não tem rebatimentos efetivos que buscassem a mesma eficiência e economia, trabalhando projeto, processo produtivo e obra – dimensões passíveis de serem pré-fabricadas, ou montadas. As construções através de método de construção tradicional, mesmo porque atendia de forma pragmática as possibilidades construtivas do período, demonstram os limites da iniciativa, sua natureza isolada, sem que o processo como um todo fosse planejado. A falta de orientação como, por exemplo, sobre a organização e condições de trabalho no canteiro de obras, revela uma forma de execução passiva frente às práticas correntes. Assim, as construções não vincularam novas questões, parecem ter passado à margem dos debates do período.

Se houvesse tentativas de pré-fabricação, ou qualquer ação mais firme que mirasse alguma forma de montagem no canteiro, certamente, problemas viriam

à tona e algo disso seria reconhecido. E mesmo algo da discussão entre modernização e arcaísmo poderia ter se alimentado disso. Nas entrevistas com os arquitetos do DOP, inclusive o responsável pelo primeiro projeto padrão, o arquiteto Vacari, não houve nenhuma consideração de cunho arquitetônico que informasse a decisão de projeto e nenhuma referência ao debate da época.

Mesmo que conste no manual técnico do Departamento a pré-fabricação como meta e, que alguns de seus técnicos como a arquiteta Gisela, entrevistada pela pesquisa tenha atuado no CECAP junto a Artigas nessa perspectiva, os fóruns padronizados não se estabeleceram com finalidades que estimulassem a aplicação da construção pré-fabricada. Segundo o mesmo Vaccari, tratava-se de um método “demasiadamente caro e sofisticado para época”, assim, a execução desses edifícios, além de não influenciarem as questões tecnológicas, também inibiram o desenvolvimento de projetos e suas adequações para com as necessidades locais (onde eram implantados) e mesmo para acomodar as ampliações programáticas da justiça.

Ao compararmos a produção PAGE com a posterior DOP, a primeira ficou vedora e se mostrou como fator de inibição da segunda. Os edifícios da justiça, elaborados durante o PAGE, propuseram espaços generosos para socialização, rupturas hierárquicas radicadas no cerne das arquiteturas judiciárias, novas relações entre o edifício e espaço urbano, em alguns casos, aliados a uma nova perspectiva social, enfim não respondiam a uma norma de trabalho. Nos edifícios padronizados do DOP, os espaços abertos e dinâmicos articulados com o espaço urbano foram substituídos por monótonas repetições, e mesmo que esses gerassem uma identificação formal, como decorrência de sua reproduzibilidade – não se constituiu como uma proposta inovadora ou que desenvolvesse a anterior – pode-se afirmar que absorveram pouco das questões modernas, introduzidas pelo PAGE e no limite as negaram.

Mas há uma contradição, caso fosse afirmado que a produção DOP nada tem de moderna. É inegável que há certa funcionalidade nos projetos-padrão, na organização espacial interna, por exemplo, mesmo que conservadora, há funcionalidade e certa racionalidade na opção dos elementos da construção. O que a colocaria também no patamar de edifícios modernos e o julgamento seria entre produções modernas – PAGE *versus* DOP – o que uma avança e outra retrai. Isso não deixa de ter validade. Mas talvez a chave de leitura seja outra. Quando Manfredo Tafuri afirma que a vanguarda perdeu o poder de decisão sobre o Plano, isto é complementado pela transferência das diretrizes do Plano para o controle do aparelho de Estado. No caso em questão, as ações de reestruturação do Estado, por parte do PAGE, parecem ter cindido a própria estrutura organizacional do Estado, ao menos na relação entre as secretarias e o setor de projetos

e obras (o DOP). A presença do IPESP na contratação de arquitetos, parece nunca ter sido assimilada e abriu uma brecha para que os arquitetos pudessem propor de forma livre, como detentores do Plano de produção dos equipamentos sociais, suas visões desses mesmos equipamentos. É como se outra fala de Tafuri (ao menos parte dela, num momento anterior à perda do plano por parte da vanguarda) se aplicasse aos arquitetos modernos contratados. Para o autor, de forma resumida, a arquitetura deslocando o seu “lugar” tradicional aceitou tornar política sua própria obra e, enquanto agentes políticos, os arquitetos assumiram a tarefa de invenção contínua de soluções de vanguarda aos níveis mais generalizáveis. Isto é, o Page, foi um hiato, um interstício, no qual os arquitetos modernos, atuando em São Paulo, puderam exercer suas proposições de vanguarda. O golpe de 1964 recompôs em todos os níveis o aparelho de Estado, talvez mesmo sem o golpe isso aconteceria – ajustando, o Brasil ao cenário internacional identificado por Tafuri. As ideias modernas, que no PAGE não caminharam no sentido da pré-fabricação, foram substituídas pela normatização (administrativa, funcional e técnica do Estado), estabelecida pelo seu corpo diretivo. Nesse sentido, a normatização pode ter gerado padronização projetual, mas foi apenas isso, em que pese os discursos, aqui definidos como de propaganda. O Estado capturou as formas modernas, mas as utilizou segundo suas necessidades. Os arquitetos do DOP foram transformados, ainda recorrendo a Tafuri, em técnicos da forma, que tinham como referência o modernismo, naquela altura, amplamente hegemônico no pensamento arquitetônico, e faziam como explicitado na fala de Castaldi uma arquitetura “dentro do que era possível”, desprovida que estava de investigar novas possibilidades².

² Ver: TAFURI, *Manfredo, Projecto e Utopia - Arquitectura e Desenvolvimento do Capitalismo*, Lisboa: Editorial Presença, (Coleção Dimensões), 1985. BUZZAR, Miguel Antonio, “O legado arquitetônico das edificações executadas pelo Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo nas cidades do Interior”, 8º Seminário DOCOMO BRASIL, 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUITETURA

- ALVES**, André Augusto de Almeida, *Arquitetura Escolar Paulista (1959-1962): o PAGE, o IPESP e os arquitetos modernos paulistas*, São Paulo: FAU USP (tese de doutorado).
- _____. "Implicações Historiográficas da Consulta às fontes Primárias no Estudo da Arquitetura Escolar Pública Paulista (1959-1962)". *Fórum Patrimônio*, 26 jun. 2012.
- ANELLI**, Renato Luis Sobral, "Revendo Lina Bo Bardi". In: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi; Museu de Arte de São Paulo. (Org.). *Lina Bo Bardi Arquiteto*. 1 ed. São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M.Bardi, 2006, v. 1, p. 10-45.
- ARANTES**, Otília. *O Lugar da Arquitetura Depois dos Modernos*. São Paulo: EDUSP, 2000. 3ª. ed.
- ARGAN**, Giulio Carlo. *Arte Moderna: do Iluminismo aos Movimentos Contemporâneos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008, 2ªed.
- _____. *Projeto e Destino*, São Paulo: Ática, 2004, 1ª ed, 3ª. Imp., (Milão: 1965).
- ARTIGAS**, Rosa; **LIRA**, José Tavares Correia de (org.) *Vilanova Artigas Caminhos da Arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.
- _____. *Bienal 50 Anos*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2001.
- BANHAM**, Reyner, *Teoria e Projeto na Primeira era da Máquina*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- BARBUGIAN**, Ercio. *Pré-fabricados de Concreto na Arquitetura Industrial*. São Carlos: EESC USP, 1999 (dissertação de mestrado).
- BARONE**, Ana C.C., *Team 10. Arquitetura como Crítica*. São Paulo: Annablume, 2002.
- BASTOS**, Maria Alice Junqueira. *Pós-Brasília – Rumos da Arquitetura Brasileira*, São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2003.
- _____. *Dos anos 50 aos anos 70: Como se Completou o Projeto Moderno na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: FAU USP, 2004 (tese de doutorado).
- BAKER**, Geoffrey H., *Le Corbusier - Uma Análise da Forma*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BAYEUX**, Gloria Maria, *Debate da Arquitetura Moderna Brasileira nos Anos 50*. São Paulo: FAU USP, 1991 (tese de doutorado).
- BONDUKI**, Nabil, *Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004, 4ªed.
- BRASIL**, Lúcia Tombi. *Ensaio Sobre as Residências Unifamiliares*. São Paulo: FAU USP, 2004 (dissertação de mestrado).
- BRUAND**, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002, 4. ed.
- BRUNA**, Paulo. *Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

- _____. *Os primeiros Arquitetos Modernos - Habitação Social no Brasil, 1930-1950*. São Paulo: EDUSP, 2010.
- BITTONI**, Cássia Schroeder. *Mayumi Watanabe Souza Lima: a Construção do Espaço para a Educação*. São Paulo: FAU USP, 2009, (dissertação de mestrado).
- BURKE**, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- BUSSAB**, Sami; **OLIVEIRA**, Nildo Carlos. *Arquitetura Escolar Paulista e Política Educacional. Os Programas na Atual Administração do Estado*. São Paulo: FDE, 1998.
- BUZZAR**, Miguel Antonio. *João Batista Vilanova Artigas, Elementos para uma Compreensão de um Caminho da Arquitetura Brasileira, 1938-1967*. São Paulo: FAU USP, 1996, (dissertação de mestrado).
- _____. *Rodrigo Brotero Lefèvre e a Ideia de Vanguarda*. São Paulo: FAU USP, 2001 (tese de doutorado).
- _____. "O legado arquitetônico das edificações executadas pelo Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo nas cidades do Interior", 8º Seminário DOCOMO BRASIL, 2011
- CAMARGO**, Mônica Junqueira de, *Joaquim Guedes*, São Paulo: Cosac & Naif, 2000.
- CAMPOS JÚNIOR**, Eudes de Mello, *Arquitetura Paulistana sob o Império - Aspectos da Formação da Cultura Burguesa em São Paulo*. São Paulo: FAU USP, 1997 (tese de doutorado).
- CERÁVORO**, Fabiana, *A Pré-fabricação em Concreto Armado Aplicada a Conjuntos Habitacionais no Brasil - O caso do "Conjunto Zezinho Magalhães Prado"*. São Carlos: EESC USP, 2007 (dissertação de mestrado).
- COELHO**, Sandro Anselmo, *O Partido Democrata-Cristão (1945-1965): Dilemas e Inconsistência da Terceira via Brasileira*. Curitiba: mimeo, 2002.
- CORDIDO**, Maria Tereza Regina Leme de Barros, *Arquitetura Forense do Estado de São Paulo Produção Moderna, Antecedentes, e Significados*. São Carlos: EESC USP, 2007 (dissertação de mestrado).
- _____. "Edifícios Públicos: Arquitetura Forense: Arquitetura Moderna Questionando a Simbologia e Mitos do Poder Judiciário no Estado de São Paulo". *Risco, Rev. Pesqui. Arquit. Urban.* [online], 2008, n.7, pp. 39-48. ISSN 1984-4506.
- CORONA & LEMOS**, *Dicionário da Arquitetura Brasileira*, São Paulo: EDART - São Paulo Livraria da Editora Ltda, 1972.
- COX**, Cristián Fernández, *América Latina Nueva Arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.
- ESPALLARGAS**, Luis Gimenez, *Arquitetura Paulistana da Década de 1960*, São Paulo: FAU USP, 2004 (tese de doutorado).
- FARAH**, Marta Ferreira Santos, *Tecnologia, Processo de Trabalho e Construção Habitacional*, São Paulo: FFLCH USP, 1992 (tese de doutorado).
- FARIAS**, Agnaldo Aricê Caldas, *Arquitetura Eclipsada: Notas sobre História e Arquitetura a Propósito da Obra de Gregori Warchavchik, Introdutor da Obra Moderna no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1990 (dissertação de mestrado).
- FAUSTO**, Boris, *História do Brasil*, São Paulo: Edusp, 2006, 2ª ed.
- FERREIRA**, Avany de Francisco, **CORRÊA**, Maria Elizabeth Peirão e **MELLO**, Mirela Geiger de (Org.) *Arquitetura Escolar Paulista – Restauro; Arquitetura Escolar Paulista Anos 1950 e 1960; e Arquitetura Escolar Paulista: Estruturas Pré-fabricadas*. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), 1998.
- FICHER**, Sylvia, *Os Arquitetos da Poli, Ensino e Profissão em São Paulo*, São Paulo: EDUSP, 2005.

- _____. e **ACAYABA**, Marlene Milan, *Arquitetura Moderna Brasileira*, São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., 1982.
- FRAMPTON**, Kennet. *História Crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FRANCISCO**, Arlete Maria, *Edifício Fabril e Espaço Metropolitano: São Paulo, Anos 50*. São Paulo: EESC USP, 2000 (dissertação de mestrado).
- FRANCO**, Benelisa, "A Pré-fabricação no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo, CRUSP", São Paulo: FAU, 19? In: **CERÁVORO**, Fabiana, *A Pré-fabricação em Concreto Armado Aplicada a Conjuntos Habitacionais no Brasil - O caso do "Conjunto Zezinho Magalhães Prado"*, São Carlos: EESC USP, 2007.
- GAMA**, Ruy, *Historia da Técnica e da Tecnologia*. São Paulo: T A Queiroz/USP, 1985.
- HERBST JÚNIOR**, Helio Luiz, *Pelos Salões das Bienais Ausentes nos Manuais: Expressões da Arquitetura Moderna Brasileira Expostas nas Bienais Paulistas (1951-1959)*, São Paulo: FAU USP, 2007 (tese de doutorado).
- IANNI**, Octavio, *A Ditadura do Grande Capital*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, (Col. Retratos do Brasil), v.155.
- INSTITUTO LINA BO BARDI E FUNDAÇÃO VILANOVA ARTIGAS**, *Vilanova Artigas*, São Paulo: Editora do Governo do Estado de São Paulo, 1997.
- LAMPARELLI**, Celso Monteiro. "Louis-Joseph Lebreton e a Pesquisa Urbano-Regional no Brasil - Crônicas Tardias ou História Prematura". *Revista de Estudos Regionais e Urbanos - Espaço&Debates*. São Paulo: NERU, ano XIV- 1994- nº 37.
- LE CORBUSIER**, *Por uma Arquitetura*, São Paulo: Perspectiva, 1977.
- _____. *Os Três Estabelecimentos Humanos*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- LE GOFF**, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LE MOS**, Carlos A. C. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: EDUSP, 1990.
- LIMA**, Mayumi Watanabe de Souza, *Arquitetura e Educação*, São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- MARTINS**, Carlos F. *Arquitetura e Estado no Brasil - Elementos para uma Investigação sobre a Constituição do Discurso Moderno no Brasil; a Obra de Lúcio Costa (1924/1952)*. São Paulo: FFLCH USP, 1987, mimeo, (dissertação de mestrado).
- MARTUCCI**, Ricardo, *Projeto Tecnológico para Edificações Habitacionais*. São Paulo: FAU USP, 1991 (tese de doutorado).
- MASCARÓ**, Lucia (coord.), **KATINSKY**, Julio, **PELLI**, Víctor Saúl, **TURNER**, John F.C., **VIANNA**, Nelson Solano, **MASCARÓ**, Juan Luis, *Tecnologia & Arquitetura*, São Paulo: Nobel, 1990.
- MONEO**, Rafael, *La solitudine Degli Edifici e Altri Scritti, Questioni intorno All' Architettura*. (1976-1988). Torino: Umberto Allemandi&C, 2004.
- MONTENEGRO FILHO**, Roberto Alves de Lima, *A Pré-fabricação na Trajetória de Eduardo Kneese de Mello*. São Paulo: FAU USP, 2012 (tese de doutorado).
- MOTOYAMA**, Shozo, *Tecnologia e Industrialização no Brasil, Uma Perspectiva Histórica*, São Paulo: UNESP/ CEETEPS, 1994.
- OLIVEIRA**, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1980, 3ª. ed.
- _____. "O banquete e o sonho, ensaio sobre economia brasileira, Mito da Salvação Tecnológica". *Cadernos de Debate nº3*, São Paulo: Brasiliense, 1976.
- OLIVEIRA**, Fabiano Lemes de. *Projetos para o Parque do Ibirapuera*, São Carlos: EESC USP, 2003 (dissertação de mestrado).
- _____. "O Parque Ibirapuera: Projetos, Modernidades, e Modernismos", 5º DOCOMOMO, disponível on line: <http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/048R.pdf>

- OLIVIERI** G. M., *Prefabricazione o Metaprojeto Edilizio*, Milão: Etas-Kompas, 1968. In: BRUNA, Paulo, *Arquitetura, Industrialização e Desenvolvimento*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- PENTEADO**, Fábio. *Fábio Penteado: Ensaios da Arquitetura*. São Paulo: Empresa das Artes, 1998.
- PEREIRA**, José Ramón Alonso. *A Introdução à História da Arquitetura - Das Origens ao Século XX*. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- PEREIRA**, Margareth da Silva, *Os Correios e Telégrafos no Brasil – Um Patrimônio Histórico e Arquitetônico*, São Paulo: MSP/ Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1999.
- PINHEIRO**, Maria Lucia Bressan, “*Lúcio Costa e a Escola Nacional de Belas Artes*”, *Anais do Seminário Docomomo Brasil*, Niterói, 2005.
- PINTO**, Adolpho Augusto, *História da Viação Pública de S. Paulo (Brasil)*, São Paulo: Typographia e Papelaria De VANORDEN & Cia, 1903.
- RASMUSSEN**, Steen Eiler, *Arquitetura Vivenciada*, São Paulo: Martins Fontes, 2002, 2ªed.
- RENK**, Valquiria Elita, *Educação de Imigrantes Alemães em Curitiba*, 2000 (dissertação de mestrado)
- ROCHA**, Paulo Mendes da. *Mendes da Rocha*. Lisboa: Blau, 1996.
- ROSSI**, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*, São Paulo: Martins Fontes, 2001, 2ª.ed.
- ROSSO**, Teodoro, *Racionalização da Construção*. São Paulo: FAU USP, 1980 (tese de doutorado).
- SANOVICZ**, Abrahão, In: *Arquitetura e Desenvolvimento Nacional. Depoimentos de Arquitetos Paulistas*. São Paulo: Instituto dos Arquitetos do Brasil/Ed. PINI, s/d.
- SÃO PAULO (ESTADO)**. Secretaria dos Serviços e Obras Públicas. *O DOP e a Padronização de Projetos para Obras Públicas - Palestra do Eng.º Aurélio Araújo*, São Paulo, 1974.
- SCHNEIDER-WESSLING**, Eric, *A Construção Escolar sob o Ponto de Vista de Novos Sistemas Educacionais; Formação de Arquitetos*. São Paulo: IAB-SP, 1969.
- SEGAWA**, Hugo. *Arquiteturas no Brasil, 1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SELMER JÚNIOR**, Roberto. *Roberto Tibau e o Fazer Arquitetura*. São Paulo FAU USP, 2011 (dissertação de mestrado).
- SERT**, J. L.; **LÉGER**, Fernand; **GIDEION**, S. *Nueve Puntos sobre Monumentalidad – Necesidad*. In: **GIDION**. *Arquitectura y Comunidad*. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1963.
- SILVA**, Helena Aparecida Ayoub. *Conceitos, Processo e Métodos Presentes na Elaboração do Projeto de Arquitetura*. São Paulo: FAU USP, 1998 (dissertação de mestrado).
- SANOVICZ**, Abrahão, In: *Arquitetura e Desenvolvimento Nacional. Depoimentos de arquitetos paulistas, Instituto dos Arquitetos do Brasil*, São Paulo: Ed. PINI, s/d.
- SOUZA**, Maria do Carmo Campello de. *Estados e Partidos Políticos no Brasil: 1930-1964*, São Paulo: Alpha-Omega, 1983, 2ª ed
- SKIDMORE**, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 12. ed.
- _____. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 2ª. ed.
- TAFURI**, Manfredo, *Projecto e Utopia - Arquitectura e Desenvolvimento do Capitalismo*, Lisboa: Editorial Presença, (Coleção Dimensões), 1985.
- VARGAS**, Milton (org.). *História da Técnica e da Tecnologia no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP. Fundação para o Desenvolvimento da UNESP/ Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1995.
- VENTURA**, Alessandro, *Produção Seriada e Projeto Arquitetônico*. São Carlos: EESC USP, 2000 (tese de doutorado).

DIREITO

- BANDECCHI**, Brasil. *Elementos de História do Direito Brasileiro*, São Paulo: Pannartz, 1984, 2ª ed.
- BENÉVOLO**, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- COSTA**, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999, 7ª ed.
- _____. *O Supremo Tribunal Federal e a Construção da Cidadania*. São Paulo: UNESP, 2006, 2ª ed.
- FERREIRA**, Waldemar Martins. *História do Direito Brasileiro*. São Paulo: Saraiva. 1985, 2. ed.
- LÉVAY**, Emeric. *O Palácio da Justiça: marco cívico-cultural no coração de São Paulo*. São Paulo: Monografia, s/d.
- NALINE**, Alcides Pereira. *Palácio da Justiça São Paulo, Patrimônio da Cidade*. São Paulo: Ed. Três, 1998.
- TORRES**, Flávio. *Tribunal de Justiça de São Paulo, Páginas de sua História Centenária*. São Paulo: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 1979.
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**. *Excertos da Evolução Histórica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo*. São Paulo: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 19(?).

MANUAIS TÉCNICOS

FECE

- _____. *Fundo Estadual de Construções Escolares (Bsp), Relatório da Situação da Rede Física Escolar Estadual do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1972.
- _____. *Projetos de Arquitetura Escolar*, s/d.
- _____. *Execução do Programa de Construções Escolares*, São Paulo: 1963.

CONESP

- _____. *Instruções para Indicação e Reserva de Terrenos Destinados as Construções Escolares de Pré-escolas*. São Paulo, 1976.
- _____. *Diretrizes Gerais para Construções Escolares*. São Paulo, 1977.
- _____. *Manual de Dimensionamento Modular e Especificações de Ambientes para Construções Escolares*. São Paulo, 1977.
- _____. *Manual de Dimensionamento Modular e Especificações de Ambientes para Construções Escolares de 1º Grau*. São Paulo, 1977.
- _____. *Manual de Especificações de Materiais Componentes e Serviços para Construção Escolas*. São Paulo, 1977.
- _____. *Manual de Normas de Apresentação de Projetos para Construção Escolas de 1º Grau*. São Paulo, 1977.
- _____. *Manual de Normas de Quantificação para Orçamento e Medição para Pagamento de Construções Escolares*. São Paulo, 1977.
- _____. *Manual para Padronização de Componentes para Construções Escolas de 1º Grau*. São Paulo, 1977.

- _____. *Procedimentos para Apresentação de Projetos de Edificações Escolares*. São Paulo, 1986.
- _____. *Catálogo de Componentes*. São Paulo, 1986.
- _____. *Catálogo de Componentes e Serviços*. São Paulo, 1986.
- _____. *Educação e seus Elementos Construtivos*. São Paulo, 1986.
- _____. *Procedimentos para Apresentação de Projetos de Edificações Escolares de Primeiro Grau*. São Paulo, 1986.
- _____. *Procedimentos para Apresentação de Projetos de Edificações Escolares de Primeiro Grau. Instalações Elétricas*. São Paulo, 1986.
- _____. *Procedimentos para Apresentação de Projetos de Edificações Escolares de Primeiro grau. Instalações Hidráulicas*. São Paulo, 1986.
- _____. *Reservatórios: Padronização de Componentes da Edificação Escolar de Primeiro Grau*. São Paulo, 1986.
- _____. *Catálogo de Componentes*. São Paulo, 1988.
- _____. *Edificações e seus Elementos Construtivos*. São Paulo, 1988.

DOP

Secretaria dos Serviços e Obras Publica. Departamento de Edifícios e Obras Públicas.

- _____. *Manual Técnico do DOP*. São Paulo, 1971.
- _____. *Manual Técnico do D.O.P.* São Paulo, 1972.
- Departamento de Edifícios e Obras Públicas.
- _____. *Manual Técnico do DOP*. São Paulo, 1974.
- _____. *Manual Técnico do DOP*. São Paulo, 1976. TOMO I
- _____. *Manual Técnico do DOP*. São Paulo, 1976. TOMO II
- _____. *Manual Técnico do DOP*. São Paulo, 1980/1981
- _____. *Manual Técnico do DOP*. São Paulo, 1987

PAGE- Relatórios do Plano de Ação;

PINTO, Carvalho, *Plano de Ação do Governo*, São Paulo: Imprensa Oficial, 1959.

- _____. *Mensagem Apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1960.
- _____. *Mensagem Apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - 14 de março de 1961, para a Lei nº 6.047, de 27 de janeiro de 1961*, São Paulo, Decretos e Relatórios. Imprensa Oficial. s/d.
- _____. *Exposição do Governador Carvalho Pinto para a 4ª Reunião de Governadores com Excelentíssimo Presidente da República*, São Paulo: Imprensa Oficial, 1961.
- _____. *Mensagem Apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1962.
- _____. *2º Plano de Ação, 1963 – 1962*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1962

Entrevistas realizadas pelo Grupo de Pesquisa “Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea” (ArtArqBr)

CASTALDI, Ivan Gilberto – 09/03/2007- *Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea* (ArtArqBr) – Lucia Noemia Simoni, Maria Tereza R. L. B. Córdido e Miguel Antonio Buzzar.

- MELLO FILHO**, João Honório de, - 02/02/2012- *Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea* (ArtArqBr) – Maria Tereza R. L. B. Córdido.
- LAMPARELLI**, Celso Monteiro -02/04/2007- *Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea* (ArtArqBr) – Lucia Noemia Simoni, Maria Tereza R. L. B. Córdido e Miguel Antonio Buzzar.
- FERREIRA**, Francisco Whitaker– 16/04/2007 - *Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea* (ArtArqBr) – Maria Tereza R. L. B. Córdido.
- PENTEADO**, Fábio Moura – 09/04/2007 - *Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea* (ArtArqBr) –Maria Tereza R. L. B. Córdido e Miguel A. Buzzar.
- SAMPAIO**, Plínio de Arruda – 05/03/2007 - *Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea* (ArtArqBr) – Camila Venanzi, Lucia Noemia Simoni, Maria Tereza R. L. B. Córdido e Miguel Antonio Buzzar.
- VACCARI**, Marcolino e **PASSOS**, Maria Lúcia de Brito – 26/03/2007 - *Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea* (ArtArqBr) –Maria Tereza R. L. B. Córdido e Miguel A. Buzzar.
- VISCONTI**, Maria Giselda Cardoso e **BARBOZA**, Maria Mércia- 24/02/2011- *Grupo de Pesquisa Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea* (ArtArqBr) – Maria Tereza R. L. B. Córdido.

PERIÓDICOS

ACRÓPOLE, São Paulo: Editora Gruenwald Ltda.

_____.nº 256; Brasília, 1960.

_____.nº 257; Brasília,1960.

_____.nº 273; Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de São Paulo- 1º lugar. Adolpho Rubio Morales, Ricardo S'evers e Rubens Carneiro Vianna - arquitetos - 1961, p.305

_____. Anteprojeto para a Assembleia Legislativa de São Paulo - 2º lugar. Eduardo Kneese de Mello, José Maria Gandolfi, Joel Ramalho Jr., Luiz Forte Netto e Francisco Petracco- arquitetos, p.311.

_____.nº 299. Fórum Estância de Socorro - David Libeskin, arquiteto, p.315.

_____.nº 292; Fórum para Porto Feliz, 1963, p.118.

_____. nº 292; Fórum para Rio Claro, Cardim&Cardim Ltda. 1963, p.113.

_____.nº 315; Edifício para fórum, Gilbert Chaves, arquiteto, (Itabuna, Bahia) 1965, p.36.

_____.nº 320; Paço e Centro Cívico de Santo André – Rino Levi, Roberto Cerqueira Cesar e Luiz R. Carvalho Franco, arquitetos, 1965, p.24.

_____.nº 340; Cooperativa Habitacional, 1967, pp.26-29

_____. nº 342; Fórum de Avaré, 1967, p.26.

ARQUITETURA, Guanabara: Ed. Artenova Ltda.

nº 30, A obra de A. E. Reidy- Fórum de Piracicaba, 1964, p.10.

ARQUITETURA E URBANISMO, São Paulo: PINI.

_____.nº 26 – Fórum de Bragança – Encontro de Caminhos. p.47

HABITAT – Arquitetura e Artes no Brasil- São Paulo: Editora Habitat Ltda.

_____. nº 63 Fórum de São José dos Campos, arq. Paulo Sérgio da Souza e Silva, 11º ano, p.35.

O ESTADO DE SÃO PAULO, GROSTEIN, Martha Dora- 03 out. 2004. p. A13.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA- COELHO, Sandro Anselmo, *O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964)*. São Paulo v.23, nº 201-228, 2003.

MEIOS ELETRÔNICOS

CAMPOS, Pedro Henrique Siqueira, “As origens da Internacionalização das empresas de engenharia brasileiras”, Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ - *XIII Encontro de História ANPUH, Identidades*, 2008. Disponível on line: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1208458213_ARQUIVO_PedroHenriquePedreiraCampos.pdf

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. *Histórico do Ministério dos Transportes* - <http://www.transportes.gov.br/index/conteudo/id/37609>

RECAMÂN, Luiz, *Lelé e a Arquitetura Moderna Brasileira, Ensaio, Século XX*. <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/1689%2C1.shl>, (acesso em 05/2012).

REVISTA ARQUITETURA - Vol. 4, n° 2:52-77 (julho/dezembro 2008)- **SALVATORI**, Helena, *Arquitetura no Brasil: Ensino e Profissão*. <http://www.arquiteturarevista.unisinos.br/pdf/52.pdf>

REVISTA DE CRIMINOLOGIA E CIÊNCIAS PENITENCIÁRIAS – **CORDIDO**, Maria Tereza Regina Leme de Barros. *Arquitetura Forense “moderna” em São Paulo: Revendo Tradições*. V.2n°1, 2012. <http://www.procrim.org/revista/index.php/COPEN/article/view/51>

REVISTA RISCO- *Risco, Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* [online]. 2005, n.2, pp. 24/37 - **CONDURU**, Roberto Razão em forma: Affonso Eduardo Reidy e o espaço arquitetônico moderno

REVISTA RIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- **THIRY-CHERQUES**, Hermano Roberto, *Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas*. Janeiro: FGV/EBAPE, julho/agosto, 2009, p.899. Versão on line: [Whttp://www.scielo.br/pdf/rap/v43n4/v43n4a07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n4/v43n4a07.pdf)

LEIS E DECRETOS

Dec. nº6 de 27 de dezembro de 1889, criado pelo primeiro governador do Estado de São Paulo, Prudente de Moraes Barros (1889/1890) confere a “Superintendência de Obras Públicas” sua natureza de estritamente público.

Lei nº 2.193 de 30 de dezembro de 1926 reorganiza a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, distribuindo-a em cinco diretorias: Geral, da Agricultura, da Indústria e do Comércio, da Indústria Pastoral e de Terras, Minas e Colonização.

Dec. nº 4.595 de 17 de maio de 1929, regulamenta a Secretaria da Viação e Obras Públicas.

Dec. nº 21.705 de 22/09/1952- Reorganiza a Diretoria de Obras da Secretaria de Viação e Obras Públicas;

Lei nº 7511 de 22/11/1962 – Reorganiza a Diretoria de Obras da Secretaria de Viação e Obras Públicas (injeção de veto);

Lei nº 7.193 de 22/10/1962 – a Diretoria de Obras da Secretaria de Viação e Obras Públicas passa a denominar-se Departamento de Obras Públicas, vinculada a Secretaria de Estados dos Negócios da Viação e obras Públicas;

Dec. nº. 46.367 de 26/05/1966- O Departamento se transforma em autarquia; Dec. nº 45.422 de 26/11/1965 – Transferência para fiscalização de obras públicas e abertura de créditos especial no IPESP; Dec. nº 48751 de 31/10/1967 – Crédito Suplementar ao DOP;

Dec. nº 50153 de 06/08/1968 – Crédito Suplementar ao DOP;

Dec. nº 47582 de 18/01/1967 – Aprova orçamento do DOP para exercício de 1967;

- Dec. nº 48.037 de 31/05/1967 – Delega poderes ao DOP para assinar convênios com Secretarias, para construção de obras públicas;
- Dec. nº 50.568 de 18/10/1968 – Crédito Suplementar ao DOP;
- Dec. 52.520 de 26/09/1970 - art. 2º A autarquia passa a denominar-se Departamento de Edifícios e Obras Públicas; Aprova a padronização de projetos para fóruns de justiça;
- Dec. nº 52.704 de 11/03/1971 - Dispõe sobre a alteração de dispositivo do regulamento do Departamento de Obras Públicas aprovado pelo Dec. nº 52.520 de 26/08/1970; Dec. 3566 de 18/04/1974 – Crédito Suplementar para obras do DOP;
- Dec. nº 5.784, de 5 de março de 1975. Aprova normas técnicas e administrativas objetivando a padronização da construção de fóruns da Secretaria da Justiça e dá outras providências;
- Dec. nº 20.274 de 28/12/1982 – Cria diretamente subordinada ao superintendente do Departamento de Edifícios e Obras Públicas a Diretoria de Ação Regional e Diretoria de Apoio Técnico; Dec. 28.251 de 08/03/1988 e Dec. 23.926 de 23/09/1988 – Crédito Suplementar para obras do DOP;
- Dec. nº 6.510 de 8/08/1975 – regulamenta as especificidades dos terrenos de doação para construção de fóruns de justiça;
- Dec. nº 29.355 de 14/12/1988 – Autoriza a organização dos serviços da Administração Direta e Indireta do Estado. Modifica a denominação da Secretaria dos Negócios Metropolitanos para a Secretaria da Habitação e do Desenvolvimento Urbano a quem são transferidas as seguintes vinculações: Departamento de Edifícios e Obras Públicas- DOP, Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos S/A – EMTU e Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A – EMPLASA;
- Dec. nº 30.052 de 15/06/1989, Dispõe sobre a execução dos serviços técnicos especializados relativos à construção e ampliação de edifícios públicos estaduais, seus complementos, viadutos e obras de arte em geral. O Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano deverá propor medidas para extinção do Departamento de Obras Públicas;
- Lei nº 7.394 de 08/07/1991- Autoriza a transformação do Departamento de Edifícios e Obras Públicas – DOP- na empresa Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, e a dissolução da CONESP.

ATAS

Atas das Assembleias realizadas no Instituto de Arquitetura IAB/SP em 8.7.1959,
 _____, em 17.11.1960,
 _____, em 10.8.1961
 _____, em 0.8.1961.

NORMAS TÉCNICAS

(ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1977)

NBR 5706 - Define que “módulo é a distância entre dois planos consecutivos do sistema que origina o reticulado espacial modular de referência”. Também chamado de módulo-base, o módulo é universalmente representado por “M”.

NB-25R- Aprova no Brasil o módulo adotado pela maioria dos países de decímetro (10 cm).

ANEXO

Entrevista com as arquitetas: Maria Mércia Barboza e Maria Giselda Cardoso Visconti

Local: Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP

Data: 24/02/2011

Tereza: Nós estamos entrevistando as arquitetas Maria Mércia Barboza e Maria Giselda Cardoso Visconti que trabalharam no Departamento de Obras Públicas, onde exerceram várias funções sendo responsáveis por diversos projetos. Em que ano se formaram, onde e quando entraram no DOP?

Giselda: Eu me formei em 1958, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, depois fiz mestrado em 2000, também na USP, em avaliação de pós-ocupação do Incor.

Tereza: E em que ano você entrou no DOP?

Giselda: Eu entrei no DOP em 1960, me formei em 1969.

Tereza: E você Mércia?

Mércia: Eu me formei em 1958, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Presbiteriana Mackenzie e comecei a trabalhar, em 1960, no DOP. Prestei concurso e comecei a trabalhar logo em janeiro, me lembro da data: 06 de janeiro de 1960. Trabalhei sempre por lá, depois estive algumas vezes comissionada na Secretaria da Saúde, onde comecei a me interessar pela área. Em 1984, fiquei um ano na Secretaria da Saúde para fazer o Programa Metropolitano de Saúde, no qual participaram comigo profissionais de toda América Latina. Depois, quando foi extinto o DOP, fui convidada a trabalhar lá onde fiquei por 25 anos.

Tereza: Você, Giselda, também ficou pouco tempo no DOP?

Giselda: Eu fiquei pouco tempo, uns três anos, eu entrei também por concurso. Logo depois, fui convidada para trabalhar no CECAP¹, trabalhei no projeto

¹ CECAP – Caixa Estadual de Casas para o Povo.

do Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães, em Guarulhos, e também quando fui Superintendente de Projetos, eu trabalhei em vários outros projetos habitacionais pelo Estado. O “Zezinho”, projeto do Artigas, Fábio Penteado e Paulo Mendes da Rocha, inicia um período de grandes conjuntos habitacionais, isso já na década de 1960. Fiquei 12 anos no CECAP e participei de muitas etapas da obra do Conjunto Habitacional. Fizemos também muitos trabalhos pelo interior com habitação popular – alguns desenvolvidos pelo próprio CECAP, outros contratados. Como por exemplo, o Israel da FAU e o Bonilha que tinham escritório juntos e fizeram um projeto muito interessante em Barretos; o Ruy Otake, enfim vários arquitetos foram contratados na época em que eu estive no CECAP.

Tereza: Isso nos anos de 1970?

Giselda: Sim, fiquei por lá até 1979. E depois fui para o CONDEPHAAT, onde atuei como diretora; fiz vários trabalhos de restauro e outros inventariados que não pudemos restaurar por conta de verba, pois, são projetos que exigem um investimento grande. Eram prédios que estavam bastante deteriorados por falta de cobertura, chuvas, etc. e a precariedade daquelas construções que tinham de mais de 200 anos demandava muito recursos para recuperá-las. Assim mesmo, conseguimos fazer um inventário interessante de obras do acervo de São Paulo.

Tereza: O DOP foi uma escola para o trabalho? Vocês se especializaram em áreas distintas? Como foi essa “escola DOP”?

Mércia: Foi uma escola muito livre. Você aprendia sozinha, outras vezes com seu chefe imediato quando ele queria ensinar. No começo foi assim, eu cheguei nunca tinha trabalhado por lá, depois chegou a Giselda e a gente fazia orçamento. Não colocava preço, chamava-se cubagem.

Giselda: Fazíamos a quantificação de materiais.

Mércia: Isso a quantificação. Eu fiquei lá por dois anos e a Giselda...

Giselda: Eu fiquei 6 meses.

Mércia: Nós saímos juntas para a Diretoria de Projeto. Nós fazíamos projeto de tudo.

Tereza: Como funcionava a cubagem? Vinha uma listagem de material e vocês cotavam?

Giselda: Não vinha o projeto e a gente levantava a metragem e calculava a quantidade de material.

Mércia: Fazíamos o levantamento de todas as quantidades.

Tereza: Quem determinava o tipo de material?

Giselda: Já vinha determinado no projeto. A gente fazia a quantificação depois ia para o Setor de Preço que cotava todos aqueles materiais que estavam listados e depois seguia para a concorrência. Na concorrência a escolha era pelo menor preço, mas o preço básico era o da tabela do DOP.

Mércia: Provavelmente, não era o de mercado – era um preço composto pelo DOP.

Tereza: Previa inflação?

Mércia: No começo ainda não. Você sabe a gente ganhava muito bem, depois foi defasando. Eu entrei peguei um ano sob a administração de Jânio Quadros, em seguida o Carvalho Pinto entrou...

Giselda: Eu acho que até que conseguimos coisas interessantes por lá. O DOP foi um órgão muito importante para o desenvolvimento de São Paulo, nos seus 150 anos. Quando nos entramos fazíamos anteprojeto e íamos embora para concorrência. Daí, fizemos – digamos assim – um pequeno movimento para que se desenvolvesse também o projeto e conseguimos creio que até isso foi uma coisa boa, não fazer a obra só com o anteprojeto e sim com o projeto executivo.

Mércia: Nós tínhamos desenhistas muito bons. O DOP era um escritório completo.

Giselda: Nós tínhamos o calculista para cálculo estrutural; tinha o pessoal das instalações hidráulicas e elétricas, arquitetos e todo o tipo de engenheiros que faziam de tudo. Conseguimos isso, que era uma coisa muito interessante para o DOP como qualidade de obra e etc. E fazíamos de tudo quanto é tipo de projeto.

Mércia: Não tinha especialidade.

Giselda: Lá no governo não tinha especialidade, fazíamos projetos que caíam na nossa mão.

Mércia: Escolas, postos de saúde, cadeia...

Giselda: O Incor nós fizemos lá eu e a Mércia. Veio o processo para eu fazer e era um projeto que ninguém nem tinha ideia do que se tratava um Instituto do Coração, de transplante, etc. Foi na época do primeiro transplante de coração.

Tereza: Que ano?

Mércia: 1968...²

Giselda: Daí eu fiquei desesperada então eu e a Mércia fomos trabalhar juntas, depois entrou o Nelson Darugi e fizemos o projeto do Incor. Mas para isso, eu tive que fazer uma pesquisa lá nas Clínicas, onde eles trabalhavam com isso, com o Zerbini e a equipe dele que tinha feito o primeiro transplante, naquele João Boiadeiro. Tinha um assistente do Zerbini que era o Dr. Bittencourt que dava assistência ao projeto junto com a Clarice Ferrarini que entendia muito. Ela era Diretora de Enfermagem das Clínicas³.

Tereza: Então vocês fizeram toda a pesquisa inicial do programa do Incor?

² O primeiro transplante de coração, realizado no Brasil e na América Latina, aconteceu em 26 de maio de 1968, executado pela equipe do Prof. Eurycles de Jesus Zerbini.

³ O Hospital das Clínicas foi inaugurado em 19 de abril de 1944.

Giselda: O Incor não tinha programa. Então, eu tive que ver como é que funcionava, porque lá fabricavam válvulas, coração artificial, isto no Incor I. Depois teve o Incor II que já não era mais do DOP – penso até que nessa época já tinha sido extinto.

Mércia: Sim, já era extinto.

Giselda: Então, acho que o DOP tinha muitas coisas interessantes, mas depois que eu saí do CONDEPHAT, eu voltei ao DOP. Quando terminou o mandato do Ruy eu voltei para o DOP e houve um plano muito interessante de trabalho lá que era o plano do Quércia para a Secretaria de Segurança e nós fizemos um trabalho bastante grande⁴.

Mércia: Eu nunca trabalhei nessa área. Eu nessa época, já trabalhava na saúde.

Giselda: Essa parte da segurança foi muito interessante, o plano era de construir 51 distritos policiais. Com o Quércia, nós chegamos a construir 41 distritos. Você fala aqui de projeto padrão não é? Então, como isso tinha urgência de se fazer esses distritos policiais nas áreas, como: Itaquera, Capão Bonito, Jardim Ângela – esses lugares que eram perigosos e não tinha policiamento. A Secretaria de Segurança procurava os terrenos e trazia para o DOP e nós fizemos, então, o projeto padronizado para os distritos policiais. Fizemos ainda o projeto do Instituto de Criminalística, perto da USP, atrás da Escola de Polícia. Ele reuniu todos os Institutos que estavam espalhados e ficou um projeto muito grande e foi terminado não pelo Quércia, mas pelo Fleury. E fizemos outros também: tinha um na Rua Pinheiros, que era para drogas etc. enfim, vários Departamentos porque a Segurança queria fazer edifícios próprios. Foi um plano muito grande que, fizemos quando eu voltei para o DOP e fui a Diretora de Projetos. Quando o DOP estava para terminar o Gabrielle que foi Diretor do DOP, por muito tempo me chamou...

Mércia: Ele chegou a ir para o CPOS no comecinho, não chegou Giselda?

Giselda: Para lá acho que não, ele foi lá para o FECE quando eu fui.

Mércia: Mas era FECE nessa época?

Giselda: Não era... CONESP

Mércia: Porque a CONESP... O DOP fazia todos os trabalhos da educação, nessa época quando eu te falei de padronização... Isso vem desde o tempo do Ramos de Azevedo, os fóruns eram padrão, já existiam aqueles fóruns estilo “não sei do que”...

Tereza: Eclético.

Mércia: Isso, que eram padrão. Fóruns, cadeias, tudo era padrão. E depois, continuou com as escolas, os centros de saúde, etc. Demorou muito para deixar

⁴ O arquiteto Ruy Gama foi fundador da Sociedade Brasileira de História da Ciência, professor na FAU USP e exerceu ainda diversas funções no DOP.

de ser padrão e a gente brigou muito por causa disso. Porque não tinha nem nome era padrão tal... A Marluce, por exemplo, trabalhou com fórum e juntou elementos para desenvolver programa de fóruns na Justiça junto à Secretaria da Justiça, onde ela desenvolveu o programa. E tinha os programas padrão que mudavam de nome...

Giselda: Mas antes disso, fizemos vários fóruns, eu fiz dois, São Bernardo e Jundiaí, então você fazia todos os tipos de projetos.

Mércia: Então a pergunta – Isso era bom? Era bom nesse sentido, você fazia o programa, ninguém nos fornecia. Era a gente que o desenvolvia porque ninguém tinha feito isso antes.

Mércia: Fiz um fórum em Ribeirão Bonito, terra de um radialista apresentador famoso de televisão na época... Era dele e da esposa...

Tereza: Blota Jr.?

Mércia: Sim, ele e a Sonia Abraão. Ele era de lá e quis fazer um fórum para a cidade. Eu fiz o fórum. Passou muito tempo e eu conheci uma pessoa da cidade e disse para ela: - você é de Ribeirão Bonito? Eu fiz o fórum de lá. “Aquele fórum maravilhoso – ela disse – onde as pessoas vão passar sábado e domingo na sua praça?” – Eu falei que não sabia que era assim... Mas era aquela coisa não era padronizado.

Giselda: Ainda não era padronizado. Começou essa padronização que tem os nomes que a Marluce conhece... Os F1...

Tereza: Com as iniciais dos nomes dos governadores...

Giselda: Isso...

Mércia: Os postos de saúde eram tudo padronizados tinham nomes e números.

Giselda: Eu já tinha saído de lá nessa época... Depois eu voltei já não tinha mais isso. Vieram, depois, os planos de governo Montoro, Quéricia...

Mércia: O Carvalho Pinto...

Giselda: Esse foi quando eu entrei.

Tereza: Mas quando vocês começaram vocês ainda faziam aqueles ecléticos?

Giselda: Não, não... Cada um fazia seu projeto, como achasse melhor.

Mércia: Como achasse melhor.

Giselda: Escola... você tinha tamanhos, algumas restrições, por exemplo, tamanho de sala de aula, etc. Nem aquele caderno que o João Honório fez muito interessante, tinha ainda. Ele fez isso muito tempo depois, com todos os detalhes, etc. Porque não tinha nem aquele caderno do FECE do João Honório com todos os detalhes...

Mércia: Porque a gente fazia, eu, por exemplo, todos os projetos da Secretaria da Saúde. Não tinha um corpo técnico da saúde, da educação, etc.

acompanhando nossos trabalhos. E na educação, não me lembro de qual foi o governador, ele resolveu criar um órgão que fizesse os projetos e obras da Secretaria da Educação. Eles levaram o pessoal do DOP, o Wladimir, o Mário Cruz... Eram quatro arquitetos e engenheiros que montaram o FECE e trabalharam lá e ficaram quase dois anos lá... Tiveram muitas coisas é claro, o DOP foi um órgão importante, mas era assim... A gente tinha certo rigor de fachada, porque a gente tinha muita liberdade de trabalho lá dentro. Liberdade para fazer, não fazer, tinha muita gente que não fazia... Não via nem obra... Mas eu aprendi muito no DOP.

Giselda: Eu também.

Mércia: Eu preendi muito, mas eu acho que ele era muito desorganizado também. Mas acho que tudo naquela época era desorganizado.

Tereza: Eu acho que nessa década a administração pública começou a se organizar mais... mas, havia algum tipo de conversa a respeito da qualidade arquitetônica dentro do DOP?

Mércia: Não havia.

Giselda: Na minha época, a gente discutia muito...

Mércia: Mas não no começo...

Giselda: Sim, um tempo depois, a gente discutia muito sobre a arquitetura. E o “Pongi?” Não era muito mais velho do que a gente. Era muito interessante e muito aberto... A gente discutia um pouco.

Mércia: É, mas não da forma que é hoje. Hoje com todas as mídias isso é muito fácil. Mas não tinha, demorou no Brasil. A partir da década de 1960, quando arquitetos se formaram muitos do Mackenzie e, principalmente da FAU é que foi formando um grupo de discussão.

Giselda: Entraram muitos arquitetos no DOP formados pela FAU e Mackenzie.

Mércia: Era uma equipe nova. Mas não era propriamente... O DOP não começou na década de 1960. Nós conhecíamos alguns... Eu fiz Mackenzie, o Paulo Mendes da Rocha também. Ele estava saindo de lá, quando entrei, ele virou um ídolo. Foi reconhecido quando ganhou o prêmio do Paulistano. Então quando ele começou a despontar e outros da FAU e do Mackenzie, foi que a gente despertou para que a arquitetura pudesse mudar bastante. Eu vim de uma escola que... A Giselda não, ela estudou com o Artigas e outros que... Eu fui aluna por quase 05 anos do Cristiano Stockler das Neves, que era aquela coisa, fez muito trabalho bom: a Estação Júlio Prestes; um prédio pequeno da Rua Líbero Badaró lindo...

Giselda: Mas de época.

Mércia: Sim, de época, porque quando ele foi diretor do Mackenzie era muito rigoroso e já tinha uns 60 anos.

Tereza: Arquitetura moderna era palavrão para a época...

Mércia: Sim! Palavrão!

Giselda: Ao contrário da FAU, completamente, ao contrário, onde arquitetura moderna imperava. Tinha diversos arquitetos professores de lá... Hélio Duarte, que fez muitas escolas, foi professor lá. Depois entrou o Maitrejean, que também era um jovem arquiteto, quando começou a dar aula com todos os conceitos de modernidade, então, era uma formação muito interessante. E daí fomos uma turma para o DOP. Marluce é FAU.

Mércia: Marcolino é FAU.

Giselda: Marluce foi minha colega de turma.

Tereza: Mas vocês tinham questionamentos sobre a atuação do DOP?

Mércia: Tínhamos sim. O DOP fez muita coisa boa, mas aquilo que eu comentei antes, ele foi mais do que tudo um órgão político. Então na época (e ainda hoje muito coisa é assim) era um balcão de negociação. Eu te dou uma escola em tal cidade, você me dá tantos votos... Sim como hoje. Por isso foram feitos muitos elefantes brancos em cidades pequenas que não precisavam. E eu achava essas coisas um absurdo.

Tereza: Isso secundarizava questões importantes administrativas e da própria arquitetura...

Mércia: O DOP foi maravilhoso, mas tudo tem seu lado sombrio.

Tereza: Nunca articulou uma produção seriada com pré-fabricação?

Giselda: Quando eu voltei para lá esse programa da Segurança Pública dos Distritos Policiais, os primeiros 20 foram todos pré-moldados.

Mércia: Quando foi mesmo?

Giselda: Nos anos de 1980. Foi todo pré-moldado e insistimos com isso. Daí o diretor que era o Pedro... Pedro Lombar, ele chegou lá e disse assim (quando fizemos os primeiros, que eram 51) – “agora vamos ter que aplicar construção tradicional porque as pequenas empresas...”. Nós contratamos 05 firmas de pré-fabricação não era uma firma única que fez os tantos distritos policiais, mas daí foi nos orientado: tinha que colocar métodos tradicionais, porque as pequenas empresas estão reclamando... Faziam pressão não é? Então isso voltou um pouco para trás. Quando a gente já tinha testado porque isso também é uma questão de... você testar em grande escala. Não era antes fazer um protótipo, não você já testa em grande escala.

Mércia: O pré-fabricado e pré-moldado se atrasou muito no Brasil. Eu sei bem disso porque meu ex-marido tinha uma pequena indústria de pré-moldado. Logo depois do golpe da revolução de 1964 tudo isso acabou. E acabou para as grandes e para as pequenas, depois que começou a voltar...

Giselda: Mas tem em 1980.

Mércia: Mas só em 1980. No Brasil, até hoje ainda está defasado do resto do mundo.

Giselda: Mas você veja o projeto da CECAP que eram 10.000 unidades, uma cidade com escola, com centro de saúde, com igreja, com comércio... Uma cidade e nós fizemos todos os projetos dos edifícios – foi calculado pelo Figueiredo Ferraz e daí...

Tereza: Chegou a ter uma usina?

Giselda: Não.

Tereza: Mas teve a intenção de fazer usina no canteiro?

Giselda: Teve. Mas daí quando o BNH foi financiar... o Rubens (Costa?) do BNH... Ele falou que faria uma experiência com 480 unidades que era uma freguesia. Nós chamávamos de freguesia, mas não em pré-moldado, ele queria ver o resultado da habitação. Ele queria construção tradicional. Depois ele veio visitar a obra e vendeu as unidades destinadas até 6 salários mínimos. Vendeu muito rápido. Então ele queria construir mais mil trezentos e vinte unidades. E daí não negou mais dinheiro para a construção. Na terceira etapa, conseguimos introduzir a forma metálica chamada “sistema altinor”. Ela agilizou muito a construção. A forma metálica construía as paredes e as lajes em 24 horas. Você fazia a cura a vapor e desformava e armava a outra em seguida, era muito rápida. E a escada pré-moldada e painéis pré-moldados para a fachada. Algumas coisas eram industrializadas, mas não era uma industrialização total.

Tereza: Era parcial, só de alguns componentes.

Giselda: Sim. Então conseguimos isso. Mas construímos só a metade... Inviabilizou o projeto. Por causa da inflação. E valorização do terreno, perto do aeroporto de Guarulhos. Ficou absolutamente caro, era um charque pode-se assim dizer. Então foram experiências que a gente procurou introduzir e aconteceram aos pedaços. Não tiveram continuidade – o que é uma pena!

Tereza: A própria extinção do DOP rompeu um processo de transmissão de conhecimento...

Mércia: Eu acho que foi muito lenta a modernização do DOP. Ela teria condição para isso, veja a CPOS não deu certo e foi uma pena. Porque nós tínhamos muito mais conhecimento e capacidade do que a CPOS.

Tereza: Se havia no DOP a possibilidade de discussão dos projetos, o que vocês acharam sobre os projetos? Os arquitetos contratados pelo governo Carvalho Pinto, por exemplo, eles reformularam o pensamento arquitetônico do departamento?

Mércia: Um pouco. Teve muito projetos bons no Governo Carvalho Pinto. Mas não que isso tivesse uma influência para que se criasse uma característica nossa específica. Não existe uma arquitetura do DOP. Depois em política tem aquela coisa que um faz outro desfaz e aí, às vezes, fica meio mal feito... DOP sofreu

muito com isso. Tiveram vários prefeitos que tinha muita influência lá dentro por causa de votos. Eu acho que nós teríamos feito coisas diferentes se tivéssemos mais autonomia.

Giselda: Eu acho que aconteceu uma coisa interessante. Quando você fala sobre a influência dos prefeitos. Você se lembra do Plano Montoro para atender as prefeituras? O DOP iria oferecer projetos para as prefeituras, então, vieram várias solicitações, interessantes para nós como arquitetos, de várias cidades. Os prefeitos solicitaram matadouros, velórios, estádios, praças... Nós fizemos uma Praça em Salto lindíssima.

Mércia: Mas não sei nem se a praça foi construída... Começaram e depois pararam...

Giselda: Você foi até lá!

Mércia: Eu fui, mas não estava pronta.

Giselda: Mas era lindo o local, uma Praça enorme. O programa de matadouro então nós nunca tínhamos visto. Fomos visitar e estudar matadouros desde que chegava o gado até o abate. Fomos a Campinas e fizemos em São Carlos um matadouro. O prefeito foi até lá. Como ele se chamava? Era um moço muito interessante, da década de 1980.

Mércia: O que eu me lembro dessa época é que os prefeitos pediam muito pequenas praças, arborização das ruas, coretos. Teve até um centro cultural em uma estação de trem que não funcionava mais.

Mércia: Foi muito interessante. Fizemos muitos projetos, não me lembro de quanto, mas fizemos muitos. Era uma equipe grande e fazíamos muitos projetos... Velórios, eles pediram muito e fizemos bastante. Coisas assim que a cidade precisava. O prefeito pedia e recebia só o projeto.

Tereza: Executivo?

Giselda e Mércia: Não.

Mércia: Era um anteprojeto

Giselda: Um básico. Os cálculos eles faziam por lá. Mas não só um anteprojeto era mais desenvolvido. Construiu-se muito nós tínhamos tabelas de solicitações. Foi um plano do Montoro.

Tereza: E vocês tem um registro dessas obras?

Giselda: Os originais estavam tudo no DOP. Eles levaram as cópias.

Mércia: Giselda nossos arquivos era um acervo técnico. Não tinha uma relação de controle de onde se localizava este projeto.

Giselda: Tinha sim.

Mércia: Como se chamava àquela senhora, antes do Ezequiel, que tomava conta do arquivo, você se lembra?

Giselda: Não conheci. Só me lembro da Dona Olga, chefe do pessoal.

Mércia: O Ezequiel começou com ela. Ele não tinha nenhuma formação profissional, mas ele aprendeu e se apaixonou pelo arquivo.

Giselda: Ele era o próprio arquivo ambulante.

Tereza: Nem no currículo de vocês tem especificado essas obras?

Giselda: Eu tenho. Quando eu fui fazer o mestrado, eu precisei do comprobatório. Mande fazer um levantamento. Quando eu mostrei para o meu orientador ele me disse, isto aqui é um resumo, você tem que mostrar tudo o que fez.

Mércia: Eu nunca cuidei disso. Eu pensava, vou me aposentar no DOP e pronto. Nunca mais vou trabalhar e daí não importa o que eu fiz.

Giselda: Para mim foi muito bom resgatar tudo o que eu fiz para o currículo do mestrado. Tive que ir atrás do *Diário Oficial* e outros lugares. Fui Diretora, Supervisora...

Mércia: Isso eu tenho no meu prontuário.

Tereza: Porque estão na memória de vocês as cidades que fizeram projetos...

Mércia: Isso sim. Às vezes, a gente adaptava projetos de um centro de saúde para uma cidade qualquer, cada vez que você fazia isso mesmo sem modificar era um projeto, mas com adaptação... Fazia reformas, ampliação...

Tereza: Sobre a diversidade de programas, vocês sempre precisaram pesquisar?

Giselda: Muito, isso foi ótimo. Eu fui trabalhar para um órgão estadual com esse tipo de liberdade de fazer pesquisa e tudo... No Hospital das Clínicas, por exemplo, eu fiquei indo por três meses seguidos com visitas organizadas para montar o programa e assim mesmo foi modificado “n” vezes no andar do projeto. Porque cada vez que o Dr. Bittencourt ia para os Estados Unidos, ele trazia uma novidade e o projeto andava.

Mércia: Eu estava na Beneficência Portuguesa. A pesquisa não era um trabalho árduo. Eu por exemplo, quando fui para a Secretaria da Saúde, me especializei nisso. Eu quando saía de casa seguia direto para um hospital e passava o dia lá.

Tereza: Em que ano?

Mércia: Nos anos de 1990.

Giselda: Mas antes disso, fizemos hospitais. Em Itapecerica, fizemos um interessante.

Mércia: Fizemos, eu fiz era um projeto meu. Está lá em Itapecerica. Você e o Marcolino eram diretores. Essa foi uma coisa que foi feita por bom senso, não pela pesquisa. Porque naquele tempo a gente não tinha essa vivência, a gente estava mais acostumada com o Centro de Saúde. Fizemos alguns hospitais. Agora, a Secretaria da Saúde não era organizada para fazer projeto e obra, depois ela sentiu que tinha que se preparar para isso. Daí se trabalhou muito mais com pesquisa lá do que no DOP.

Tereza: Qual a posição de vocês em relação ao Estado manter um Departamento de Obras para edifícios públicos?

Giselda: Os projetos devem ser feitos por arquitetos, não funcionários.

Mércia: Também acho.

Giselda: O Estado tem de controlar a forma de contrato e as despesas.

Mércia: E obras desvinculadas de interesses políticos. Agora a muitos anos não se tem um hospital público licitado e contratado.

Giselda: Não, teve sim, um lindíssimo que não me lembro do nome que tem energia solar, etc. Tem vários projetos de agora contratados por escritórios especializados.

Tereza: Existiria um novo DOP?

Giselda: Não, não mais. São Paulo não comporta mais esse esquema.

Mércia: Cada Secretaria deve ter um programa de contratação e fiscalização para essas obras.

Giselda: Aí sim, e está acontecendo um pouco dessa maneira, só que fazem de acordo com concorrência pelo menor preço...

Mércia: É uma “batalha” dos arquitetos pela qualidade dos materiais e mão de obra...